



República Federativa do Brasil

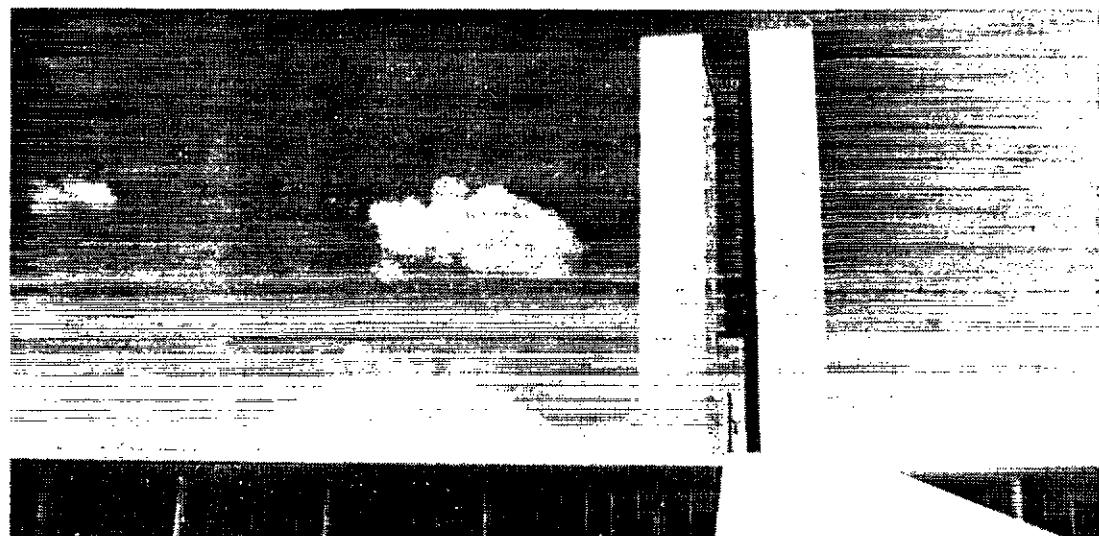
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 094

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 124ª SESSÃO, EM 15 DE AGOSTO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

— Projeto de Lei do Senado nº 193/83 — Complementar, de autoria do Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL.

1.2.2 — Requerimentos

— Nº 743/83, de autoria do Sr. Senador Itamar Franco solicitando informações ao Poder Executivo relativas ao Projeto de Lei do Senado nº 84/82. **Deferido.**

— Nº 744/83, de autoria do Sr. Senador Álvaro Dias, solicitando informações ao Poder Executivo em complementação às respostas contidas no Requerimento nº 671/83. **Deferido.**

— Nº 745/83, de autoria do Sr. Senador Luiz Viana, solicitando a convocação do Sr. Ramiro Saraiva Guebreiro, Ministro das Relações Exteriores, para, perante o Senado Federal, dizer qual a posição do Brasil face aos acontecimentos que têm agitado e enlutado o Chile.

1.2.3 — Mensagem do Senhor Presidente da República
— Nº 300/83, comunicando ao Congresso Nacional o afastamento temporário de Sua Excelência das funções de Presidente da República por motivo de saúde.

1.2.4 — Discursos do Expediente
SENADOR NELSON CARNEIRO, como Líder — Repúdio a repressões políticas que vêm ocorrendo no Chile.

SENADOR LUIZ VIANA — Homenagem de pesar pelo falecimento do académico Alceu de Amoroso Lima.

SENADOR HÉLIO GUEIROS — Considerações sobre o estado de saúde do Senhor Presidente da Re-

pública e seu afastamento do Governo para tratamento, face à conjuntura sócio-económica do País.

SENADOR ALOYSIO CHAVES, como Líder — Reparos a colocações feitas pelo Senador Hélio Gueiros na presente sessão. Condução da política económica do Governo referente ao processo de endividamento externo e à política salarial.

SENADOR ALMIR PINTO — Êxito da Campanha Nacional de Vacinação contra a Poliomielite.

1.3 — ORDEM DO DIA
— Projeto de Lei da Câmara nº 150/82 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Apreciação adiada por falta de "quorum".**

— Projeto de Lei da Câmara nº 26/83 (nº 4.901/81, na Casa de origem), que complementa normas gerais sobre desportos, e dá outras

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição; e eu, Nilo Coelho, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1983

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, em Brasília, a 12 de maio de 1981.

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica assinado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Socialista da Romênia, em Brasília, a 12 de maio de 1981.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 15 de agosto de 1983. — *Senador Nilo Coelho, Presidente.*

ACORDO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA SOCIALISTA DA ROMÉNIA

O Governo da República Federativa do Brasil e

O Governo da República Socialista da Romênia, Desejosos de fortalecer a cooperação entre ambos os países no campo da ciência e da tecnologia, com base nos princípios do respeito à soberania e da não-ingerência nos assuntos internos,

Considerando o mútuo benefício que o desenvolvimento das relações científicas e tecnológicas poderá trazer para ambos os países,

Convêm no seguinte:

ARTIGO I

As Partes Contratantes promoverão o desenvolvimento da cooperação entre os dois países no campo da ciência e da tecnologia, com base no interesse e benefícios mútuos, igualdade e reciprocidade, em setores a serem estabelecidos por via diplomática.

ARTIGO II

A cooperação a que se refere o presente Acordo será desenvolvida, especialmente, através de:

a) investigação conjunta de problemas científicos e técnicos, com vistas à utilização prática dos resultados obtidos;

b) intercâmbio de resultados de pesquisas e experiências, inclusive de licenças, entre institutos, universidades, companhias e outros organismos;

providências. Apreciação adiada por falta de "quorum".

— Projeto de Lei da Câmara nº 84/83 (nº 5/83, na Casa de origem), de iniciativa do Senhor Presidente da República, que dispõe sobre prova documental nos casos que indica, e dá outras providências. Apreciação adiada por falta de "quorum".

— Projeto de Lei da Câmara nº 52/81, (nº 2.051/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudos — PEBE. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

— Projeto de Lei da Câmara nº 129/81 (nº 13/71, na Casa de origem), que altera os arts. 550 e 551 do Código Civil Brasileiro diminuindo os prazos de usucapião sobre bens imóveis. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

— Projeto de Lei da Câmara nº 112/82 (nº 1.329/79, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, visando a coibir as depredações contra árvores e jardins, praticadas com veículos. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

— Projeto de Lei do Senado nº 280/77 (tratando em conjunto

com o Projeto de Lei do Senado nº 233/79), de autoria do Senador José Sarney, que institui o voto distrital, e dá outras providências. Discussão encerrada, voltando à comissão competente em virtude de recebimento de emenda em plenário.

— Projeto de Lei do Senado nº 233/79 (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 280/77, de autoria do Senador Tarso Dutra, que institui o Sistema Eleitoral Misto, e dá outras providências. Discussão encerrada, voltando à comissão competente em virtude de estar tramitando em conjunto com o item anterior.

— 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR MARTINS FILHO

— Encerramento das atividades da Indústria de Confecções Guarapés, de Mossoró — RN.

SENADOR MAURO BORGES

— Reformulação do atual modelo econômico.

SENADOR JOÃO CALMON

— Reportagem publicada pelo "Estado de S. Paulo", edição de ontem, denunciando favorecimentos nas negociações relativas à dívida da Polônia para com o Brasil. Natureza conflitante de declarações prestadas à Imprensa pelos Ministros Rubem Ludwig e Delfim Netto, atinentes ao Decreto-lei nº 2.045/83.

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA — Esclarecimento de denúncias trazidas à tribuna pelo Sr. João Calmon.

SENADOR NELSON CARNEIRO — Transmitindo ao Ministério da Educação e Cultura apelo em prol do acolhimento da proposta da Federação das Associações de Engenheiros Agrônimos do Brasil, quanto à alteração dos currículos e do campo de ação desses profissionais.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Referente à não designação de

Ordem do Dia para a sessão de amanhã, em virtude de realização de sessão especial destinada a homenagear a memória do Ministro Henrique de La Rocque Almeida.

1.6 — ENCERRAMENTO

2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

— Do Sr. José Lins, proferido na sessão de 11-8-83.

3 — ATAS DE COMISSÕES

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

conformidade com as leis vigentes em cada país, a menos que o Ajuste Complementar disponha de forma diversa.

ARTIGO VI

As Partes Contratantes tomarão todas as medidas cabíveis para o cumprimento do disposto no presente Acordo e, para tanto, proporcionarão as facilidades necessárias, de conformidade com as leis vigentes em cada país.

ARTIGO VII

O pessoal enviado por uma Parte à outra, para os fins de que tratam os Artigos II e III do presente Acordo, submeter-se-á às disposições da legislação nacional do país receptor e não poderá dedicar-se a qualquer atividade alheia a suas funções sem a autorização prévia de ambas as Partes.

ARTIGO VIII

1. Cada Parte Contratante notificará a outra do cumprimento dos requisitos legais internos necessários à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data da última notificação.

2. O presente Acordo terá a vigência de cinco anos, e será renovado automaticamente, por períodos iguais e sucessivos, a menos que uma das Partes notifique a outra de sua decisão de denunciá-lo. Nesse caso, a denúncia surtirá efeito noventa dias após a data do recebimento da notificação.

3. O término do presente Acordo não afetará o cumprimento dos Ajustes Complementares em vigor, que serão implementados até sua conclusão, a menos que ambas as Partes decidam de forma diversa.

Feito em Brasília, aos 12 dias do mês de maio de 1981, em dois exemplares originais, nas línguas portuguesa e romena, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: (Raimundo S. Guerreiro) — Pelo Governo da República Socialista da Romênia: (Stefan Andrei)

Ata da 124ª Sessão, em 15 de agosto de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nilo Coelho
e Lenoir Vargas.

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Eunice Michiles — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — Almir Pinto — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Martins Filho — Aderval Jurema — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Luiz Viana — João Calmon — José Ignácio — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Alfredo Campos — Henrique Santillo — Mauro Borges — Benedito Canelas — Jaison Barreto — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A lista de presença acusa o comparecimento de 32 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

ARTIGO IV

c) intercâmbio de delegações de cientistas e representantes de organizações industriais e comerciais interessadas nessa cooperação;

d) intercâmbio de informações e documentação científica e tecnológica;

e) organização de seminários, simpósios e conferências;

f) outras formas de cooperação científica e tecnológica a serem acordadas pelas Partes Contratantes.

ARTIGO III

1. As Partes Contratantes poderão concluir Ajustes Complementares ao presente Acordo, com base nos quais se desenvolverá a cooperação entre os organismos, instituições e companhias competentes de ambos os países.

2. Cada Ajuste Complementar determinará os organismos que terão a seu cargo a implementação de programas e projetos dele decorrentes, estabelecerá as condições em que se realizará a cooperação, determinará os limites de responsabilidade de cada um dos organismos, instituições e companhias interessadas no projeto específico, os procedimentos de execução, as obrigações, inclusive financeiras, bem como fixará o número de cientistas e especialistas necessários para a execução dos programas e projetos indicados.

3. Os referidos Ajustes serão negociados por via diplomática, ou durante Reuniões da Comissão Mista referida no Artigo IV, e entrarão em vigor por troca de notas.

Cada instituição, organismo ou companhia arcará com as despesas decorrentes de sua participação nas atividades de cooperação previstas no presente Acordo, de

É lido o seguinte

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 193, DE 1983-COMPLEMENTAR**

"Altera dispositivo da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que instituiu o PRORURAL."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, suprimido o seu parágrafo único passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a cinqüenta por cento (50) do maior salário mínimo e será devida ao trabalhador rural que tiver completado sessenta e cinco (65) anos de idade, se do sexo masculino ou sessenta (60), se do feminino."

Art. 2º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar nº 11, de 25-5-1971, é discriminatório e injusto uma vez que exclui do direito à aposentadoria por velhice, ou por invalidez, a mulher do trabalhador rural já aposentado.

Ora, todos sabemos que no meio rural a mulher trabalha tanto quanto o marido, inclusive nas lidas de roça, começando também desde muito cedo, com pouca idade as suas atividades.

Assim, a lei não pode tratá-la com ménoscabo, tal como acontece presentemente.

Lembro, por último, que o projeto está sendo apresentado em atenção a reivindicação da Câmara Municipal da cidade de Santiago, RS, que neste sentido aprovou requerimento do Vereador Danilo Garcia da Rosa.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1983. — Nelson Carneiro.

LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI COMPLEMENTAR Nº 11,
DE 25 DE MAIO DE 1971**

Institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências.

Art. 4º A aposentadoria por velhice corresponderá a uma prestação mensal equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do salário mínimo de maior valor no País, e será devida ao trabalhador rural que tiver completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Parágrafo único. Não será devida a aposentadoria a mais de um componente da unidade familiar, cabendo apenas o benefício ao respectivo chefe ou arrimo.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social e de Finanças.)

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que vão ser lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos e deferidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 743, DE 1983

Senhor Presidente,

Solicito encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda o seguinte requerimento de informações:

1) Qual foi o montante total, incluindo principal e encargos, pago ao Banco de Compensações Internacio-

nais relativo à amortização da primeira parcela do empréstimo concedido ao Brasil em 23 de dezembro de 1982?

2) Qual o montante total, incluindo e encargos, atualmente devido ao Banco de Compensações Internacionais relativo à amortização da segunda parcela do empréstimo concedido ao Brasil pelo BIS, em 23 de dezembro de 1982 e vencida em 31 de maio de 1983?

3) Qual o inteiro teor dos Adition Loan Agreements firmados com base no Credit and Guaranty Agreement de 25 de fevereiro de 1983, agenciados pelo Morgan Guaranty Trust Company of New York?

4) Qual o inteiro teor dos Original Governing Instrument referidos no Art. I, Seção I.01, do "Deposit Facility Agreement" agenciado pelo CITYBANK NA e datado de 25 de fevereiro de 1983?

5) Quanto foi pago pelo Banco Central, a título de expenses e indemnification, na conformidade do previsto no artigo 13.8 do "Cred and Guaranty Agreement" firmado em 25 de fevereiro de 1983 e agenciado pelo Morgan Guaranty Trust Company of New York?

Justificação

No momento em que o País se depara com notícias alarmantes relativas ao endividamento com o exterior, é imperioso que o Congresso Nacional seja informado não somente do montante global reivindicado pelos credores como também dos precisos termos dos instrumentos legais que seguem as aludidas obrigações.

O relacionamento financeiro com o mundo desenvolvido, pelas proporções que assume e relevância crescente que evidencia na própria condução dos negócios internos, não pode continuar a ser objeto de negociação e negociações ao arrepio da vontade e do conhecimento da Nação.

A solicitação que ora fazemos prende-se ao fato de encontrar-se em tramitação o Projeto de Lei nº 84, de 1982 que "submete à aprovação do Senado Federal os contratos visando a obtenção de empréstimos internacionais".

Sala das Sessões, 10 de agosto de 1983. — Itamar Franco.

REQUERIMENTO Nº 744, DE 1983

Considerando que, pelo Aviso nº 342/83, do Ministério das Minas e Energia, foram encaminhadas respostas incompletas e obliquamente inteligíveis a nosso Requerimento de Informações nº 671/83;

Considerando o espírito do art. 239, item I, letra b, atinente à formação de juízo para decisão sobre matéria em tramitação, que fica obstado pela insuficiência das informações contidas no mencionado Aviso Ministerial;

Requeremos, nos termos citados do Regimento, a complementação de respostas visando a esclarecer:

- confirmado, pelos termos da resposta à 1ª questão, ter havido concessão de Postos Revendedores a quatro pessoas aparentadas a funcionários do Conselho Nacional do Petróleo, qual a identidade destes concessionários, qual o cargo e função dos funcionários do CNP de quem são parentes e em que localidades obtiveram as concessões?
- que pré-qualificações — profissão, ramos de atividades de negócios e experiência anterior em revenda de derivados de petróleo — apresentaram estes concessionários?
- foram, posteriormente a estas, realizadas novas concessões de Postos de Revenda? Em que número e onde estarão localizadas?

Sala das Sessões, 9 de agosto de 1983. — Álvaro Dias.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Serão requeridas as informações solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 745, DE 1983

Senhor Presidente:

Requeremos, nos termos do artigo 38, caput, da Constituição e do Regimento Interno do Senado, Artigo nº 418, seja convocado a comparecer ao Senado o Senhor Ramiro Saraiva Guerreiro, Ministro das Relações Exteriores, para dizer qual a posição do Brasil face aos acontecimentos que, como do conhecimento geral, têm agitado e enlutado o Chile.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 1983. — Luiz Viana — Jorge Kalume — Nelson Carneiro — João Calmon.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia nos termos regimentais.

Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM Nº 300, DE 1983

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

Cumpre-me levar ao conhecimento do Congresso Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, que a Junta Médica responsável pela cirurgia de revascularização miocárdica e tratamento pós-operatório, a que fui submetido na Cleveland Clinic Foundation, nos Estados Unidos da América do Norte, após avaliação da minha convalescença, concluiu pela necessidade de um período de 15 (quinze) dias de licença de minhas funções na Presidência da República, a partir do meu regresso ao Brasil, fixado para o dia 12 do corrente mês.

Do acolhimento dessa recomendação médica, do qual decorre afastamento temporário do exercício do meu cargo, estou dando conhecimento formal ao Senhor Vice-Presidente, Doutor Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, para os fins de direito.

Brasília, 12 de agosto de 1983. — João Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — O expediente lido vai à publicação e será lido na sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder de partido.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ) Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, o mundo civilizado acompanha com espanto a extrema violência da ditadura chilena, na vã e desesperada tentativa de sufocar indomável reivindicação popular pela restauração democrática, depois de dez longos e sofridos anos de arbítrio, quanto mais flui o tempo mais se entraiza em nossa consciência que nenhuma força humana é capaz de sepultar indefinidamente os anseios de liberdade, como não há engenho capaz de aprisionar eternamente o ímpeto da natureza.

Um dos males dos golpes militares vitoriosos, e quase sempre o maior, é multiplicarem, quando no poder, por milhares, por dezenas de milhares, os poucos dias gastos em sua preparação. Julgam-se predestinados salvadores os que os conduzem, ou os espertos que deles se apropriam, e não percebem o instante de devolver o poder aos escolhidos pela vontade popular.

A truculenta ação governamental contra os que, em Santiago e Viña del Mar, clamavam contra a eternização da ditadura, não distinguiu, no descontrole de sua fúria, velhos e moços, mulheres e crianças. E, nos túmulos regados pelas lágrimas dos amigos da liberdade, repousam mais de duas dezenas de vítimas, como se fosse possível,

calar com o matraquear das metralhadoras o grito de revolta de um povo que não se rendeu, nem se renderá, à pretendida perenização de um Governo de força, e não de direito.

Ainda há dois dias, um ditador arrependido, Alejandro Lanusse, confessava:

— “É preciso rechaçar por completo todos os tipos de messianismo de grupos que são ou se acreditam poderosos. Estes pensam que através de sua ação, isolada, serão capazes que o país precisa. Entretanto, com todos os defeitos que têm, o sistema democrático é a única forma de todos nos comprometermos e participarmos por igual.”

Ao saudar, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, aos parlamentares americanos aqui reunidos para a posse do Presidente Costa e Silva, proferiu essas palavras, que a sucessão dos anos não envelheceram:

— “Há mais de um século, John Russell exclama na Câmara dos Lordes:

“Quando me perguntam se uma nação se acha amadurecida para a liberdade, respondo: existe algum homem amadurecido para ser despotista?” Pesquisa histórica constataria que, através dos séculos, os ditadores vão utilizando, de geração em geração, o mesmo espelho mágico em que, quanto mais se miram, mais se vêem ornados de qualidades alheias, enquanto os defeitos aparecem pendurados no peito dos adversários.”

Acabo de dirigir-me, e, também, subscrever o requerimento do ilustre Senador Luiz Viana Filho, Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, não só à ONU e à OEA, na qualidade de Presidente do Parlamento Latino-americano, mas igualmente a todos os congressos que o compõem, solicitando-lhes que manifestem seu público e veemente protesto contra a cruel repressão que manchou de mais sangue a marcha do povo chileno em favor da normalidade democrática, sem conseguir calar o som cada vez mais estridente das panelas vazias, brado de revolta e canto de esperança, até que se restaurrem a paz e a ordem constitucional na gloriosa terra onde, por três séculos, a bravura dos araucanos resistiu à dominação estrangeira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Luiz Viana — Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Tem a palavra o nobre Senador Luiz Viana.

O SR. LUIZ VIANA (PDS — BA) — Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Acredito que a forma mais eloquente, para traduzir os sentimentos e o pesar da Nação, ante a comunicação que desejo fazer à Casa seria dizer: morreu Alceu de Amoroso Lima.

Era ele, sem dúvida, e com isso creio que não pretiro ninguém, hoje, a maior figura intelectual do Brasil.

Não era romancista, não era poeta, não era orador, não era jornalista dos militantes, talvez pudéssemos tê-lo como um crítico. Mas, nessa condição de crítico, ocupando durante largos anos as colunas da imprensa brasileira, ele se tornou, não somente pela sua cultura e pela sua inteligência, mas sobretudo pela sua bravura, pela firmeza das suas convicções, das suas idéias, da sua ação, um píncaro na intelectualidade brasileira.

Convertido ao catolicismo, no fim da década de 20, e convertido por Jackson de Figueiredo e Leonel França, participou daquele grupo católico que fundou o Centro Dom Vital.

Bastaria o nome escolhido, Dom Vital, o grande bispo do Recife, para que logo se visse que, o que eles desejavam, era uma igreja militante, uma igreja atuante, uma igreja presente na vida do País. E realmente, essa igreja aí está e deve ser compreendida, entendida, mesmo nos momentos em que dela divirjamos.

O Sr. Aderbal Jurema — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muita honra.

O Sr. Aderbal Jurema — Senador Luiz Viana, Pernambuco, onde Dom Vital teve a sua atuação maior, quer se associar às manifestações de profundo pesar que V. Ex^e traz a esta Casa pelo desaparecimento de Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde do modernismo brasileiro, o crítico literário que deu à profissão de julgar as letras como que um status de supremo tribunal da cultura. Um crítico literário que depois se sentiu tocado pela graça e transformou-se em um crítico de idéias, quando, seguindo exemplos de Jackson de Figueiredo, foi um combatente de primeira hora por um cristianismo marainiano, que, ainda hoje, repercute na formação daqueles escritores brasileiros de após guerra; um crítico de idéias que, em pleno regime de exceção, nunca fugiu às suas posições, quer erradas ou certas, mas firmes, francas e leais. É este homem que V. Ex^e diz representar, sem dúvida, a maioria cultural do País. E nós estamos de acordo, Senador Luiz Viana, porque V. Ex^e, do alto da sua majestade de historiador sem mácula, está, neste instante, nesta Casa, que é, sem dúvida, a Casa do Povo brasileiro, está fazendo também História, História como sempre soube fazer, ao assinalar o desaparecimento de Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde das letras brasileiras.

O SR. LUIZ VIANA — Ao agradecer o aparte de V. Ex^e, eu peço licença para dizer à Casa que o eminentíssimo Líder, Senador Aloysio Chaves, me permitiu dizer neste momento, que falo não somente no meu nome pessoal, mas também em nome da Liderança do meu Partido.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Luiz Viana, o meu partido e a liderança não poderiam encontrar figura mais expressiva para fazer este pronunciamento do que V. Ex^e, pelo seu talento, pela sua cultura, pelos laços que o ligavam a Alceu de Amoroso Lima, escritor, ensaísta, crítico literário, filósofo, pensador católico, de cujo movimento foi líder incontestável em todo o Brasil. V. Ex^e com ele conviveu muitos anos e pode, portanto, dar à Casa, na dimensão exata, o perfil deste brasileiro extraordinário. V. Ex^e fala em nome da Liderança, com muita honra para a liderança do partido, e em nome do PDS.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^e a honra que me dá.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Hélio Gueiros — Desejo, Senador Luiz Viana, em nome do PMDB, me associar à justa homenagem que V. Ex^e presta, em nome do Senado, à figura de Alceu de Amoroso Lima. E quanto a uma biografia rápida, V. Ex^e já a fez, juntamente com o Senador Aderbal Jurema, e mais ainda o Senador Aloysio Chaves. Eu desejo apenas ressaltar, nobre Senador Luiz Viana, a extraordinária, a incomensurável participação de Alceu de Amoroso Lima no processo de reabertura democrática no Brasil, que hoje nós estamos vivendo. Ele mostrou que a idade não é fator para se afastar os grandes homens públicos do Brasil da luta política. E ele, com seu talento, com sua bravura cívica e com seu exemplo, conseguiu dar uma parcela

muito importante para esse processo de redemocratização do País. Chegou, inclusive, eminente Senador Luiz Viana, a ser vetado, ocasionalmente, pelo jornal onde escrevia, mas a sua força moral era tanta que o jornal lhe pediu desculpas e ele voltou a escrever nesse jornal, sempre com o mesmo brilho, o mesmo talento e a mesma bravura cívica. Em nome do PMDB eu me associo à homenagem que V. Ex^e está prestando nesta hora.

O SR. LUIZ VIANA — Ao agradecer o aparte com que me distingue o nobre Senador Hélio Gueiros, desejo acentuar que, realmente, um dos aspectos que marcaram os últimos anos de vida de Alceu de Amoroso Lima foi a sua coragem, a sua coragem de permanecer nas colunas de jornais durante todo o período que decorre de 64 até hoje, expondo sem o menor constrangimento, sem o menor receio as suas idéias. Com isso, ele, que já tinha a admiração da Nação, conquistou também o respeito de todos nós. Realmente, é admirável que um homem, que já se aproximava dos 90 anos de idade, doente — e a doença o acompanhou por cerca de cinco ou seis anos — que ele, nesse estado físico, nessa idade, que lhe permitiria o repouso, o recolhimento, continuasse com o mesmo entusiasmo, com a mesma bravura, com a mesma capacidade de ação que demonstrou até o fim de sua vida. Já internado na casa de saúde onde faleceu, em Petrópolis, foram vários os artigos que publicou no *Jornal do Brasil*, nas últimas semanas, em todos eles demonstrando aquela mesma lucidez, aquela mesma inteligência clara, voltada para os fatos que marcaram a sua gloriosa vida de brasileiro. Não digo de escritor, Sr. Presidente, porque Alceu de Amoroso Lima está acima disso. O que ele é, na realidade, não só um grande escritor, mas um grande brasileiro. E é esse brasileiro, Sr. Presidente, que hoje desaparece, aos noventa anos de idade, para entrar na glória da imortalidade, deixando seu nome como um marco de luz na história da cultura, da inteligência e da coragem do Brasil.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^e me dá licença de um aparte, nobre Senador Luiz Viana?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Nelson Carneiro — V. Ex^e, ao fazer o necrológio ou a exaltação da vida de Alceu de Amoroso Lima, não representa apenas o pensamento do Partido Democrático Social nem do Partido do Movimento Democrático Brasileiro; V. Ex^e representa o pensamento de todo o Senado Federal. E poderia dizer, por extensão, de toda a Nação brasileira, que acompanhou durante anos, durante muitos anos, a trajetória desse eminentíssimo brasileiro, que V. Ex^e coloca realmente como um padrão acima de qualquer distinção, de escritor, de poeta, de pensador, de crítico, realmente, de um grande brasileiro. E porque V. Ex^e está a encerrar o seu discurso, eu pediria, se não lhe causasse莫斯a, permitisse, para o estudo e exame das gerações que hão de vir, permitisse incluir no seu discurso, como um documento à parte, o artigo que hoje Antônio Carlos Villaça publicou no *Jornal do Brasil* e que é uma síntese da vida pública de Alceu de Amoroso Lima.

O SR. LUIZ VIANA — Eu agradeço a colaboração de V. Ex^e e, embora ainda não tenha tido oportunidade de ler o artigo a que V. Ex^e se refere, estou certo de que, não somente pelas altas virtudes de escritor, de crítico, de Antônio Carlos Villaça, mas também pelos profundos laços que o ligavam a Alceu de Amoroso Lima, ninguém mais indicado para dele, neste momento, traçar um perfil.

Realmente, o que fazemos no momento, e V. Ex^e disse bem, é exaltar a figura de Alceu de Amoroso Lima. Não temos ainda o tempo necessário para dele fazer o perfil que merece, dando-lhe o lugar a que tem direito, sem qualquer favor, na vida intelectual do Brasil.

O Sr. Jorge Kalume — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer, sobre Senador Jorge Kalume.

O Sr. Jorge Kalume — Sempre fui um admirador do jornalista Alceu de Amoroso Lima e por isso eu quero me associar à justa homenagem que V. Ex^e está prestando a sua memória, e dizer que esses são dois jornalistas que bem se enquadram num pensamento que diz: "Há homens que quando morrem não desaparecem de toda a face da terra, ficam com a cabeça de fora vendo gerações e os anos passarem." Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Eu agradeço a V. Ex^e e posso lhe assegurar que entre as figuras do porte que V. Ex^e menciona estará, sem favor, na vida do Brasil, Alceu de Amoroso Lima. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

*DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
LUIZ VIANA EM SEU DISCURSO:*

De Alceu a Tristão e de novo a Alceu

Antônio Carlos Villaça
Arquivo JB — 12-9-1959

A vida de Alceu de Amoroso Lima — Tristão de Athayde — dividiu-se em duas partes: antes e depois da conversão ao catolicismo, em 1928. Alceu foi erudito, professor universitário, crítico de idéias, ensaísta e líder social. Sua obra, que abrange um conjunto de 80 livros publicados, girou em torno de problemas religiosos, filosóficos, literários, jurídicos, econômicos, pedagógicos, sociais.

Alceu era carioca, nascido no vale das Laranjeiras a 11 de dezembro de 1893, em plena revolta da Armada. Seu pai queria que ele se chamassem Floriano, porque era um florianista exaltado; mas a mãe sugeriu Alceu, o nome do poeta grego que amava a liberdade. Passou a infância na Casa Azul que ele evoca numa página belíssima escrita quando a demoliram, em outubro de 1940. Machado de Assis, que era seu vizinho, escreveu versos de ocasião para o seu batizado.

Rui Barbosa e Afonso Arinos (o velho) também freqüentavam a Casa Azul; e de Arinos, Alceu ouviu as primeiras estórias do sertão de Paracatu. Estudou as primeiras letras em casa, com um renovador da pedagogia, João Kopke.

No Ginásio Nacional, onde foi fazer as humanidades, estudou literatura brasileira com Coelho Neto; e em 1909 entrou para a Faculdade de Direito, no casarão da Praça Quinze. Será colega de Ronald de Carvalho, Rodrigo Otávio Filho, Leônidas de Rezende. Seus professores se chamarão Silvio Romero, Souza Bandeira, Afonso Celso, Cândido Mendes, Rodrigo Otávio, Inglês de Souza. Em 1912, dirige a revista *Epoca*, a que dá um cunho mais literário do que jurídico.

Formado em 1913, viaja pela quarta vez à Europa, em companhia de Rodrigo Otávio Filho. Percorre toda a Itália, e ouve as aulas de Bergson no College de France, em Paris. Estava em Paris quando começou a Guerra de 1914. Voltou ao Brasil por Lisboa.

Foi trabalhar no escritório de Souza Bandeira, advogado, escritor e acadêmico, que lia para ele os versos que da Suíça lhe mandava um sobrinho, Manuel Bandeira. De 1911 a 1917 esteve às voltas com a advocacia; e em 1917 passou ligeiramente pelo Itamaraty.

Um ano depois, resolveu casar-se com Maria Teresa de Faria, filha de Alberto de Faria e irmã do futuro escritor, Otávio. Empregou-se no escritório do pai, que era dono da fábrica de tecidos Cometa. Tornou-se diretor da empresa, e uma espécie de consultor jurídico.

Do casamento, nasceriam sete filhos, ao longo de vinte anos: Maria Helena, que seria tradutora, Silvia, Maria Teresa, que se tornou monja beneditina e é hoje abadessa do Mosteiro de Santa Maria, em São Paulo, Jorge, Al-

ceu, Paulo e Luis. Desde 1951 até agora, Alceu escrevia diariamente, para a filha monja, cartas às vezes muito longas, manuscritas. Não estará porventura aí a obra-prima do escritor, o seu diário espiritual?

"A Conquista lenta e cotidiana da liberdade, como condição da justiça, é o caminho que a nossa invencível paciência nacional tem de seguir"

Alceu Amoroso Lima, 1972.

Renato de Toledo Lopes convidou Alceu, em março de 1919, para ser o crítico de um jornal que reuniria os novos de então — Miguel Osório de Almeida, Carlos Delgado de Carvalho, Manuel Amoroso Costa. A 17 de junho de 1919, nasceram juntos *O Jornal* e a crítica literária de Tristão de Athayde.

O primeiro artigo assinado com este pseudônimo começava com estas palavras tão características: "Fizeram-se os programas para o prazer de os mal cumprir..." O segundo seria sobre Lima Barreto. Alceu já escrevera artigos esparsos no *Jornal do Commercio* ou na *Revista do Brasil*; mas em 1919 surgiu o crítico que foi, ao longo da década de 20, o intérprete do modernismo — isto é, da renovação das nossas letras. Através do rodapé de crítica de Tristão, várias gerações descobriram o valor da literatura e se orientaram a respeito de autores e livros.

No exercício dessa crítica militante, ele nunca se prendeu a grupos ou modismos. Foi sempre um crítico independente e largo, sem sectarismos, sem intolerância. Atacou a Viagem Maravilhosa, de Graça Aranha, que era seu amigo e estava no ouço da glória. E valorizou uma brochura de autor novo e desconhecido. A Bagaceira, de José Américo de Almeida.

Em 1922, publicou seu primeiro livro, um estudo sobre Afonso Arinos (o velho), escrito pedido de Jackson de Figueiredo, em que há um admirável ensaio a respeito do sertanismo e uma introdução em que nos propõe a sua concepção de crítica literária — o expressionismo crítico. Essa crítica expressionista logo tendeu para um "globalismo crítico" que abrangesse a totalidade do fenômeno literário e do fenômeno humano. Sua crítica foi sempre aquele humanismo crítico de que outros no Brasil foram também seguidores, como Roberto Alvim Corrêa, Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Álvaro Lins, um *criticism of life*, a crítica em contato com a vida.

Se os mestres da sua juventude inquieta tinham sido Anatole France, Machado de Assis e Eça de Queirós, os fecundadores da sua mocidade foram Croce, Barbusse e Proust. Gostava da peôsia de Mallarmé; e da música de Wagner. Comentaria infatigável das letras universais, trouxe para o Brasil nomes como Lebret, Garrie, Ducaillon, Dubois Gilson, Jounet, Papini, Marcel, Péguy e Bernanos, Bloy e Claudel, Maritain e Merton.

Soube valorizar e interpretar Cornélio Pena e Jorge de Lima, Murilo Mendes e Augusto Frédéric Schmidt, Otávio de Faria e Guimarães Rosa. Raquel de Queirós e José Américo; Lúcio Cardoso e José Lins do Rego. A sua crítica foi eminentemente não sistemática, aberta, não programática, por vezes dilacerada entre o ético e o estético, mas sempre comprensiva e curiosa.

Em 1928, houve o grande acontecimento da sua vida: a conversão ao catolicismo, por "influência de Maritain, Chesterton e Fulton Sheen". Alceu conheceria Jackson de Figueiredo em 1918, graças a Afrânia Peixoto. Tornaram-se amigos, e em 1924 começaram entre Jackson e Alceu uma correspondência que só terminou com a morte prematura e trágica de Jackson em 1928, aos 37 anos. As cartas de Jackson foram publicadas depois da sua morte, e são um documento importantíssimo da história espiritual do Brasil.

O encontro com Jackson representou para Alceu a vitória sobre o ceticismo. Ele dizia adeus a Anatole e se punha a ler Bernanos e Péguy. Na carta famosa a Sérgio Buarque de Holanda, Alceu disse em 1928 o seu Adeus à Disponibilidade.

Por esse tempo, Alceu teve uma preocupação muito viva e muito intensa com a loucura. Chegou a reunir uma pequena biblioteca a respeito, que depois doou à PUC. A conversão veio através dessa meditação sobre a loucura, isto é, sobre os limites do homem, ou o caos do cosmo. Um dia, ele definiu o fenômeno poético como a passagem do caos ao cosmo.

Sob a influência do impetuoso Jackson de Figueiredo e do padre Leonel França, Alceu se aproximou da cultura católica e da vida litúrgica. A 15 de agosto de 1928, recebeu a Eucaristia das mãos do grande jesuíta, na igreja de Santo Inácio.

Sua tendência, nos dias que se seguiram à conversão, se resumiu em abandonar a crítica de livros, exercida por 10 anos, e preparar teses para concursos universitários, num desejo nítido de inserir-se no debate ideológico através do magistério universitário.

Iniciou-se na filosofia tomista através do livro de Gredt. E seu mestre ficou sendo Jacques Maritain, cujos livros *Primaute du Spirituel* e *Trois Reformateurs* tiveram enorme influência no seu espírito.

Morto Jackson dois meses e meio depois da conversão de Alceu, ficou este sob a influência de duas personalidades que se completavam, o padre França e o Cardeal Leme. Os companheiros de Jackson o conduziram à direção do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*. E ele, um pouco a contragosto, aceitou essa missão de suceder a Jackson essa investidura de líder social.

Termina o período da primazia do estético ou do literário, e começa um período eminentemente ideológico ou doutrinal. O crítico literário será substituído pelo crítico de idéias, pelo ensaista, pelo doutrinador.

Alceu voltará à crítica. Fará, primeiro, só crítica a livros estrangeiros. Depois, volverá aos nacionais. Mas agora numa perspectiva mais ideológica. O grande livro desse período é *O Espírito e o Mundo*, de 1936, em que nos fala de Gabriel Marcel, entre outros. Fase de intensa militância, em que fundou (1932) o Instituto Católico de Estudos Superiores, germe da Universidade Católica.

Aos 42 anos, ei-lo chefe da Ação Católica, nomeado por D. Leme. No ano seguinte, 1935, é nomeado para o Conselho Nacional de Educação, onde permanecerá até 1969. Em agosto de 1935, entre para a Academia Brasileira de Letras, na sucessão de Miguel Couto.

Viajou pelo continente, nessa época, e escreveu seu livro mais vendido — *Idade, Sexo e Tempo*. Em 1941, tornou-se professor de literatura brasileira da Universidade do Brasil e da Universidade Católica. Faria concurso, em 1947, para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, com a tese sobre o crítico literário, cátedra de que se aposentou em 1963.

Permaneceu em *O Jornal* de 1919 a 1945, com pequeno intervalo. Em 1945, deixava simultaneamente a crítica regular e a liderança da Ação Católica. Em junho de 1947, assumia no *Diário de Notícias* a seção "Letras e Problemas Universais", que durou dezenove anos, sem interrupção. Terminou em julho de 1966, com a morte do suplemento literário. Mas em abril de 1958 a sua colaboração se iniciara no *Jornal do Brasil*, duas vezes por semana.

Colaborou assiduamente para *La Prensa*, de Buenos Aires. Em 1937 foi eleito membro da Academia Argentina de Letras. Em 1947, para a Academia Uruguaia de Letras. Logo depois da II Guerra, iria a Montevideu fundar com Manuel Ordóñez, Dardo Regules, Rafael Caldera, Eduardo Frei Montalva o movimento democrata-cristão na América Latina.

"Há ânsia de saber por parte das massas, mas se a universidade se abrir sem critério a essa ânsia, diminuiremos a capacidade de fazer cultura"

Alceu de Amoroso Lima, 1983

O período de 1929 a 1938 se caracteriza na sua liderança como uma espécie de continuidade em relação ao autoritarismo político de Jackson do Figueiredo. É dessa época uma certa recomendação do integralismo, como a que pode ser encontrada no volume *Indicações Políticas*, de 1936. A intimidade com Bernanos, que veio para o Brasil em 1938, a leitura dos estudos de Maritain sobre a democracia, a Segunda Guerra Mundial, tudo isso mudou fundamentalmente a orientação político-social de Tristão. O longo prefácio que escreveu à sua tradução de *Noite de Agonia na França*, de Maritain, mostra um Alceu apaixonado pela causa das democracias, pela causa da França e da Inglaterra.

Desde a leitura do artigo de Congar, em *La Vie Intellectuelle* — "Dieu este-il à droite?" —, de 1935, Alceu evoluía no sentido do povo, da participação de todos no Governo, de um ideal de igualdade e justiça social. A vinda do padre Lebret ao Brasil em 1947 completou essa evolução lenta e profunda. Apresentando o dominicano Lebret no Centro Dom Vital, Alceu fez a apologia do humanismo econômico.

Em 1950, Alceu foi à Europa. Visitou Pio XII, a quem ofereceu um exemplar do seu livro *Mensagem de Roma*. Falou na Sorbonne. Recebeu a Legião de Honra, como já recebera a Ordem de São Gregório, da Santa Sé. Em dezembro de 1951, partiu para os Estados Unidos, onde assumiu em Washington as funções de diretor de cultura da União Pan-Americana (por dois anos).

Sua irradiação internacional foi muito ampla. Em 1958/59 deu um curso de civilização brasileira na Universidade de Nova Iorque, e recebeu, com Villa-Lobos, o título de doutor honoris causa. Em outubro de 1962 representou o Brasil, com Afonso Arinos, na abertura do Concílio Vaticano II; e conversou com João XXIII. Em 1967, o Papa Paulo VI o nomeou membro da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Santa Sé. E o Instituto de França o elegeu para a Academia de Ciências Moraes e Políticas, por indicação de Gabriel Marcel.

O cinqüentenário do seu primeiro artigo em 1969, teve celebrações nacionais. No mesmo ano, Tristão recebeu o prêmio Moors Cabot, em Nova Iorque. Entre muitos prêmios brasileiros, recebeu em 1977 — em Brasília — o Prêmio Nacional de Literatura, por conjunto de obra, quando fez um veemente discurso de improviso, vigorosa apologia da liberdade.

Os livros mais expressivos da sua evolução bem podem ser *Política e Letras*, estudo magistral de 1924, o ensaio sobre Afonso Arinos (o velho), as cinco séries de *Estudos*, de 1927 a 1933, *O Problema da Burguesia*, de 1932, que representa uma ruptura, *O Cardeal Leme e Mitos do Nosso Tempo*, ambos de 1943. Mas o seu melhor ensaio, a meu ver, é *O Espírito e o Mundo*, de 1936, estudos críticos sobre autores e livros estrangeiros.

Seu espírito foi sempre um espírito de composição e de síntese. Amou a conciliação, o equilíbrio, a medida. Presidente do Centro Dom Vital e diretor da revista de cultura *A Ordem* durante quarenta anos, quis dar ao catolicismo no Brasil uma dimensão cultural e uma perspectiva de abertura e diálogo. Foi, sob esse aspecto, um grande precursor.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — A Mesa se associa às manifestações de pesar, pelo desaparecimento de Tristão de Athayde, e fará a comunicação aos familiares do ilustre morto.

Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Pouco antes de revelar a suposta urgente necessidade da intervenção cirúrgica no Presidente João Figueiredo, eu me permiti o direito, não só inicialmente de descrever do estado de saúde de Sua Excelência, como também, depois, de desconfiar da viabilidade da intervenção cirúrgica como solução definitiva para os problemas de saúde de S. Ex^a.

Bem a propósito, e para demonstrar que eu, na ocasião, não estava falando incoerência, a "TV Globo", sábado passado, exibiu um filme com o nome de "Corrupção Branca" em que se apresenta essa situação ou esse dilema entre a validade ou a invalidade dessa intervenção cirúrgica para a solução de problemas cardíacos. O interessante da história é que o filme tinha um médico vilão e um médico herói, este por sinal encarnado por um médico de cor. No final da história o médico vilão aconselhava a operação e o médico mocinho desaconselhava, com detalhes de um certo suspense. E no final, no momento em que o paciente recomendado pelo médico vilão estava já na mesa operatória, houve uma ação do médico mocinho e foi suspensa a operação, na hora em que se procurava esquartejar o paciente que não queria ser operado.

Agora, Sr. Presidente, que V. Ex^a acaba de ler um Requerimento do Presidente João Figueiredo, de que só necessita de mais 12 dias de licença para a sua completa convalescência, eu mais uma vez vou me atrever a discordar desse laudo, embora seja leigo. Mas exatamente por ser leigo é que a gente pode discutir esse assunto, porque os médicos têm a ética e eles não fogem a essa ética, e, portanto, não vão opinar isso dessa ou daquela maneira.

O próprio Presidente da República declarou que lhe parecia haver sido atropelado por uma jamanta, tais as consequências que lhe ficaram no corpo. Quem já recebeu qualquer tipo de atropelamento, até de um volkswagen, sabe que, muito dificilmente, com 20 ou 30 dias um paciente, uma vítima dessas poderá se recuperar. De modo que, quem foi atropelado, como bem figuradamente o disse o Presidente da República, por uma jamanta, dificilmente vai dispor de condições físicas para voltar ao exercício pleno de suas funções de Presidente da República.

Sr. Presidente, além dessa falta de condições físicas para Sua Excelência reassumir o poder dentro de mais 10 ou 12 dias, significa que sua Excelência também não está na plenitude das suas condições emocionais, tanto que, na véspera de regressar ao Brasil, concedeu uma entrevista à imprensa em que disse ter horror, ter ojeriza à política. Ele fez uma distinção ou pretendeu fazer uma distinção entre política com "P" maiúsculo e política com "p" minúsculo. Mas essa diferenciação é uma ingenuidade, porque não há diferença absolutamente nenhuma entre política de "P" maiúsculo e política de "p" minúsculo. O que houve é que o Presidente da República confessou publicamente para todos os jornais, rádios e televisões do Brasil que não tem a mínima disposição de fazer política.

Verifica-se, portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que o eminente Presidente João Figueiredo, cujo regresso nós todos festejamos e saudamos com toda a simpatia, não deverá ter condições físicas totais, completas, para reassumir o poder dentro de 12 dias, tanto mais, antes de ele fazer a operação, já os Ministros, inclusive o ministro Délia Jardim de Mattos, diziam que os Ministros estavam poupano o Presidente e não iam levar ao Presidente todos os problemas e questões. É evidente que se Sua Excelência reassumir o poder sem a plenitude das suas condições físicas, outro vez haverá o procedimento cauteloso e zeloso dos Srs. Ministros e o Senhor Presidente da República será poupano de apreciar questões e problemas que deveriam chegar ao seu conhecimento.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — O pior, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que além de não dispor dessas condições físicas e nem dessas condições vocacionais e emocionais, o Senhor Presidente da República, sem antes tomar conhecimento de coisa alguma do que se passou na sua ausência, aqui no Brasil, vai logo dizendo que não vai modificar coisa alguma. E o seu Chefe da Casa Militar adianta um pouco mais e declara que a aprovação do Decreto-lei nº 2.045 é um caso de Segurança Nacional.

O Sr. Aloysio Chaves — Permite-me V. Ex^a uma aparte?

O SR. HÉLIO GUEIROS — Concedo o aparte, com todo o prazer, nobre Senador Aloysio Chaves.

O Sr. Aloysio Chaves — Nobre Senador Hélio Gueiros, pensei em não intervir no discurso de V. Ex^a, porque realmente creio que causa certa surpresa, até ao próprio Senado, a especulação que V. Ex^a está fazendo, inteiramente desnecessária, inteiramente inopportuna e eu direi até inconsequente, porque V. Ex^a declara primeiro, que houve uma suposta necessidade do Presidente submeter-se a uma intervenção cirúrgica. Além dos médicos brasileiros, que examinaram o eminentíssimo Presidente da República, Sua Excelência submeteu-se a um exame completo, rigoroso numa clínica da maior reputação mundial, com a qual V. Ex^a quer até fazer uma certa ligação com o episódio de um filme que teria passado no cinema ou na televisão. V. Ex^a diz que descritas do estado de saúde do Presidente, V. Ex^a fala na viabilidade de intervenção cirúrgica para a recuperação da saúde do Presidente. Ora, isto é uma especulação sem nenhum fundamento, o Presidente João Figueiredo não iria submeter-se a uma intervenção cirúrgica desse porte senão houvesse necessidade. Ele foi examinado em Brasília pelos seus médicos, foi examinado, no Rio de Janeiro, por médicos da mais alta reputação, e o foi também numa clínica, repito, mundialmente conhecida. E o Presidente numa convalescência normal, como muitas pessoas, tem recuperação plena, e num prazo relativamente exíguo, retorna ao Brasil. Quem o recebeu, como vários Senadores aqui presentes o fizeram, no aeroporto, constatou, pela própria fisionomia do Presidente, a recuperação plena, completa da saúde de Sua Excelência. Sua Excelência apenas precisa, nessa fase de convalescência, completá-la e para isso pediu uma licença de mais quinze dias, mediante comunicação que fez ao Vice-Presidente da República. Criar-se uma questão em torno disso, especular com isso no Senado Federal, levantar uma dúvida, uma suspeita sem nenhum fundamento — eis o absurdo! Creio, nobre Senador Hélio Gueiros, que não consigo alcançar o objetivo do discurso de V. Ex^a. V. Ex^a é um homem arguto, mas acho que se deixou dominar aqui pela preocupação do jornalista, do repórter, e está construindo uma notícia que não terá eco dentro da Nação, nem nesta Casa, porque ela não conduz a coisa alguma. Nós devemos, é, realmente, declarar que o Presidente retornou ao Brasil em plena convalescência, consolidando a total recuperação da sua saúde e dentro de poucos dias reassumirá, em plena capacidade física, intelectual, com toda a sua dedicação à causa pública, novamente o cargo de Presidente da República. E o fará para completar o seu mandato com a mesma dedicação, com o mesmo patriotismo, com o mesmo zelo, como sempre o fez até hoje.

O SR. HÉLIO GUEIROS — Eminentíssimo Senador Aloysio Chaves, é evidente que se não fosse o grande apreço e admiração que tenho por V. Ex^a não teria imediatamente concedido o aparte a V. Ex^a porque vou chegar no fim do meu pronunciamento a uma proposta, a uma sugestão baseado nestas considerações que estou fazendo.

Eu sei que é muito difícil discutir-se sem pieguice, no Brasil, aqui no Senado ou em qualquer ambiente, uma

situação envolvendo doença ou envolvendo coisa parecida. Acontece que o Senado Federal não é lugar para pieguices nem sentimentalismos exagerados, quando está em jogo o destino da Nação brasileira, que passa por uma das crises mais sérias.

É preciso, portanto, que se discuta o assunto com toda a franqueza, com toda a sinceridade e não haja interdição, nem tabus quanto ao fato de se dizer uma coisa que 120 milhões de brasileiros sabem hoje. O Presidente João Figueiredo ainda não tem condições físicas para reassumir a Presidência da República. Isso é um fato que todo o mundo sabe. O que há é essa pieguice e essa conveniência de não se dizer, mas querer-se admitir que o Presidente Figueiredo está no auge da sua força física e tem todas as condições para voltar a dirigir o Brasil. Ele está ainda sem condições físicas e, como eu disse, ainda sem condições vocacionais e emocionais, porque vai logo dizendo que não vai mudar nada, porque na hora de tempestade não se muda nada.

Ora, Sr. Presidente, se não se muda na hora de tempestade e na hora de crise, na hora de bonança é que não há justificativa alguma para se mudar coisa alguma. Mudamos o rumo de alguma coisa quando ela vai para o despenadeiro, para o abismo. Mudar o rumo quando tudo está pacífico, quando tudo está plácido e sereno, não há razão alguma.

No caso brasileiro, há necessidade de mudança de rumo. E se alguma tripulação insiste em ir em direção ao abismo, há necessidade de se tirar esses elementos que não estão sabendo se conduzir à altura das necessidades do Brasil de hoje.

A outra observação que me espantou, apesar de o Senador Aloysio Chaves ter dito que se espantava era com a minha intervenção, foi o Ministro-Chefe da Casa Militar dizer, na chegada do Presidente da República, que Sua Excelência não iria mudar nada, que a aprovação do Decreto-lei nº 2.045 era caso de segurança nacional.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Senadores, esse decreto, essa espoliação, esse esbulho ao operariado brasileiro começou primeiro com o cancelamento dos 10% de produtividade que ele tinha. Depois, com o expurgo do INPC, já expurgado, já retirado de 10, 20 ou 30%, e agora, o Decreto-lei nº 2.045, além dos 10% que lhes foram tirados, além das taxas expurgadas, ainda vem, agora, tirar-lhes 20%. Quer dizer, o operariado brasileiro vai ter um desfalque quase de 40 ou 50% com relação ao aumento do custo de vida. Mas, S. Ex^t o Sr. Ministro-Chefe da Casa Militar diz que é uma questão de honra para o Governo, e falava, naturalmente, em nome do Presidente João Figueiredo que estava chegando, naquela altura, e era esse o recado que estava dirigindo ao seu Partido, que era caso de segurança nacional.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, de segurança nacional é o caso CAPEMI, onde dilapidaram milhões e milhões de dinheiro nacional e estrangeiro, onde se deu um trambique de 25 milhões de dólares e onde não se fez o desmatamento. Quero dizer a V. Ex^ts, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que estive, ainda semana passada, em Santarém e lá existe uma mini-hidroelétrica onde também não foi feito o desmatamento, uma hidroelétrica de 20 mil quilowatts. Por que não foi feito o desmatamento dessa pequena hidroelétrica a Central Elétrica do Pará está gastando agora cerca de 5 bilhões de cruzeiros para recuperar a turbina que ficou mergulhada, porque a vegetação que não foi retirada em contacto com a água criou ácido e corrosão na turbina e ela teve que ser recuperada, e para isso o Governo teve que gastar 5 bilhões de cruzeiros. Se houve necessidade de 5 bilhões de cruzeiros para se recuperar uma turbina de 20 mil quilowatts, o que dizer, Sr. Presidente e Srs. Senadores, quando se tiver de recuperar turbinas que vão gerar 7 milhões de quilowatts?!

Caso de Segurança Nacional é o caso da CONAN, ainda irresolvido; aquele que fez com que os plantadores de cana ocupassem a rodovia Transamazônica, porque

se viram desprezados e espoliados pelas autoridades federais. E agora mesmo, eles passaram um mês aqui em Brasília, tentando encontrar uma solução para a safra de cana-de-açúcar desse ano e o funcionamento da usina, e não houve solução de espécie alguma, embora eles tivessem andado de Herodes para Pilatos, de Scilas para Caribdes, e não arranjaram coisa alguma! Caso de Segurança Nacional...

O Sr. Aloysio Chaves — V. Ex^t permite um aparte, nobre Senador?

O SR. HÉLIO GUEIROS — ... Sr. Presidente, Srs. Senadores, isso o Chefe da Casa Militar deveria saber, é o caso da Delfim quando se roubaram dos dinheiros públicos cerca de 200 bilhões de cruzeiros e nada se faz para deter ou para se responsabilizar penalmente os seus responsáveis.

Caso de segurança nacional, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é o caso da Coroa, onde se repete um trambique de 418 bilhões de cruzeiros e não se tem notícia, também, de nenhuma tentativa de recuperação dessa quantia.

Caso de segurança nacional é o caso do FMI, como bem disse o ilustre Presidente desta Casa, tomando conta do Palácio do Planalto, nos seus gabinetes, nos seus escritórios, com lápis vermelho, tomando conta de papéis e documentos de toda ordem, isso é que é caso de segurança nacional.

Caso de segurança nacional, o Sr. Chefe da Casa Militar deveria saber, é a situação que foi levada sábado na televisão pela TV Globo, quando ela mostrou crianças chorando, numa cidade distante 71 quilômetros apenas da cidade de Fortaleza, essas crianças choravam, gritavam, berravam, e a repórter perguntava à mãe delas por que elas estavam chorando e ela dizia que estavam chorando porque estavam com fome, não tinham o que comer.

Isso é que é caso de segurança nacional e não como diz o Chefe da Casa Militar, caso de segurança nacional é tirar-se mais 20% dos minguados salários dos trabalhadores que recebem salário mínimo no País.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, vou chegar onde quero chegar. Se o Presidente da República acha que tudo tem que continuar como está, se o Sr. Chefe da Casa Militar fala pelo Presidente da República e diz que se tem que extorquir os assalariados brasileiros em mais de 20%, porque eles ficarão reduzidos a 80% do INPC, que já expurgado, se tudo isso está acontecendo, e o Senhor Presidente da República acha que não se deve mudar nada, a sugestão que tenho a fazer é que Sua Excelência, em vez de 10 ou 12 dias, tire uma licença maior, de 10 ou 12 meses, e permita que aqueles que acham que tem que se mudar alguma coisa no Brasil, assumam o poder. Sua Excelência irá para a sua convalescença, ficará muito bem tratado, mas deixará que aqueles que acham que a fome no Nordeste, CONAN, Capemi e outros escândalos são casos de segurança nacional assumam o poder, façam as investigações e promovam a punição que se deve fazer, pelo bem do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e agora o nobre Senador Aloysio Chaves talvez possa me entender e verificar que eu estava estabelecendo as premissas para justificar esta minha proposta. Se o Senhor Presidente da República não está, como todo mundo sabe, na plenitude das suas condições físicas, se não está com disposição, que se afaste temporariamente. Aliás, é um mal que dá em Cleveland: da última passada, logo que fez aqueles exames em Cleveland e foi noticiado que não haveria mais necessidade de operação, Sua Excelência deu uma entrevista, mutatis mutandis, igual a esta que acabou de dar. Sua Excelência dizia que tinha nojo de político. Pois essa síndrome dessa doença de Cleveland voltou a repetir-se agora em Sua Excelência o Senhor Presidente da República, e antes de chegar aqui foi logo dizendo que não tem condições de fazer política.

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores, se o Presidente da República não tem condições físicas, se não tem condições emocionais, se não tem condições vocacionais, ele poderia prolongar um pouco mais essa sua licença e dar oportunidade a que o Vice-Presidente Aureliano Chaves, que, segundo se diz, é favorável a mudanças, e ainda hoje ou amanhã iria ao Presidente João Figueiredo mostrar o que achava que deve mudar, que Sua Excelência o Vice-Presidente da República promova as medidas que o Presidente João Figueiredo não quer, por isso ou por aquilo, tomar. Mas permitir que alguém em plenas condições físicas e emocionais, tome as medidas necessárias ao bem-estar e à prosperidade desta Nação.

Há poucos dias, há três ou quatro dias, o eminentíssimo Senador João Calmon colocava-se em situação exatamente contrária ao Chefe da Casa Militar, e dizia que se esse Decreto-lei nº 2.045 fosse aprovado, ele temia por uma convulsão social no Brasil, e ele até dizia que se admirava de até agora essa convulsão não ter acontecido.

Sr. Presidente, antes que o leite se derrame, é preciso uma providência. E a providência, de modo amistoso, cordial, que eu faço neste instante, é no sentido de que o Senhor Presidente da República, que não se sente animado a fazer política, que não se sente animado a mudar nada, que acha que é caso de segurança nacional tirar mais 20% do aumento dos trabalhadores de salário mínimo, que ele, espontaneamente, saia do tablado por algum tempo, deixe o Governo da República nas mãos do Vice-Presidente da República, para que ele tome as medidas que Sua Excelência o Presidente não deseja tomar.

E a sucessão presidencial? poderá perguntar alguém. O Presidente, se sair da presidência, perde o comando da sucessão presidencial. Também tenho uma sugestão, Sr. Presidente e Srs. Senadores; não tem porque o Presidente Figueiredo ficar ao lado do Sr. Paulo Maluf, ele que se vire; não tem porque ficar do lado do Sr. Andreazza, ele que se vire; não tem porque ficar ao lado do próprio Sr. Aureliano Chaves, ele que se vire, e está-se virando. Não tem porque ficar ao lado desse ou daquele. Ele tem é que ficar ao lado do povo brasileiro. E o povo brasileiro quer eleições diretas. Com eleições diretas ele se livra dos incômodos Andreazza, Maluf, ou quem quer que seja, porque devolverá ao povo brasileiro o direito de escolha, e ele será, assim, consagrado pela história e pela nação brasileira, se realmente tomar essa medida de retornar as eleições diretas para Presidente da República, tendo porém, o cuidado antes de enviar ao Congresso um projeto de emenda à Constituição, ou mandar que seu Partido o faça, reduzindo para quantos anos o mandato de Presidente da República. Está provado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que seis anos, sete anos para um Presidente da República é demais para um país como o Brasil. Não adianta vir com a conversa de que na França é assim, na China, no Japão, ou coisa que o valha. O Brasil é o Brasil, não se aguenta mais de quatro anos. E o próprio Presidente João Figueiredo está verificando que aquele entusiasmo, aquela disposição, aquela gana que ele tinha para governar, pouco a pouco está desaparecendo, porque seis, sete anos, é demais para um Presidente da República. Aquele fogo que ele tinha com quatro anos, está-se acabando, e nós não deveremos permitir que continue no Brasil esse absurdo de um mandato presidencial de sete anos.

Sr. Presidente, era a proposta que eu tinha a fazer, pedindo desculpas ao Senador Aloysio Chaves se não conseguir fazer-me entender logo de saída. Mas a verdade é que eu tinha que jogar com esses fatos para mostrar a falta de condições, no momento, do Senhor Presidente para enfrentar certas situações e aconselhá-lo, aconselhar, não, porque não tenho idade para aconselhar Sua Excelência, mas para sugerir a Sua Excelência que abra alas, abra caminho para que o Vice-Presidente da República em exercício, Aureliano Chaves, tome as medidas que o País está a exigir e devolva as eleições diretas

para Presidente da República. Se o PDS vencer, tudo bem, continua o Presidente Figueiredo como bem queria, mas se as Oposições vencerem, Sua Excelência fique certo de que haverá dignidade, decência, coragem, por parte dos candidatos da Oposição, para bem dirigir este País e levá-lo aos seus altos e gloriosos destinos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O Sr. Aloysio Chaves — Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Nilo Coelho) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves, como Líder.

O SR. ALOYSIO CHAVES (PDS — PA) — Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Não era meu propósito voltar a insistir nas colocações prévias feitas pelo Senador Hélio Gueiros. Ouvi o discurso de S. Ex^a, um discurso contraditório, um discurso em que S. Ex^a abordou os mais dispares assuntos, desde uma suposta corrupção nos hospitais norte-americanos, a desnecessidade de uma intervenção cirúrgica do Presidente, a falta de recuperação física e a incapacidade de Sua Excelência para reassumir o seu cargo, à episódios ligados à CAPEMI, à CONAN, à DELFIN, às eleições diretas. Enfim, S. Ex^a fez uma larga e superficial digressão a respeito desses temas que serviu, na realidade, para mostrar como a Oposição analisa, e analisa mal, os fatos, e não os traz ao Senado para um debate acurado, um debate isento, um debate em profundidade das questões políticas, econômicas e sociais que no momento ocupam a atenção da Nação brasileira. Não vou voltar ao episódio da saúde do Presidente da República. É desnecessário comentar alguma coisa a esse respeito, e não passa pelo espírito de qualquer pessoa de mediano bom senso — nisso não vai nenhuma restrição a V. Ex^a, como sabe — que se submeta um Presidente da República a uma operação inteiramente desnecessária, com risco de vida, como essa, se não houvesse, como havia, uma rigorosa prescrição médica nesse sentido, rigorosa e acertada, como evidenciaram todos os exames. Sabemos todos nós, sabe o povo brasileiro, também, que o Presidente João Figueiredo não reassumiria as suas funções senão na plenitude das suas capacidades intelectual, física e emocional, para manter a mesma firme decisão de trabalhar em prol do desenvolvimento deste País, do processo de redemocratização, obra à qual S. Ex^a se dedica, com visão de estadista, de maneira infatigável, coerente com suas idéias, firme na execução de suas decisões.

Vejamos, a propósito, Sr. Presidente, o panorama econômico para o segundo semestre de 83, pelo menos na área externa, porque ele pouco difere daquele delineado na primeira metade deste exercício. Vou abordar esta questão para ressaltar, aqui, aspectos que foram ignorados ou distorcidos, ou pontos essenciais a respeito dos quais a Oposição não encetou ainda um firme debate no Senado da República.

O setor externo da economia, embora já revele alguns progressos, continua a ser caracterizado pela crise de lidez. Agora, porém, em função não apenas do não atingimento das metas relativas aos Projetos 3 e 4, mas sim, também, em função do atraso na liberação de recursos já contratados junto ao FMI e aos bancos internacionais que fazem parte dos Projetos 1 e 2.

Paradoxalmente, isto ocorre apesar de estar o País longe de alcançar as metas estabelecidas para o setor externo, naquilo que se mostra mais sensível à ação do Governo.

Ainda quando do comparecimento dos Ministros Delfin Netto e Ernane Galvães a esta Casa, a Oposição, no afã de criticar meramente por necessidade de afirmação

ridicularizava as metas estabelecidas para o superávit da Balança Comercial previsto para US\$ 6 bilhões — e dizia ser inocua ou inoperante a maxidesvalorização do cruzeiro decretada em fevereiro último.

Hoje, conhecidos os resultados relativos ao primeiro semestre, vê-se, uma vez mais, o quanto não eram fundamentadas aquelas críticas. Já em março, as exportações, ao situarem em US\$ 1,7 bilhões, começavam a mostrar os efeitos benéficos da maxidesvalorização, efeitos estes que se intensificaram nos meses seguintes, quando as exportações evoluíram para US\$ 1,8 bilhão em abril, US\$ 1,9 bilhão em maio, para chegarem ao nível de US\$ 2,2 bilhões em junho. Com isto, o resultado negativo observado no primeiro bimestre, quando as exportações se situaram a nível inferior em 5,3% ao do primeiro bimestre de 1982, foi amplamente revertido. Ao totalizarem US\$ 10,6 bilhões, ao final de junho último, as exportações, em 1983, já mostravam crescimento de 6,7% em relação ao primeiro semestre de 1982.

Face a esse comportamento, ao qual se associou a contenção das importações, o superávit comercial alcançou a cifra de US\$ 3,2 bilhões, o que representa mais de 50% da meta estabelecida para o ano como um todo.

Os dados relativos a julho, já divulgados, indicam para aquele mês novo superávit comercial, desta vez de US\$ 707 milhões, resultante de exportações no montante de US\$ 1.879 milhões e de importações a nível de US\$ 1.172 milhões.

Estes números, estamos certos, não serão contestados pela Oposição. Esta, porém, procurará desacreditá-los, alegando que para ele muito concorreu a redução das importações, o que ela condena.

Interessante este ponto. A Oposição condene a contenção das importações em 1983, esquecendo-se que em suas críticas à política governamental sempre ressalta o elevado endividamento incorrido pelo País por não ter contido antes as importações. A coerência não é virtude das mais observadas pela Oposição em suas críticas.

Teria, no entanto, essa política de endividamento externo sido irresponsável? Vejamos o que nos dizem os números:

Do final de 1976 ao final de 1982, a dívida externa líquida do Brasil passou de US\$ 19,4 bilhões para US\$ 65,6 bilhões, o que corresponde a uma crise de US\$ 46,2 bilhões.

De 1977 a 1982, em contrapartida, o Brasil dispendeu, apenas pelo acréscimo de preço de petróleo, importância adicional de US\$ 20 bilhões, apesar de ter reduzido substancialmente o volume dessas importações.

No mesmo período, só pela elevação da taxa internacional de juros, o Brasil dispendeu o montante adicional de US\$ 16,7 bilhões para fazer face ao pagamento dos juros sobre os empréstimos internacionais.

Foi o próprio Brasil que forneceu ao mundo, assim, nada menos do que US\$ 36,7 bilhões, apenas por ser obrigado a pagar preços mais elevados pelo petróleo e pelo uso de poupança externa. Será, pois, irresponsabilidade querer que os beneficiários desses aumentos, ainda que sob a forma de empréstimos, devolvam essa quantia? É óbvio que não!

Teria sido melhor que o Brasil tivesse evitado esse endividamento e, por força disto, reduzido suas importações no período 1977-1982 em US\$ 36,7 bilhões, ou seja, reduzido em 34% do total de US\$ 108,2 bilhões efetivamente ocorridos? Não teria isto representado austeridade muito mais acentuada? Não teria isto tido efeitos muito mais recessivos do que a redução de 12% programada para 1983?

Teria o Brasil sido imprudente ao aceitar um nível de endividamento exageradamente alto quando referido às exportações? É óbvio que não!

Em 1980 e 1981 a relação dívida externa líquida/exportações, relação admitida por todos organismos inter-

nacionais, foi de 2,3 e 2,2 respectivamente, o que não só se situa dentro dos padrões normais de segurança como se coloca até abaixo dos níveis registrados em 1978 e 1979, que foram, respectivamente de 2,5 e 2,6. É considerada uma margem técnica segura que o endividamento possa ser até 2,5 superior ao volume total das exportações do País.

Apenas em 1982 essa relação mostrou evolução desfavorável, mas isto porque, pela primeira vez desde 1967, as nossas exportações se mostraram menores do que as do ano anterior. Tivessem nossas exportações, em 1982, registrado, por exemplo, crescimento idêntico ao observado em 1981 (15%) e esta relação se teria mantido ao nível de 2,4. Mais uma vez, a resposta é não! O Brasil não foi imprevidente!

Teria por acaso o Brasil negligenciado no seu esforço de exportação para viabilizar essa dívida externa? Aqui é a própria elevação das exportações que nos dá a resposta! Houvesse o Brasil sido negligente neste setor e as exportações no período 1977-1982 não teriam crescido a uma taxa de 18% ao ano, apesar de todo o movimento adverso dos preços dos nossos principais produtos de exportação.

Só em 1981 e 1982, pelo efeito da queda de preços, o Brasil deixou de obter mais US\$ 5,4 bilhões em sua receita, dos quais nada menos do que US\$ 3,9 bilhões correspondem às perdas ocorridas em 1982.

Se compararmos com os preços de 1980, verificaremos, por exemplo, que em 1982 o preço do açúcar sofreu redução de 71%. O cacau teve, por sua vez, redução de 32%. O café não teve melhor sorte. Seu preço caiu em 31%. Isto só para citarmos aqueles produtos mais tradicionais em nossa pauta de exportações.

Onde a imprevidência?

Nos foros internacionais não faltou inclusive a palavra do Brasil propugnando por uma nova ordem econômica internacional. A própria Oposição não negou aplausos ao discurso do Presidente João Figueiredo na abertura dos trabalhos da Assembléia da ONU, em 1982.

Como evitar porém, que erros na condução da política econômica dos Estados Unidos redundem em forte pressão sobre as taxas de juros nos mercados internacionais? Como fazer com que a reciclagem dos petrodólares se canalize para os países importadores de petróleo? Como evitar afinal que os próprios países exportadores de petróleo, como o México, a Venezuela, o Irã, etc., pressionem o mercado internacional de capitais? Como evitar, enfim, que os países exportadores de petróleo, em crise externa tão ou mais aguda que a nossa, reduzam suas importações de produtos brasileiros e como evitar que eles deixem de nos pagar por compras anteriores?

Desconhece afinal a Oposição que o Brasil é credor hoje, de importância superior a US\$ 4,0 bilhões de países, entre outros, como o México e a Venezuela?

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqui se falou a respeito da política salarial adotada no Brasil como sendo uma política dirigida de maneira perversa, inflexível, contra os trabalhadores. Não se diz que essa medida está no elenco de outras providências que o Governo é compelido a adotar para tentar dominar a inflação, que é o maior mal que aflinge a Nação brasileira. Não se diz, Sr. Presidente, que na Itália, pelo período de 2 anos, a remuneração do trabalho foi congelada com a redução de 15%. Não se diz, Sr. Presidente, que o novo governo socialista da Itália acaba agora de tomar medidas drásticas neste sentido, provocando profunda inquietação social.

Ocorre, Sr. Presidente, que países como a Inglaterra, países como a Itália, países como os Estados Unidos têm seus partidos já perfeitamente estruturados e têm uma sólida, uma eficiente, uma poderosa organização sindical. Neles a livre negociação pode conduzir os problemas, as disputas, as questões relacionadas com a fixação

de salários, com as tarifas salariais, sem intromissão do poder público. Aqui, no Brasil, infelizmente, tal não se pode fazer ainda de imediato, porque, se fizéssemos uma opção hoje pela livre negociação, os protestos surgiriam de várias áreas, sob a alegação de que a livre negociação iria favorecer os empregadores e prejudicar sobretudo os empregados, argumento esse que não contesto inteiramente, porque, para que se faça uma livre negociação é indispensável que exista uma sólida organização sindical, uma lei de greve adequada e uma tradição dessa negociação entre as classes trabalhadoras, principalmente entre empregados e empregadores.

Nesses países esses acordos foram feitos ou por interferência das centrais sindicais ou pela interferência do governo, no sentido de reduzi-los sensivelmente e, portanto, adicionar esse elemento a todo o quadro nacional no combate à inflação..

Agora, mesmo, Sr. Presidente, um país de governo socialista, Portugal, com uma dívida externa de 14 bilhões de dólares, acaba de recorrer ao Fundo Monetário Internacional. O governo do Primeiro-Ministro Mário Soares acaba de tomar medidas drásticas, medidas de austeridade econômica, a fim de atender às exigências do Fundo Monetário Internacional. Isto significará piora na qualidade de vida dos portugueses, já considerada a mais inferior da Europa.

No México, Sr. Presidente, cuja recuperação se vem anunciando como algo excepcional, as medidas foram muito mais rigorosas, foram muito mais drásticas, foram muito mais duras.

Há poucos dias passava pelo Brasil o Chanceler do México, o Embaixador Sepúlveda. Dando a notícia da

luta do México para combater a inflação e para recompor a sua dívida externa, o Chanceler Sepúlveda disse à imprensa estas palavras:

"Tomamos as decisões adequadas rapidamente e, uma vez decididas, nós, as aplicamos a fundo", disse, referindo-se ao programa de ajuste econômico que o Governo mexicano elaborou em maio do ano passado, o que veio facilitar as negociações iniciadas em setembro com o Fundo Monetário Internacional.

"O acordo com o FMI — disse o Chanceler desculpando-se por não ser conhecedor de assuntos econômicos, por isso seria obrigado a limitar suas respostas — possibilitou a oportunidade de obter recursos complementares e, adicionalmente, propiciou uma comunicação maior com a comunidade financeira internacional, porém os termos desse documento já haviam sido promulgados pelas autoridades mexicanas, desde maio."

Isto é, medidas extensas, inclusive com redução drástica de salários foram adotadas e executadas, como disse o Chanceler Sepúlveda, a fundo.

Sr. Presidente, são estes fatos todos que precisamos colocar no debate nesta Casa, no Congresso Nacional, perante a Nação, para que se encontre realmente uma fórmula capaz de permitir ao Governo dominar esta inflação, sobretudo equacionar corretamente a dívida externa brasileira, a fim de que este País possa, dentro de pouco tempo, retomar o seu desenvolvimento e criar melhores condições de vida e de bem-estar material para o povo brasileiro. (Muito bem!)

QUADRO 01
CONFRONTO ENTRE JUROS PAGOS
EFEITIVO E SIMULADO (*)
1977—1982

Anos	US\$ milhões		
	Efetivo (A)	Simulado (B)	Diferença (C=A-B)
1977	2.103	2.103	0
1978	2.696	1.779	917
1979	4.186	2.176	2.010
1980	6.311	3.176	3.135
1981	6.161	3.821	5.340
1982	11.358	6.067	5.291

Fonte: Relatório do Banco Central 1982.

(*) — Supondo uma taxa de juros constante da média do ano de 1977, Prime Rate, da ordem de 7,8%.

Obs.: Os valores simulados foram encontrados com base na relação da taxa constante de 7,8% com a taxa média internacional de cada ano. Conforme publicação com Exposição do Ministério da Fazenda Ernane Galvães no Senado Federal em 23-3-83, pág. 40s, as taxas médias de juros internacional são:

Ano	Taxa
1977	7,8
1978	11,8
1979	15,0
1980	15,5
1981	18,7
1982	14,6

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ALOYSIO CHAVES EM SEU DISCURSO.
EVOLUÇÃO DA RELAÇÃO DÍVIDA LIQUIDA/EXPORTAÇÕES
1964—1982

ANOS	DÍVIDA LIQUIDA (A) US\$ Milhões	EXPORTAÇÕES-FOB (B) US\$ Milhões		RELAÇÃO (C=A/B)
		Efetiva	Simulada	
1964	2.856	1.430		2,00
1965	2.994	1.595		1,88
1966	3.277	1.741		1,88
1967	3.173	1.654		1,92
1968	3.660	1.881		1,95
1969	3.746	2.311		1,62
1970	4.108	2.739		1,50
1971	4.899	2.904		1,69
1972	5.338	3.991		1,34
1973	6.156	6.199		0,99
1974	11.897	7.951		1,50
1975	17.131	8.670		1,98
1976	19.441	10.128		1,92
1977	24.781	12.120		2,04
1978	31.616	12.659		2,50
1979	40.215	15.244		2,64
1980	46.934	20.132		2,33
1981	53.904	23.293	24.723	2,31
1982	65.659	20.175	24.107	3,25
				2,72

FONTE: Relatório do Banco Central.

QUADRO 02
CONFRONTO ENTRE DISPÊNDIO
DE DIVISAS NA IMPORTAÇÃO
DE PETRÓLEO BRUTO EFETIVO
E SIMULADO (*)

Anos	1977—1982		
	Efetivo (A)	Simulado (B)	Diferença (C=A+B)
1977	3.663	3.663	0
1978	4.089	4.046	43
1979	6.290	4.505	1.785
1980	9.370	3.914	5.456
1981	10.599	3.808	6.791
1982	9.568	3.588	5.980

Fonte: Anuário Estatístico do Conselho Nacional de Petróleo e Relatório do Banco Central 1982.

(*) — Supondo o preço do barril constante a partir da média de 1977, da ordem de US\$/B 12,35.

Sendo que as quantidades em barris e os preços são os seguintes:

Anos	Quantidade (em 1.000 b)	Preço (US\$/B)	"COMMODITIES"	1978	1979	1980	1981	1982	1983 (JAN/ABR)
1977	296.643	12,35	Açúcar demerara	171,1	212,5	638,0	370,7	185,2	139,0
1978	327.641	12,48	Cacau em amêndoas	3.281,4	3.244,4	2.546,9	2.128,7	1.738,0	1.867,6
1979	364.738	17,24	Café em grão	3.237,1	4.316,8	4.593,3	3.535,4	3.160,1	3.112,3
1980	316.922	29,57	Farol de soja	180,9	211,1	219,1	217,8	195,7	197,1
1981	308.370	34,37	Soja em grão	221,4	238,1	238,0	252,0	223,4	218,5
1982	290.526	32,93	Oleo de soja em bruto	564,5	632,5	548,9	471,9	430,8	416,5

Fonte: Agência Reuters e Banco Central do Brasil

BRASIL: PREÇOS (MEDIA DO ANO) NO MERCADO INTERNACIONAL DAS PRINCIPAIS "COMMODITIES" AGRÍCOLAS.

US\$/tonelada no disponível

1978 — 1982

QUADRO 03

CONFRONTO ENTRE EXPORTAÇÕES GLOBAIS EFETIVA E SIMULADA(*)

US\$ milhões

Anos	Efetiva (A)	Simulada (B)	Diferença (C=A-B)
1977	12.120	—	—
1978	12.659	—	—
1979	15.244	—	—
1980	20.132	—	—
1981	23.293	23.723	1.430
1982	20.175	24.107	3.932

Fonte: Anuário Estatístico da CACEX 1981 e Relatório do Banco Central 1982.

(*) — Supondo o preço médio das exportações constante e igual ao de 1980.

Obs.: Os valores simulados foram encontrados com base na variação de preço das exportações do Quadro XVIII, da Exposição do Ministro da Fazenda Ernane Galvães no Senado Federal em 23-3-83, pág. 40. Isto é:

Ano	Preço
1973	100
1980	190
1981	179
1982	159

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, para breve comunicação.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

As matérias constantes dos itens 1 a 3 — Projetos de Lei da Câmara nºs 150/82, 26 e 84, de 1983 — em fase de votação, deixam de ser submetidas ao Plenário, ficando sua apreciação para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passaremos, pois, às matérias em discussão.

Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 1981 (nº 2.051/79, na Casa de origem), que dispõe sobre o valor anual das bolsas concedidas através do Serviço Especial de Bolsas de Estudos — PEBE, tendo

PARECERES, sob nºs 602 a 605, de 1983, das Comissões:

— de Educação e Cultura, 1º pronunciamento: solicitando audiência da Comissão de Constituição e Justiça;

— 2º pronunciamento: favorável;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, favorável ao projeto, com voto vencido do Senador Gabriel Hermes e voto vencido, em separado, do Senador Jutahy Magalhães.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão.

A votação fica adiada por falta de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 5:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 129, de 1981 (nº 13/71, na Casa de origem), que altera os arts. 550 e 551 do Código Civil

Brasileiro, diminuindo os prazos de usucapião sobre bens imóveis, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 545, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo oradores, declaro-a encerrada.

A Presidência deixa de submetê-lo a votos por falta de número, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 6:

Discussão, em turno único (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei da Câmara nº 112, de 1982 (nº 1.329/79, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 — Código Nacional de Trânsito, visando a coibir as depredações contra árvores e jardins, praticadas com veículos, tendo

PARECER, sob nº 576, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela injuridicidade.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Nenhum dos Srs. Senadores solicitando a palavra, encerro a discussão.

Por falta de quorum deixa a matéria de ser submetida ao Plenário, devendo ser apreciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 7:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 280, DE 1977

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 233/79)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 280, de 1977, de autoria do Senador José Sarney, que institui o voto distrital e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 182, de 1983, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto vencido dos Senadores Pedro Simon, José Ignácio e Alfredo Campos.

Sobre a mesa, emenda que vai ser lida pelo Sr. 1º Secretário.

E lida a seguinte

EMENDA Nº 1

Ao Projeto de Lei do Senado nº 280/77, que “*instui o voto distrital e dá outras providências*”.

Redija-se como se segue o § 5º do art. 2º do Projeto: “§ 5º Do ato que homologar a divisão nacional dos Distritos, caberá recurso, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação, ao Supremo Tribunal Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

A complexidade da matéria indica que trinta dias podem não ser suficientes para a interposição do recurso mencionado no § 5º do art. 2º do Projeto, tendo em vista a alta probabilidade do surgimento de divergências em relação aos critérios estatuídos no art. 2º.

Assim, entendemos que uma dilatação daquele prazo em 15 (quinze) dias, perfazendo, então, um total de 45 para a interposição de recursos, propiciará melhores condições para uma avaliação mais acurada da divisão a ser procedida pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Sala das Sessões, em 15 de agosto de 1983. — **Aderbal Jurema.**

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Em discussão o projeto e a emenda que acaba de ser lida. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, declaro encerrada a discussão.

A matéria volta à comissão competente para emitir parecer sobre a emenda de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Item 8:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 1979
(Tramitando em conjunto com o
Projeto de Lei do Senado nº 280/77)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 1979, de autoria do Senador Tarso Dufra, que institui o Sistema Eleitoral Misto, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 182, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de Substitutivo que oferece, com voto vencido dos Senadores Pedro Simon, José Ignácio e Alfredo Campos.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

A matéria retorna à Comissão de Constituição e Justiça, em virtude do oferecimento de emenda ao item anterior, com o qual tramita em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Com a palavra o nobre Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Estarrecido, tomei conhecimento de que, neste fim de semana, cerrou as portas a maior indústria do interior do Rio Grande do Norte, deixando sem emprego, da noite para o dia, cerca de mil operários.

O fato é extremamente grave, porque não é a primeira e, provavelmente, não será a última empresa a encerrar atividades no atual ciclo de crises, agravando cada vez mais o quadro de flagelo nordestino, com legiões de desempregados.

As alegações são sempre as mesmas: insolvência, prejuízos operacionais, ausência de matéria-prima ou outra

qualquer. O resultado, também, não varia: Fábricas paralisadas, maquinária transformando-se em sucata e multidões de operários nas ruas, sem emprego e, por consequência, sem comida.

Isto impõe uma urgente reorientação da política de industrialização do Nordeste.

Sei que não é justo ao empresário arcar com o ônus social decorrente da crise; mas injusto é, também, impor à sociedade que se sacrifique para o enriquecimento de alguns, sem qualquer contrapartida nos momentos de dificuldades.

Basta de privatizar lucros e socializar prejuízos. Há de se criar mecanismos capazes de estabelecer equidade entre os grupos empresariais e a base social na participação dos resultados do desenvolvimento.

A pretexto de industrializar o Nordeste, a Nação toda é expropriada, a partir dos próprios nordestinos. Com a avalanche de recursos mobilizados por tais meios, criam-se, montam-se estruturas de apoio técnico, alimentam-se programas e projetos de desenvolvimento.

Em benefício de quem?

Da população miserável, flagelada, faminta, retirante, expulsa de todo canto pelo fome e sem ter canto para onde ir?

Seguramente, não!

Essa população tem-se acostumado à visão das fábricas paradas, das máquinas inertes, amontoadas aqui e ali em majestosos galpões de alvenaria, cercados de mato, cobertos de pó e de teias de aranha.

A sombra desses fantasmas fizeram-se, todavia, grandes fortunas. Fortunas esbanjadas por meninos ricos nas metrópoles do País e do mundo, do Rio de Janeiro a São Paulo, a Paris, a Nova York e por aí afora.

Basta de privatizar os lucros e socializar os prejuízos. Impõe-se energética ação governamental para se resgatar a dívida que se acumulou contra a sociedade brasileira e que se pretende aumentar, tirando-lhe mais, até do que já não tem, para o enfrentamento de uma crise de cujas causas não foi ela a beneficiária.

Esta ação, no que tange à industrialização do Nordeste, pode valer-se fundamentalmente do cooperativismo.

O Governo poderá adquirir essas fábricas paralisadas — negociando ou desapropriando — pelo valor dos recursos particulares que se lhe aportaram. Não seria justo que a sociedade pagasse aquilo por que já pagou com subsídios e fundos perdidos.

Esses parques industriais seriam revendidos em condições especiais, aos próprios trabalhadores — operários, administradores e técnicos — organizados cooperativamente em empresas de autogestão.

Já há experiência suficiente, desenvolvida no próprio Nordeste, para garantir o sucesso de um programa com base nessa metodologia.

Não há de se falar, por enquanto, em montar novas fábricas, com novos e pesados ônus para a própria sociedade, quando há tantas fábricas já montadas, sem produzir coisa alguma.

Apelo ao Governo Federal e aos Governos Estaduais da região, que não permaneçam indiferentes a esse angustiante problema. Na área de Cooperativismo, disponho-me a mobilizar toda ajuda que se fizer necessária.

Solidarizo-me, neste instante, com o bravo Prefeito Dexit Rosado, com a Câmara de Vereadores, de Mossoró e com a população mossoroense pelo rude golpe sofrido com o fechamento da Indústria de Confecções Guararapes.

Solidarizo-me, principalmente, com todas as famílias que, pelo fato, vivem na angústia do desemprego.

Contem comigo em tudo ao meu alcance.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^e me permite um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Pois não, ouço-o com muito prazer.

O Sr. Hélio Gueiros — Senador Martins Filho, V. Ex^e, como sempre, aborda um tema sério, como é esse da paralisação das atividades industriais do seu Estado, portanto, vítima da recessão. O discurso que V. Ex^e está pronunciando poderia ser endossado, mudando apenas o nome da cidade, por outro qualquer representante de Estado aqui no Senado, porque a situação é a mesma em todo Brasil. Eu me permito este aparte para mostrar a flagrante contradição entre o quadro que V. Ex^e pinta aí, de uma maneira tão dramática e candente, com os números que o eminentíssimo Senador Aloysio Chaves há pouco nos brindou, justificando uma melhoria sensível no problema econômico brasileiro. V. Ex^e faz assim quase uma resposta ao discurso do seu eminentíssimo Líder. Porque a verdade, por mais que os economistas burilem e manipulem números, índices e taxas, a verdade é palpável à vista de todo mundo: o Brasil hoje está pior do que em outra qualquer época da sua história; é a crise mais séria a que estamos atravessando. E eu não quis apartear o Senador Aloysio Chaves, porque eu falei, ele falou posteriormente, e acho que não se deve bater boca um com outro, mas cada um expor as suas idéias. Mas, se eu tivesse aparteado o Senador Aloysio Chaves, eu teria usado mais ou menos os seus argumentos e também o argumento do ilustre Senador João Calmon, mostrando a perversidade — o que foi contestado pelo Senador Aloysio Chaves — a perversidade da atual estrutura econômico-financeira no Brasil. S. Ex^e fez, há quatro dias, aqui a demonstração de que as classes ricas do País, em 1980, contribuíram com 2,9% da arrecadação total do Imposto de Renda; hoje, disse S. Ex^e, elas — as classes ricas — estão contribuindo com apenas 0,9 por cento da arrecadação do Imposto de Renda. Quem paga o resto, nobre Senador Martins Filho, quem paga o resto, ou melhor, quem paga o pato, como sempre, é o povo. Congratulo-me, mais uma vez, com a exposição de V. Ex^e e quero dizer que, além dessa pintura dramática do Nordeste, que fazem os eminentíssimos Senadores do Nordeste, eu quero dizer que eu, pelo menos eu, me comovi com aquele quadro dramático de sábado na Televisão Globo. Aquilo é uma vergonha para o Brasil, aquilo é que é caso de segurança nacional: crianças de peito e crianças de 2 e 3 anos chorando com fome, numa terra de mais de oito milhões e meio de quilômetros quadrados! Isto é uma vergonha, Sr. Senador Martins Filho, e é por isso que eu achava que, em vez de se estar considerando caso de segurança nacional um minguado aumento de 10 ou 20% no salário mínimo, se deveria considerar vergonha nacional crianças morrendo de fome aqui, nas terras brasileiras. Muito obrigado a V. Ex^e.

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Pois não.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, inicialmente, não vamos empregar a eloqüência do representante paraense, mas, para satisfazer a nossa curiosidade: se bem ouvimos, é a fábrica Guararapes — ...?

O SR. MARTINS FILHO — De Mossoró.

O Sr. Virgílio Távora — Do Rio Grande do Norte, terra que justamente embasou a matriz daquela grande organização que fechou as portas? E a curiosidade para nós é muito grande, colega, porque dentro de toda a crise por que passa a indústria têxtil, no Brasil e no Nordeste, a Guararapes, em Fortaleza, e estamos informado que também em Natal, goza de uma saúde financeira e econômica invejável. Principalmente na Capital cearense, em que ela é apresentada como modelo. Foi justamente o fechamento da Guararapes?

O SR. MARTINS FILHO — Perfeitamente, na cidade de Mossoró.

O Sr. Virgílio Távora — Sem entrar nos meandros da economia da terra de V. Ex^e, foram apresentados alguns motivos? Porque, tornamos a repetir, é a mais próspera de todas as indústrias têxteis do Ceará. Foi apresentado algum motivo?

O SR. MARTINS FILHO — Foi alegado, em nota distribuída à imprensa no domingo próximo passado, que simplesmente resolveram fechar, porque a diretoria achou que não devia continuar com a indústria funcionando, pois estava em vermelho, como se diz em contabilidade.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^e há de perdoar a nossa estranheza pela simplicíssima razão de que retrata de um grande conglomerado, que tem unidades fabris em Natal, Mossoró, São Paulo e agora, desculpe a imodéstia, principalmente em Fortaleza, porque lá criou um verdadeiro império e vai muitíssimo bem de vida. Talvez pudesse haver alguma gestão junto aos dirigentes desta organização, porque, sinceramente, este argumento pode ter sido aquele que induziu os dirigentes da Guararapes a fechar a fábrica, mas não é um argumento que convém, pelo menos a um observador imparcial ou a um observador de fora. Não é esta, também, e aí damos um pouco de otimismo ao eminente Senador pelo Pará: pelo menos em Fortaleza o grosso da indústria, está muito castigado, mas não está fechando as portas.

O SR. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Pois não, nobre Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Martins Filho, geralmente quando, alguém como V. Ex^e denuncia o fracasso de um empreendimento econômico aqui no Brasil, geralmente se levanta, como fez agora o nobre Senador Virgílio Távora, a suspeita sobre a incompetência dos seus dirigentes.

O Sr. Virgílio Távora — Em absoluto! São dos dirigentes mais competentes do Brasil, por isso a nossa admiração. Em nossa terra, as unidades dessa organização do mesmo ramo são apresentadas, na capital cearense, como modelo. E, realmente, balançetes assim o espelham e servem até de motivo de emulação, porque não dizer de inveja, para seus concorrentes. Absolutamente! Retifique! V. Ex^e, talvez por falar nos muito sincopadamente, tenha entendido equivocadamente. Eles são competentes.

O Sr. Hélio Gueiros — V. Ex^e não precisava falar mais sincopadamente do que já fala, porque é muito claro a sua pronúncia. É evidente que ela não fechou porque está ganhando dinheiro. Seria um absurdo ela fechar porque está ganhando dinheiro. O nobre Senador Martins Filho declarou que estava no vermelho não explicitou; podia ter dito que era questão de juros, essas coisas todas. Mas, o que é fato é que V. Ex^e não aceitou a explicação única dada pelo Senador Martins Filho de que ela estava no vermelho. Então, eu quero dizer que, pelo que eu entendi da palavra sincopada do eminente Líder do PDS, me pareceu que S. Ex^e insinuava que não havia uma boa gestão dos negócios. E onde eu quero chegar.

O Sr. Virgílio Távora — Pelo contrário.

O Sr. Hélio Gueiros — Essa explicação sobre má gestão de negócios para justificar...

O Sr. Virgílio Távora — Não, V. Ex^e está pondo na nossa boca algo que não falamos, algo que não dissemos.

O Sr. Hélio Gueiros — ...certos fracassos, eu tenho ouvido aqui várias vezes. Acontece que eu não vejo essa condenação ou essa denúncia de incompetência quando se trata dos principais dirigentes econômicos e financeiros.

ros do País. Quando se trata da área ligada ao Sr. Delfim Netto, ao Sr. Galvões e ao Sr. Langoni, sempre se vai catar, lá no estrangeiro, uma razão para justificar os erros dos probresinhos aqui no Brasil. Era por isto que eu ia dar este meu aparte, dizendo que eu achava interessante que, quando é aqui dentro, são os erros e defeitos dos dirigentes, mas, quando se trata de apontar os erros da administração pública federal brasileira, são sempre elementos estranhos, lá de fora, que fazem com que os nossos abnegados Ministros erram tanto. Não é por culpa deles, é porque não deixam que eles acertem.

O Sr. Virgílio Távora — Eminente Senador, sua paciência permite esta discussão a três?

O Sr. Martins Filho — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Virgílio Távora — Poderia dizer, então, terminando, para não mais abusar da bondade de V. Ex^e: 1) já estou vendo porque os cabelos brancos de V. Ex^e e do Líder Aloísio Chaves apareceram tão cedo. Porque V. Ex^e, eminente Senador, com a combatividade que não se lhe pode negar...

O Sr. Hélio Gueiros — Um pouquinho mais cedo em mim, e não no Senador Aloísio Chaves.

O Sr. Virgílio Távora — ...V. Ex^e é muito mais ardoroso e está fazendo como que uma nova afirmação do que aqui se tem dito. Mas veja bem: esportivamente examine, com a mão na consciência. Se estou dizendo que são os empresários do Nordeste, do setor têxtil, apresentados como modelo, e realmente são, numa época em que dificuldades imensas na indústria (— e nunca negamos isto aqui em plenário) — as Organizações Guararapes passam por um período não só de bonança, não, mas de grande desenvolvimento. V. Ex^e passe em nossa terra, na terra dos seus ancestrais, há uns 5 ou 6 anos existe aquele conjunto de empresas das Guararapes, e nos dias de hoje se se defrontasse no mesmo local, não acreditaria que se tratava justamente do mesmo complexo industrial de tão grande, de tão desenvolvimento que foi, e diríamos claro, de tão pouco dependente dos bancos também, como eles o são. V. Ex^e sabe disso. Daí a surpresa que nós tivemos quando trouxe a notícia o eminente Senador Martins Filho. Mas V. Ex^e, com aquela imprevidosidade, temos de reconhecer — adversários, mas temos que reconhecer e lhe dar os méritos — achou que devia tirar disso uma ilação, que é logo condenar, de um lado a defesa que, por uma questão de convencimento e dedução, fazemos da política econômico-financeira do Governo, da ação dos seus dirigentes, e do outro lado, de que esse fechamento era fruto justamente desta conjuntura que estávamos atravessando. Foi isso que dissemos. Se Natal vai de vento em popa, vamos falar claro, como Natal, como Fortaleza, estava indo muitíssimo bem. É uma indagação. Não seria o caso que a aplicação de recursos, aplicação de maquinaria mesmo — não sabemos, não estamos a par do assunto por isso nós perguntamos — num ou noutro desses pólos possa dar rendimento muitíssimo maior? É caso de se perguntar. Foi o motivo — não, eminente Senador, de crítica a ninguém — foi justamente o motivo de surpresa, e se V. Ex^e fosse ligado à Capital cearense viria que qualquer industrial cearense estaria surpreso que a Guararapes tem uma das suas unidades fechada por causa do vermelho. Era o que eu tinha a dizer, pela generosa atenção de todos, digamos assim.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Pois não.

O Sr. Hélio Gueiros — Já estou abusando de V. Ex^e, mas insistiria no meu aparte. Em primeiro lugar, V. Ex^e é testemunha, como o resto da Casa, de que não sou assim tão imprevidoso, como me classificou o nobre Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Educado.

O Sr. Hélio Gueiros — Pelo contrário, me julgo sereno, tranqüilo, comedido, recatado, mas não tenho nada desse ímpeto com que V. Ex^e, nobre Senador Virgílio Távora, quis me caracterizar. Apenas, eu agora, com o aparte do nobre Senador Virgílio Távora, irei gravar para sempre em minha memória que existe uma indústria no Ceará que não está sofrendo efeito de crise alguma: não tem juro alto, não tem recessão, não tem inflação, não tem nada! Ela está, como disse S. Ex^e, de vento em popa, singrando os mares revoltos do nosso glorioso Ceará.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^e está com inveja. Mas, essa mesma indústria existe ou não na Capital do Estado de V. Ex^e, nobre Senador Martins Filho?

O SR. MARTINS FILHO — Existe.

O Sr. Virgílio Távora — Onde, aliás, se situa a matriz. Não é só no Ceará; é no Rio Grande do Norte também.

O Sr. Hélio Gueiros — Imagine V. Ex^e que esse exemplo inédito de sobrevivência vitoriosa na indústria nordestina, se encontra em Fortaleza, distante da qual está aquela localidade a 71 quilômetros, onde a TV Globo mostrou crianças passando fome, chorando de fome. E, no entanto, em Fortaleza existe, e não deve ser caso único, num inédito, uma indústria que vai de vento em popa e que não está tendo qualquer problema, nem dificuldade diante da atual crise brasileira.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^e acha que a indústria deveria ir bem ruim, para dispensar cinco a seis mil operários, criando problemas bem maior para haver esta coerência de desgraça? Não é só a 78 quilômetros não. Bem mais próximo da cidade de Fortaleza a miséria está campeando mercê de uma seca imensa que assola este Nordeste há cinco anos. Nós do Nordeste somos até bem criticados porque só falamos em seca e miséria. Algum dia se escondeu aqui que havia seca no Nordeste, mesmo nos depoimentos que demos e que tivemos o privilégio de serem ouvidos por V. Ex^e, quando retornamos a esta Casa, este ano? Bem justamente estes depoimentos, de que este período governamental foram 3 anos e 7 meses de sofrimento imenso, mercê de uma seca inclemente que se abateu durante todo o período governamental, e se não fôr este auxílio federal haveria um despovoamento imenso do interior. Nós sempre dissemos isto, nunca o negamos. Como estamos dizendo, nobre Senador, que este ano está o ápice do ápice do problema, o ápice da calamidade da seca! Pelo menos em 90% do semi-árido é o pior ano de seca. Não ignoramos isso não. Mas eu me pergunto, qual a correlação que V. Ex^e — eu não entendi bem; naturalmente V. Ex^e engenheiro, raciocina muito com número, e não com esse jogo de palavras que adornam a eloquência de V. Ex^e, a qual reconhecemos ser quente, não quer gente morrendo no interior, de fome, de sede e ver que no Nordeste, onde existem fábricas que estão em situação boa, em algumas Capitais nordestinas, não vamos afirmar em todas, porque não conhecemos todas. Existe. Uma coisa conflita com a outra? Não.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Ouço V. Ex^e, com prazer.

O Sr. Hélio Gueiros — Nobre Senador Martins Filho, disse ao nobre Senador Virgílio Távora que o que me causou espanto é que, exatamente no Ceará que sofre tão duramente os rigores da seca, existe uma indústria tão florescente desafiando todos esses fracassos que existem em todo o Brasil. Imagine V. Ex^e que eu comecei a minha vida aprendendo que as indústrias Matarazzo no Brasil eram o máximo, eram uma potência, uma coisa

descomunal, enorme, imbatível, invencível. Pois bem, a Matarazzo teve que pedir arregio e entrou em concordata. Por isso, quando S. Ex^t o Senador Virgílio Távora declarou que existe uma indústria têxtil, imagine V. Ex^t, numa das áreas que mais tem sofrido a crise brasileira...

O Sr. Virgílio Távora — É justamente a que V. Ex^t citou. Não viemos aqui dizer que existia uma. A citada por S. Ex^t Por isso foi a surpresa.

O Sr. Hélio Gueiros — ... a indústria têxtil no Ceará é uma das mais florescentes, com um detalhe, eminente Senador Martins Filho, que ela fica vizinha ao Estado de V. Ex^t Veja V. Ex^t esse contraste terrível: enquanto lá no seu Estado, que é vizinho, ela está em situação difícil e é obrigada a se fechar, no Ceará, também tão seco, ela é modelo para todas as demais indústrias.

O Sr. Virgílio Távora — E no território de S. Ex^t também existe a matriz da Guararapes, igualmente muitíssimo bem, de finanças e de economia

O SR. MARTINS FILHO — Prossigo, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de fazer uma ressalva, em relação à insinuação do nobre Senador Hélio Gueiros, de que o meu pronunciamento teria um cunho de resposta ao pronunciamento do Líder do meu Partido, de maneira alguma. Apenas trouxe ao conhecimento da Casa e da Nação o fato concreto de uma indústria, a maior do interior do meu Estado, a Confecções Guararapes, em Mossoró que, na quinta-feira passada, dispensou, em números exatos, 865 empregados e cerrou as suas portas. E em relação à situação da empresa, na Capital do Estado e no Ceará, levantada pelo nobre Senador Virgílio Távora, infelizmente não tive acesso ao registro contábil da empresa para poder, aqui, trazer outros esclarecimentos que pudessem satisfazer a curiosidade dos nobres Senadores. Mas prometo que tentarei, junto à direção daquela indústria, no sentido de que nos forneça outros esclarecimentos para que eu possa, voltando a esta tribuna, prestar a esta Casa e à Nação aquelas informações solicitadas ou aqui ventiladas pelos nobres Senadores Virgílio Távora e Hélio Gueiros.

O Sr. Almir Pinto — Permite V. Ex^t um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Concedo o aparte ao nobre Senador Almir Pinto.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador Martins Filho, veja como o Rio Grande do Norte é querido pelo Ceará; um mal-estar qualquer, por que passa o seu Estado, afeta profundamente o nosso. E tanto isso é verdade que o problema da Guararapes-Mossoró já foi bem dissecado pelos Senadores Virgílio Távora e Hélio Gueiros, que é cearense de nascimento e parente de coração. Mas, sempre ouvi falar, sempre foi do meu conhecimento que a Guararapes seria uma cadeia de comércio têxtil bem sucedida no Nordeste. Acredito que tenha sucedido uma certa precipitação da diretoria, e o Senador Hélio Gueiros falou exatamente o que eu já havia anotado aqui; temos a Matarazzo no Brasil que é um portento e nada menos de onze filiais suas foram para concordata, justamente para se reabilitarem dentro do comércio nacional, num prazo curto ou médio, conforme o comércio desenvolva a seu favor. Assim, era o caso de se lembrar que se a Matarazzo recorreu a uma concordata e se a Guararapes, nas demais capitais onde, tem as suas filiais vão bem exceto em Mossoró — isso é apenas uma lembrança que me veio no momento, não sei se servirá para o caso da Guararapes de Mossoró —, por que, então, essa filial da Guararapes de Mossoró não recorre a uma concordata para não fechar as portas e tirar o alimento de quase mil famílias lá da cidade, que é tão sofredora quanto as demais do Nordeste? Apenas uma lembrança que eu gosta de dar à V. Ex^t, não sou economista, mas talvez a di-

retoria pudesse reexaminar o problema e partir para uma concordata.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço, nobre Senador Almir Pinto, as palavras de V. Ex^t

Gostaria de dizer que, talvez, essa união, esse afeto que une o Rio Grande do Norte e o Ceará, seja a dor, seja a miséria, seja o sofrimento do nosso povo...

O Sr. Almir Pinto — É só o que une.

O SR. MARTINS FILHO — Exatamente! A dor une mais que a alegria.

Então, a realidade nua e crua é de que a Guararapes fechou as portas. Cabe, Srs. Senadores, ao Governador do meu Estado manter entendimento com aquele grupo e tentar reabrir a indústria de confecções Guararapes, na cidade de Mossoró. Ou então desapropriar as máquinas, os prédios, fundar uma cooperativa e entregar aos empregados, aos funcionários daquela empresa, para que eles possam, através do trabalho honrado e honesto, já provado como falei aqui fazer, como em outras capitais e na Paraíba. Nós temos o exemplo da indústria, também têxtil, a Tacaruna, também fechada, que o então Governador Tarcoffio Buriti adquiriu a empresa, fundou uma cooperativa, que está funcionando muito bem, dando emprego a todos aqueles que se associaram àquele empreendimento. Não seria interessante fazer-se um apelo ao Governador do Rio Grande do Norte? Como eu não tenho, assim, muito acesso ao Palácio, porque todos conhecem a minha posição em relação à posição do Governador lá do meu Estado, provavelmente ele não ouvirá as minhas palavras. Então, eu faço um apelo ao nobre Senador Virgílio Távora, ao nobre Senador Almir Pinto, para que intercedam lá no Rio Grande do Norte, junto ao Governador do meu Estado, Dr. José Agripino, para que ele procure o entendimento com os dirigentes das confecções Guararapes, para que ele, num gesto assim humano, reabra aquela indústria e não tire o pão de centenas de famílias da cidade de Mossoró, já tão sofrida pela inclemência da seca e pela crise econômica que assola o nosso Brasil.

O Sr. Almir Pinto — Eu tenho uma esperança muito grande. V. Ex^t disse que não tem acesso ao Governador do seu Estado e o tempo ensina muita coisa, e quem sabe se o sofrimento não levará V. Ex^t a procurar o Governador e o Governador procurar V. Ex^t reciprocamente, porque nós estamos dentro de uma situação em que só poderemos marchar unidos, essa é que é a verdade. Não se comprehende que um Senador como V. Ex^t, do Partido oficial, que dá apoio e respaldo ao Governo Federal e ao Governo do seu Estado, não tenha acesso àquele Governador. V. Ex^t está diante de um abcesso, ou melhor, a Guararapes, esse abcesso precisa ser aberto, bem tratado contanto que a Guararapes recobre as suas forças, quem sabe através de uma cooperativa. E, quando V. Ex^t fala em cooperativa, eu reconheço que estou diante de um homem que é cooperativista; V. Ex^t tem uma formação e uma vocação toda para o cooperativismo. E quem sabe V. Ex^t não será o homem chamado para uma indução inicial nesse processo cooperativista, para resgatar a Guararapes, de onde ela está? Do fosso? Vamos para frente. V. Ex^t não precisa de meu apelo nem do apelo, do Senador Virgílio Távora. V. Ex^t, talvez, mais cedo ou mais tarde, tenha acesso ao governo do seu Estado.

O SR. MARTINS FILHO — Nobre Senador Almir Pinto, em questões administrativas, jamais fechei as portas ao entendimento com quem quer que seja.

O Sr. Almir Pinto — Ótimo.

O SR. MARTINS FILHO — Com o Governador do meu Estado, com todos aqueles que estejam dispostos a colaborar para o desenvolvimento do Rio Grande do

Norte. Agora, problema político é difícil. É difícil, nobre Senador, porque ainda agora, no recesso, quando me dirigi à minha cidade natal, à minha querida Umarizal, ao penetrar na primeira rua de acesso à cidade, encontrei um pelotão da polícia militar, da gloriosa polícia militar do meu Estado...

O Sr. Almir Pinto — Para prestar continência à V. Ex^t?

O SR. MARTINS FILHO — Não, nobre Senador, não para fazer guarda à minha pessoa, ou para prestar continência, mas, simplesmente, para fazer uma revista no meu carro e a mim, num desrespeito a esta Casa, num desrespeito ao Senador humilde de uma pequena cidade do interior que fala aqui no Senado Federal. E, não desci do meu carro porque autorizei o motorista a passar por cima daqueles desrespeitadores do Senado Federal. E pude chegar a sô e salvo à minha casa, mas arriscando a minha própria vida. É isso que eu recebo do Governador do meu Estado.

O Sr. Almir Pinto — V. Ex^t deu ciência disso ao Presidente do Congresso Nacional?

O SR. MARTINS FILHO — Comuniquei ao Ministro da Justiça e ao Presidente do Senado Federal, mas não soube de medida alguma para coibir esse abuso e esse desrespeito a esta Casa. Eu estou cansado, nobre Senador, prefiro ficar em silêncio e aguardar que a História me faça justiça no meu Estado.

O Sr. Almir Pinto — Nobre Senador, ainda tenho algo a dizer a V. Ex^t, sou um homem muito paciente, já sofri muito em política e já estou próximo a sair dela. Já sofri muito, talvez até mais do que V. Ex^t mas sei que no Ceará, políticos da minha geração, talvez outro que é Deputado Federal tenha sofrido o que já sofri em minha vida como político. De certa feita, ainda acadêmico de Medicina, na Bahia, sabendo da acirrada luta entre o Major Magalhães Barata e o Malcher lá no Pará, e há poucos dias eu contava isso ao Senador Hélio Gueiros, no meu trabalho como repórter do Jornal *A Bahia*, do Clube 3 de outubro, que era dirigido por um médico cearense, Dr. Amaral, e eu tinha por missão fazer as entrevistas à tarde, porque havia o pernoite da Condor e da PANAIR lá em Salvador, pois os que vinham do Rio, do Pará e do Norte o pernoite era em Salvador. Mas, certa feita defrontei-me com o Senador Malcher, e sabia do grande desafeto que lhe era o Major Magalhães Barata, e a reciproca era verdadeira. Mas, conversando com o Senador Malcher eu lhe disse que tinha uma última pergunta a fazer-lhe, se seria possível, no Pará, um entendimento entre o Senador Malcher e o Governador Magalhães Barata? A resposta foi muito simples: "Não se deu a paz do Chaco, não se fez a paz do Chaco?"

O SR. MARTINS FILHO — Pois bem, nobre Senador, após essa ocorrência, chegando à minha residência, liguei para o governador do meu Estado e pedi-lhe providências. Então, recebi do Governador a simples frase: "Senador, traga-me fatos concretos" — e eu disse-lhe: Governador, só se for o meu cadáver, ao chegar à cidade de Natal.

Mas, enquanto isso, nobre Senador Almir Pinto, no meu Estado, há 15 dias inaugurou-se um magnífico centro de convenções, onde o governo do Estado, raspando os cofres minguados do Rio Grande do Norte, aplicou aproximadamente 2 bilhões de cruzeiros na construção desse centro de convenções e para decepção, para tristeza nossa, o teto, o ferro do centro, com menos de 15 dias de inauguração ruiu, causando um prejuízo enorme ao Estado. Inclusive, poucos dias antes ali se realizava um Congresso das Cooperativas de Médicos do Brasil, e, segundo o jornal *O Diário de Natal*, se lá estivessem reunidos, todos os 400 médicos teriam perecido com o desabamento do forro do centro de convenções. Enquanto isso

esses 2 bilhões de cruzeiros, provavelmente, dariam para construir dois ou quatro mil poços tubulares para minar a sede do nosso povo e gerar, através da água, da irrigação, que esses poços poderiam trazer para o solo de nosso Estado, alimentos para matar a fome dos nossos irmãos que estão morrendo à mingua.

Eram estas as minhas palavras, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Borges.

O SR. MAURO BORGES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. deputados, todas as evidências e sintomas da realidade sócio-econômica e financeira do Brasil nos indicam que estamos no ápice de uma crise, talvez a maior de nossa história. A resistência às cargas excessivas está atingindo os seus limites e medidas imediatas precisam ser tomadas.

Não há como esconder ou mistificar a realidade. "Rasgou-se o manto diáfano da fantasia".

Não pretendemos aqui tornar a fazer ou repetir lúcidas e profundas análises econômico-financeiras que ouvimos de grandes professores e especialistas no ramo. A quase totalidade é unânime em afirmar que sem ampla mudança de rumos e de equipe não teremos sucesso. Não cabe mais fazer exegese histórica dos fatos.

O governo está empenhando em combater a inflação, equilibrar a balança comercial e pagar a gigantesca dívida externa. Tudo isso é louvável.

Entretanto, os métodos adotados para a execução dessas políticas podem ser criticados e contestados. O método antiinflacionário básico é o desaquecimento da economia, ou seja, recessão dosada. Esse método pode ter dado certo em países desenvolvidos, mas não tem tido sucesso em países subdesenvolvidos.

A desaceleração da economia, como acontece aqui, leva a um inquietante desemprego, de largas proporções, que representa fator poderoso de desestabilização social.

Além de tudo, como produzir mais, exportar mais para equilibrar a balança comercial e também pagar a dívida externa e interna?

Para isso, é necessário acelerar e aquecer a economia. São atitudes contraditórias — frear e acelerar ao mesmo tempo.

É, como já disse, andar no fio da navalha.

A excessiva internacionalização da nossa economia e nosso pequeno poder de pressão, aliado às restrições de importações em quase todos os países, nos levam a fazer esforços inauditos para exportar e, cada vez, ter menor preço para nossos produtos.

Além dessas dificuldades, as medidas recessionistas do governo estão desmantelando a máquina econômica, a única que cria riquezas.

Por falta de apoios adequados, sobretudo de créditos e de preços, quase toda a lavoura vai muito mal. Além de tudo, há a seca no Nordeste e as enchentes no Sul.

Não há mais planejamento nacional e, muito menos, coordenação e controle. As atividades estatais estão à matroca. Estamos num "Beco Sem Saída", que também é o título do artigo do brilhante jornalista Joelmir Betting, publicado em vários jornais do Brasil no dia 9 de corrente, que peço ao Sr. Presidente mandar transcrever na íntegra.

Em trecho do referido Artigo afirma-se que:

"Tecnicamente, não podemos pagar a dívida na data certa. Menos ainda, a juros de mercado. Físicamente, temos necessidade de novos créditos externos, ração suplementar do investimento interno. Sobretudo, em programas e projetos do Setor Público.

Economicamente, o Brasil não pode parar. Aliás, está parado.

Economia de investimento e não de reposição, sociedade ainda em construção, o Brasil deve voltar a

crescer — a qualquer custo e a qualquer preço. Não temos o direito de continuar brincando de recessão laxativa. Por uma simples e boa razão: A recessão dita corretiva não está corrigindo coisa alguma, está realmente alimentando o apetite da inflação.

Para o FMI ler na poltrona: Recessão cura inflação nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental. No Brasil, recessão vira estagflação. De todos os males, o pior.

Política de austeridade purgativa?

O salário já está arrochado, desde janeiro. Tanto é verdade que o consumo corrente na cidade de São Paulo caiu de 9,5% no primeiro trimestre, segundo o Clube dos Diretores Lojistas que acompanha o movimento de venda das 42 maiores lojas e cadeias de varejo da região metropolitana. O desmaio do comércio no primeiro semestre pode desativar a indústria no segundo."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é necessário, repito, portanto, mais análises profundas e verdadeiras para mostrar a grave realidade brasileira no campo econômico e social. Não se precisa enegrecer as cores da desgraça que se abate sobre o povo brasileiro. Apontar os responsáveis remotos e imediatos também não é preciso, pois toda a nação pensante e informada já sabe.

De que se trata então? Repisar pormenores, incriminar pessoas ou dar solução ao problema?

Vamos definir nossa opção ou decisão face à crise nacional pelos resultados que aí estão: inaceitáveis, perver-sos e demolidores de nossa estrutura social e econômica. Devem ser contidos imediatamente. Estamos numa rota de colisão de grandes massas, a grandes velocidades. O resultado será trágico. Não podemos ficar impassíveis e abôlicos, esperando o desastre. Temos que agir a tempo, com energia e decisão.

Devemos nos inspirar no comportamento do sertanejo, aparentemente apático condutor de boiadas, que num átimo estabelece nova aparência e compleição para mobilizar todas suas energias quando uma rês se tresmalha ou a boiada estoura, segundo a descrição imortal de Euclides da Cunha.

Nosso Regime é presidencialista, agravado por aumento de poderes que o torna centralizador e autoritário. Devido a severas mutilações das prerrogativas do Congresso Nacional, concentrou-se quase todo o poder nas mãos do Presidente da República e dos seus auxiliares, por sua delegação.

Gravíssimas medidas econômicas são tomadas pelo Conselho Monetário, à revelia do Congresso. Se assim é, cabe ao Presidente da República não se omitir e cumprir o seu impostergável dever de assumir a responsabilidade histórica de desviar a rota de colisão.

Regressou o Presidente João Figueiredo, felizmente recuperado de grave crise de saúde. Bem-vindo seja. Chega em momento dramático, mas ainda com o Governo e o Povo sob controle.

O Presidente João Figueiredo voltou declarando que não vai mudar os rumos da economia do País e que, "na hora da tempestade, não se muda a tripulação". Há muita verdade na afirmação, mas não pode esta ser aceita ao pé da letra.

Em termos militares, quando se vai enfrentar o inimigo em uma batalha em que podemos estar na ofensiva ou na defensiva — no nosso caso — faz-se o planejamento da batalha.

Quase sempre, entre o "plano" e o que ocorre na realidade há grandes diferenças e surpresas que podem levar o comandante a ter que reformular os planos iniciais e "intervir na condução do combate", ou seja, no seu curso, com a atuação da tropa de reserva ou outras medidas. Mas, quando tudo vai mal, o desastre é iminente e o comandante não se sente disposto a intervir, é difícil evitar o desenlace negativo. A um pensamento negativo pode-se contrapor um positivo como, "por toda parte onde houver uma vontade haverá sempre um caminho".

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^e um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer.

O Sr. Virgílio Távora — V. Ex^e falou justamente nas idéias castrenses. Nossa origem é comum, não é? Então, diríamos a V. Ex^e que pode-se mudar a conduta do combate, mas, não há exemplo bem-sucedido, a exceção confirmada a regra, da mudança de comandante no meio da adversidade. Veja V. Ex^e o mais clássico dos exemplos, o último, quando o francês achou que não era pela sua má estratégia, e apenas pela incompetência de alguns dos seus chefes, que blitz-krieg estava progredindo com aquela rapidez. A mudança foi catastrófica. Apenas para lembrar a V. Ex^e de que, dentro da nossa origem, o Presidente, que também tem a mesma, estava coerente com o que ele, V. Ex^e e nós aprendemos nos bancos escolares: não se muda o piloto no meio da tempestade.

O SR. MAURO BORGES — Eu não me refiro, eminentíssimo Senador Virgílio Távora, à mudança do comandante, do chefe, e sim aos elementos de execução, elementos que, embora tenham uma dose de responsabilidade imensa, realmente não estão à altura das necessidades, das conveniências do País no momento.

O Sr. Hélio Gueiros — Permite V. Ex^e um aparte, Senador Mauro Borges?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer, Senador Hélio Gueiros.

O Sr. Hélio Gueiros — Senador Mauro Borges, ouvi com muita atenção o aparte do Senador Virgílio Távora, baseando-se em princípios e idéias castrenses, sobre a inconveniência da troca de comandantes e comandados.

O Sr. Virgílio Távora — Quem as citou foi o eminentíssimo orador!

O Sr. Hélio Gueiros — O eminentíssimo Senador Virgílio Távora citou um princípio da vida militar, ou da doutrina militar. Mas, eu quero dizer a V. Ex^e que até Deus trocou de comandante, segundo a Bíblia — e eu cito a Bíblia porque sei que o Senador Virgílio Távora é cristão. Depois que Moisés conduziu o povo de Deus pelo deserto, por cerca de 40 anos, quando chegou na época da vitória final, do embate final, Deus trocou o comandante; em lugar de Moisés colocou Josué. E foi Josué quem, comandando o povo hebreu, entrou em Canaã. Houve a troca do comandante, houve a troca do estrategista daquela grande caminhada pelo deserto. Quer dizer, até Deus troca os homens. Inexplicavelmente o Presidente João Figueiredo que, aliás, é João Batista e, portanto, tem também sua origem cristã...

O Sr. Virgílio Távora — Porque não é Deus!

O Sr. Hélio Gueiros — ...acha que não deve substituir os homens que estão no comando da política econômico-financeira.

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, Senador, pelo seu elucidativo e valioso aparte.

Mas, como eu disse, por toda a parte onde houver uma vontade haverá sempre um caminho.

A decisão pronta e firme é uma característica de todo líder civil ou militar, mas é sobretudo o apanágio daqueles que engrigeceram suas virtudes de comandantes nas velhas tradições varonil da Arma de Cavalaria. Cobra-se aqui e agora uma decisão urgente — moratória por 5 anos e mudança no Sistema Econômico com o afastamento de toda a equipe envolvida na inspiração e execução do Modelo atual. Vejam bem, Sr. Presidente e Srs. Senadores: não estamos à procura do homem providencial, do "condotiero", mas sim que o Presidente exerce com rapidez e energia os poderes de que está exagerada e antidemocraticamente investido.

O Brasil é um País de recursos extraordinários e tem um Povo, cujas qualidades e virtudes superam de muito as suas debilidades comuns. Temos tudo para vencer a crise, mas é preciso ousadia e energia na ação.

De algumas coisas não se tem dúvida: é preciso mudar o "Modelo" e, mais do que isso, mudar suas equipes derrotadas, frustradas e cansadas. O perigo está aqui. Estamos na recessão, na estagflação, com algumas consequências terríveis, mas absorvíveis. Mas o desemprego, a fome e a frustração completa do ser humano, esmagado pela miséria, leva-o a não crer na Sociedade e muito menos no Governo. Torna-o inconformado, violento e vingativo.

Tudo isso leva o indivíduo e as multidões a emergir da submissão à ordem para as manifestações de protesto que degeneram para os incêndios, demolições e saques (NE e SP).

E aí, para quem vamos apelar?

Não será o FMI que virá nos socorrer e estancar o sangue derramado e as instituições despedaçadas. Talvez então recebamos ajudas, não dos recursos que nos faltaram na hora certa, mas dos soldados estrangeiros para intervir em nossa terra, para resguardar inconfiáveis interesses de "segurança hemisférica". Este é sempre o corolário da incompetência dos governos na gestão dos recursos humanos e naturais de uma nação.

As medidas corretivas não podem ser apenas de natureza financeira, muito menos quando elas saqueiam os que, através das atividades econômicas, geram riquezas. Não podem também premiar indecorosamente as aplicações de capital, transformando as atividades de especulação financeira em atividades fins, como se estas, por si mesmas, gerassem riquezas, esquecendo-se da velha afirmação: *Pecunia non parit pecuniam*.

Houve no Brasil uma total inversão das coisas: as atividades financeiras não são mais alavancas do desenvolvimento. Ao contrário, elas o inibem e entorpecem. Estamos adorando o "Bezerro de Ouro".

É evidente que as medidas de grande significação que a Nação reclama para que tenham efeito duradouro, exigem providências definitivas tais como participação do Congresso nas decisões nacionais, eleições diretas e convocação de Assembleia Constituinte.

Administrativamente, é necessário que se restabeleça o planejamento nacional integrado, com os Estados e Municípios e que a SEPLAN deixe de atuar apenas como administradora da dívida nacional e seja sacudida do torpor em que se encontra, burocratizada e sem criatividade, para tornar-se o grande órgão da inspiração, coordenação e controle das atividades estatais e da estratégia econômica nacional, assegurando e criando as condições indispensáveis de segurança para o pleno desenvolvimento das atividades privadas que são o motor da riqueza nacional.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR.
MAURO BORGES EM SEU DISCURSO:**

Joelmir Beting

Notas Econômicas

O BECO SEM SAÍDA

Tecnicamente, não podemos pagar a dívida na data certa. Menos ainda, a juros de mercado. Fisicamente, temos necessidade de novos créditos externos, ração suplementar do investimento interno. Sobretudo, em programas e projetos do setor público.

Economicamente, o Brasil não pode parar. Aliás, está parando.

Economia de investimento e não de reposição, sociedade ainda em construção, o Brasil deve voltar a crescer — a qualquer custo e a qualquer preço. Não temos o di-

reito de continuar brincando de recessão laxativa. Por uma simples e boa razão: a recessão dita corretiva não está corrigindo coisa alguma, está realimentando o apetite da inflação.

Para o FMI ler na poltrona: recessão cura inflação nos Estados Unidos, na Grã-Bretanha e na Alemanha Ocidental. No Brasil, recessão vira estagflação. De todos os males, o pior.

Política de austeridade purgativa?

O salário já está arrochado, desde janeiro. Tanto é verdade, que o consumo corrente na cidade de São Paulo caiu de 9,5% no primeiro semestre, segundo o Clube de Diretores Lojistas, que acompanha o movimento de vendas das 42 maiores lojas e cadeias de varejo da região metropolitana. O desmaio do comércio no primeiro semestre pode desativar a indústria no segundo.

Até porque, a austeridade monetária também encheu as medidas. O meio circulante anda crescendo de 95% ao ano para uma inflação projetada de 160%. Nesta terça-feira, as empresas não vão conseguir numerário para o pagamento do salário, amanhã. Mal conseguiram descontar duplicatas no Banco do Brasil para o pagamento dos impostos e dos encargos na virada do mês.

Os bancos privados permanecem de costas para o mercado, com o movimento de caixa literalmente paralizado. Alguém já viu austeridade maior?

Nas contas externas, tome austeridade cavalgar na pauta das importações, agora com suprimento cambial centralizado e rationado. Hoje, em Brasília, a autoridade econômica deve aprovar a lista dos produtos de importação prioritária ou não postergável. O resto, o grande resto, vai ficar para janeiro.

A pauta já era de baixo teor de compressibilidade, como dizem os técnicos do ramo. Agora, estamos cortando na carne e no osso. Por exemplo: elementos básicos para a produção de fertilizantes.

E bota mais recessão na parada. De janeiro a julho, as importações totais caíram de 30% sobre o mesmo período do ano passado. Vitória consagradora da política de austeridade. Na contramão, avanço de apenas 5,1% no faturamento de exportação.

O superávit de comércio, ponto de honra da política de ajustamento (?!), persegue o nivelamento por baixo. Concentrar as energias do Brasil inteiro no "front" da exportação e embarcar apenas meio décimo a mais do que no ano anterior é soltar um belo miado de leão.

E baixar o valor das compras externas para menos de US\$ 15 bilhões é furar os pneus dianteiros da jamanta desgovernada da economia interna. Para sustentar o chamado crescimento zero, o Brasil deveria trabalhar com importação mínima de US\$ 18 bilhões, sustenta a Confederação Nacional da Indústria.

Ainda assim, injetando no organismo econômico o veneno oculto da inflação cambial, também conhecida por inflação importada. Só na taxa de câmbio, o tronco é de 236% ao ano.

Austeridade cambial é apelido..

Emprego mutilado, salário expurgado, consumo atrofiado, câmbio duplicado, imposto dobrado, negócio parado, crédito fechado...

Em resumo: dó empreendedor sem mercado ao trabalhador sem emprego, o setor privado já entrou com sua cota de privação e renúncia. E o pior: em vão. A maioria das empresas não sabe como vai pagar o salário amanhã, em plena semana do Dia dos Pais.

E onde está a luz no fim do tunel? A sociedade tem algum plano de curto prazo para reflexão e debate?

A bola quadrada deve ser devolvida ao setor público. Primeiro, porque o setor privado já cortou o que podia e até o que não devia. Segundo, porque o setor público, dono da única gordura do sistema, não cortou e não vai cortar coisa alguma.

Até porque, governo só faz coisa essencial, e ponto final. Ele não admite discutir nem mesmo o padrão de efici-

ciência da administração pública e exibe 215 explicações técnicas para a captação predatória de poupança no mercado financeiro, tornando absolutamente extorsivo o chamado custo do dinheiro.

No setor privado, o único negócio que vai bem obrigado, é a especulação com títulos mobiliários, especialmente os títulos do próprio Tesouro Nacional. De preferência, os títulos com correção cambial.

O Brasil emite dólar, sim senhor. No caso, um dólar verde-amarelo, que atende pela sigla maviosa de ORTN. Essa moeda não tem curso externo, mas no Brasil está conseguindo comprar o que não tem preço nem deveria estar à venda: a fibra nacional.

Economia desfibrada, desperdício universal, o Brasil não tem mais como fazer austeridade aqui dentro nem como pagar a dívida lá fora. O resto é carta de intenção, que fica realmente na intenção.

A razão está, pois, com o "The New York Times": salvar o Brasil da epilepsia contábil e da asfixia cambial é salvaguardar o futuro político do Hemisfério. O Brasil precisa de anistia bancária para voltar a trabalhar. E o gigante em movimento resgatará, no outro, todos os compromissos no passado e fisicamente não mais administráveis no presente.

Ajudar o Brasil a reencontrar-se, segundo o jornal americano, é bem mais vital, para os Estados Unidos, para a Europa Ocidental e para a América Latina, do que ajuda a América Central fazer guerra consigo mesma.

O jornal rasgou o verbo: o Brasil quer ajuda para trabalhar e não para se matar.

Tradução: moratória.

Com pelo menos três anos de carência, o gigante atolido voltará a andar com as próprias pernas. Claro, reciclando hábitos de vida, reformulando valores nacionais, retemperando energias do sistema econômico, lubrificando roldanas da abertura política.

O governo passaria a governar-se baixando a taxa de governação que hoje paralisa, feito bote de jibóia, o espírito de iniciativa da sociedade brasileira.

A saída é política. Aqui dentro, o vasto contrato social. Lá fora, a negociação direta com bancos e com governos, parceiros interessados no Brasil economicamente saudável e politicamente estável.

Uma saída que dispensa a velha prática da operação bancária e descarta a auditoria do anacrônico FMI — que já perdeu o emprego no sistema monetário e deve ficar sem trabalho no sistema financeiro.

Ou na sentença lapidária de Lord Keynes: o FMI nasceu morto e não foi avisado. Nem o Brasil, que se arrisca a ser governado por um cadáver.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon.

O SR. JOÃO CALMON PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGILIO TÁVORA (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Incumbiu-nos a Liderança do Partido de trazer ao conhecimento desta Casa o texto da Nota Oficial do Governo brasileiro, Poder Executivo, em que explicada é a primeira das sete reportagens que O Estado de S. Paulo fará, que tem como título: "Dívida polonesa no Brasil: uma fraude".

Pelo respeito que merece esse órgão da imprensa, achou por bem a Liderança que a Nota, embora em um final de tarde, aqui fosse trazida para aqueles poucos Senadores que nos honraram com sua audiência.

É este o seu teor:

"A propósito da matéria publicada no jornal O Estado de S. Paulo do dia 14 último —, aquele justamente citado pelo eminente Senador João Calmon, do Espírito Santo — sob o título "Dívida polonesa, no Brasil: uma fraude", o Governo vem a público esclarecer que não tem fundamento as alterações contidas na reportagem, publicada com a nítida intenção de comprometer as autoridades do País.

Para bem compreender-se a mecânica das negociações com a Polônia, é necessária uma visão mais detalhada de como se desenvolveram os entendimentos comerciais entre os dois países:

Os acordos bilaterais de comércio e pagamentos com a Polônia, como descritos na mencionada reportagem, não são exclusivas com esse país, nem são recentes, datando da década de 50. Nessa época, iniciaram-se os entendimentos com os países do Leste Europeu, dentro da estratégia do Governo brasileiro de ampliar o intercâmbio comercial com os países daquela região.

Tradicionalmente, o comércio com esses países tem sido feito através de operações vinculadas e os pagamentos respectivos são liquidados por intermédio de contas gráficas, de modo a se evitar o dispêndio de moedas fortes. Em 1975, diante da necessidade brasileira de diversificar as fontes de suprimento de carvão à siderurgia nacional, assegurando o seu fornecimento, dentro do quadro existente da crise mundial de energia (a primeira crise do petróleo, de 1973), foi firmado um acordo Brasil-Polônia, pelo qual o Brasil comprava carvão e vendia minério de ferro à Polônia. Para garantir esse fornecimento, o Brasil fez um empréstimo à Polônia, destinado a financiar o desenvolvimento da capacidade da produção de minério de carvão daquele país. Com isto, objetivava-se a garantia de fornecimento do carvão e ampliava-se a capacidade polonesa para compra de produtos brasileiros.

Em 1973, com o objetivo de proporcionar maior flexibilidade ao desenvolvimento do comércio e tendo em vista as limitações de crédito técnico, passaram a ser concedidas linhas especiais de crédito à Polônia, para amparo da exportação de diversos produtos brasileiros.

A partir de 1977, o incremento do comércio entre os dois países passou a ser financiado por linhas de crédito, representadas por notas promissórias emitidas pelas autoridades polonesas, livremente negociáveis no mercado financeiro internacional, a taxas de juros compatíveis com os níveis que então prevaleciam no mercado internacional.

Posteriormente, as autoridades brasileiras competentes tiveram o cuidado de atualizar as taxas de juros aplicáveis àqueles financiamentos, em função das condições gerais do mercado financeiro internacional e das condições específicas dos financiamentos comerciais internacionais.

Quanto à sistemática de liquidação de câmbio junto aos exportadores brasileiros, é a mesma aplicável indistintamente a todo e qualquer exportador e para todo e qualquer destino.

As notas promissórias, até 10 de outubro de 1981, vinham sendo rigorosamente resgatadas nas datas de seus vencimentos.

Não obstante, um ano antes, e em face dos problemas que já então se previam, as autoridades brasileiras começaram a adotar medidas acuteladoras, de forma a preservar o interesse nacional, não concedendo novas linhas de crédito àquele país. Portanto:

a) — as notas promissórias que lastream as linhas de crédito para exportação, são títulos de crédito que representam indiscutível compromisso de

dívida, garantido pelo Governo polonês, através de seu Banco de Comércio Exterior;

b) — os subsídios de taxas de juros para a exportação de produtos manufaturados à Polônia, não diferem daqueles concedidos, como estímulo às exportações brasileiras em geral; e

c) — a ressalva existente nas Notas Promissórias significa apenas que a Polônia poderia liquidá-las contra eventuais posições credoras — em seu favor — na conta *clearing*, o que, evidentemente, não constitui obstáculo legal a sua eventual negociação no mercado internacional.

A partir de 10 de outubro de 1981, quando o Governo da Polônia não pôde mais honrar seus compromissos com o Brasil, as autoridades brasileiras adotaram medidas adicionais, de resguardo dos nossos interesses, através do congelamento, na prática, das nossas exportações para a Polônia, como fica demonstrado pela queda substancial das exportações de produtos brasileiros para aquele País, de 1981 a 1982.

Com relação às referências sobre as negociações para fornecimento de enxofre polonês, da mesma forma como ocorreu com o carvão, as autoridades brasileiras procuraram diversificar suas fontes de suprimento e, para tanto, seguindo o exemplo de outros países, ofereceu condições de financiamento direto para o desenvolvimento e exploração de minas. Da mesma forma, a ampliação das importações brasileiras de produtos poloneses, criava a expectativa de ampliação de nossas exportações para a Polônia, inclusive as de produtos manufaturados.

O Governo brasileiro, através do Conselho Monetário Nacional (reunião de 20 de janeiro de 1982), visando a impedir o aumento do endividamento polonês para com o País, determinou a fixação de um teto de US\$ 1,6 bilhões da "exposure". Assim, o saldo polonês na conta convênio ("clearing") vem sendo retido para abatimento da dívida polonesa.

A partir desta data, sucessivos entendimentos têm sido mantidos entre os governos dos dois países, visando encontrar uma forma negociada para o pagamento da dívida polonesa vencida.

Finalmente, com relação à eventual importação de navio polar, de fabricação polonesa, pela Marinha brasileira, trata-se de questão de natureza puramente técnica e comercial, cujos aspectos é que obviamente prevalecerão.

Quanto à cessão da base Antártida de Artowsky, não há fundamento na notícia. Com isto, fica demonstrado que o Governo agiu com competência, zelo e cuidado ao tratar do problema da dívida polonesa, não havendo nem mesmo a hipótese de erro de avaliação da capacidade de endividamento da Polônia, porque, na mesma situação do Brasil, encontram-se dezesseis outros países e nada menos do que 493 bancos internacionais, também credores da Polônia.

Não cabe, também, qualquer consideração quanto à ação governamental no sentido de estabelecer alguns tipos de favorecimento. A exportação de produtos brasileiros para a Polônia era realizada, na época, por numerosas empresas, destacando-se a venda de minério de ferro pela Companhia Vale do Rio Doce; complexo soja, principalmente pela Interbrás e Cobec; "liquor" de cacau, pela Associação de Exportadores de Cacau da Bahia, café e toda uma gama e outros produtos primários e manufaturados."

Este, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o teor da Nota. Certos estamos através da qual por contradita que tiver do jornal em questão e das outras prometidas reportagens sobre o assunto, em subsequente, terá o Governo

ocasião de deixar, sem sombra de dúvida, bem explicados todos os aspectos dessa questão.

Esta a missão que recebemos, esta a missão que pensamos ter cumprido, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Gabriel Hermes. (Pausa.)

S. Ex^e não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro.

O SR. NELSON CARNEIRO (PTB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sente-se ameaçada a classe dos engenheiros agrônominos, diante de uma proposta que tramita no Ministério da Educação e Cultura, em que a Comissão de Especialistas em Ciências Agrárias procura retirar, na prática, as atribuições do engenheiro agrônomo, tais como levantamento de solos, planejamento de instalações para animais, pastagens, melhoramento genético, eletrificação rural, projetos de irrigação e drenagem, processamento de produtos agrícolas e outras.

Adotada essa medida, inviabiliza-se, na prática, a profissão do engenheiro agrônomo, tornada inviável a existência da assistência técnica pela rede oficial.

Outra proposta, da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, amplamente discutida e aperfeiçoada nas Associações Estaduais, Escolas de Agronomia e Congressos, tem em vista a formação de um profissional eclético, capacitado para enfrentar as múltiplas soluções para os variados problemas que surgem no campo. Apoiada por Deputados e Senadores, independentemente de filiação partidária, essa segunda proposição merece o melhor exame das autoridades competentes, por ser a mais consentânea com a realidade nacional.

Na verdade, as Escolas de Agronomia sempre mantiveram, em seus cursos, aquelas disciplinas, recebendo os estudantes conhecimentos básicos de criação animal, culturas, solos, adubação, máquinas agrícolas, climatologia e outros estudos. Ao final do curso, pode o profissional especializar-se em determinada área, possuindo então um conhecimento geral da realidade brasileira.

Nossa agricultura exige esse tipo de preparação do profissional agrônomo, pois é impossível ao agricultor ou à rede oficial de assistência técnica contratar um especialista para cada problema, da conservação do solo à luta contra as pragas, da produtividade à adubação ou ao combate às doenças de plantas e animais.

Somente um profissional de formação eclética poderá solucionar os múltiplos problemas do agricultor, do trabalhador rural e da população, com pesquisas adequadas à realidade nacional. Lembre-se que o desenvolvimento de variedades mais produtivas de alimentos favorece a população consumidora, enquanto o emprego de adubos e máquinas melhorará a produção, levando a tecnologia nacional a aproveitar mais racionalmente a mão-de-obra no campo.

Diante disso, esperamos que o Ministério da Educação e Cultura acolha a solução proposta pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, quanto à alteração dos currículos e do campo de ação desses profissionais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Não há mais oradores inscritos.

A sessão de amanhã será destinada, em caráter especial, a homenagear a memória do ilustre Ministro Henrique de La Rocque Almeida, ex-Senador da República, de acordo com deliberação anterior do Plenário, ao

aprovar requerimento de autoria do Senador Alexandre Costa e outros Srs. Senadores.

Dessa forma, não serão designadas matérias para a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSÉ LINS NA SESSÃO DE 11-8-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Não sei se o Senador Pedro Simon é Vice-Líder do PMDB para a área econômica. Não pergunto por isso. De fato é irrelevante, já que ao Senador cabe o direito de discutir qualquer assunto que venha à baila nesta Casa. Sou, aliás, Vice-Líder para a área econômica, embora modesto e sem o brilho...

O Sr. Humberto Lucena — Não apoiado!

O SR. JOSÉ LINS — ... que meu caro e eminentíssimo colega Senador Virgílio Távora apresenta, com muita honra para nós.

Mas, Sr. Presidente, a discussão de certos assuntos merece realmente ser aprofundada. E essa, tratada hoje pelo Senador Pedro Simon, não pode parar aqui. Durante o seu discurso tive a impressão de que S. Ex^e considerava a discussão encerrada, diante do parecer emitido pelo nobre Ministro João Nogueira Rezende. Mas vi que S. Ex^e, ao final, voltou a admitir que a discussão deve continuar. Isso parece significar que não há muita convicção no que diz S. Ex^e Aliás, Sr. Presidente, o nobre Senador Pedro Simon costuma confundir os dados de certas questões, de um modo fundamental, distorcendo a interpretação dos fatos. Cito um exemplo: S. Ex^e comparou uma inflação de mais de 100% com o aumento dos salários, que citou como sendo de 43%. Ora, S. Ex^e sabe que não é correto confundir coisas como essas. Numa opinião pública desinformada, ou formada, na base de informações distorcidas não pode cumprir o seu papel.

Um aumento percentual, semestral de 43% equivale a mais de 100% de aumento anual. Portanto é semelhante à inflação a que S. Ex^e se referiu. Essas coisas, Sr. Presidente, nos levam a desconfiar de que não podemos aceitar razões unilaterais. Tenho o maior respeito pelo Ministro João Nogueira Rezende, mas não concordo, nobre Senador Pedro Simon, com muitas das opiniões que constam de seu parecer, mesmo que este tenha sido aprovado pelo egrégio Tribunal de Contas. Por exemplo: concordo com S. Ex^e, quando diz que o FMI é hoje um órgão apático; concordo. Concordo que é preciso uma nova Bretton Woods, vez que essa, que trouxe no seu bojo a criação do Fundo Monetário, já não satisfaz às exigências do momento, num mundo onde a economia tudo distorce e os países mais pobres, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, carregam nas costas a carga maior do sofrimento humano. Mas não é, nobre Senador Pedro Simon, o FMI o responsável por isso, pelo caos econômico e pelo caos social a que V. Ex^e 9 se referiu. Culpem V. Ex^e e o Ministro às grandes potências, sobretudo às três maiores dentre elas, porque mesmo à Alemanha e à França têm, reiteradamente, reclamado dos países que preferem cuidar dos seus próprios interesses, da sua economia, sem cuidar dos grandes problemas sociais e econômicos do mundo. Neste ponto, estamos de acordo com o Ministro João Nogueira, apenas discordando quanto à identificação dos responsáveis por isso.

O protecionismo, nobre Senador Pedro Simon, não provém absolutamente de política formada no bojo das decisões do Fundo Monetário Internacional.

Quanto às imposições do FMI ao Brasil, não se pode confundir com imposição aquilo cuja aceitação depende da vontade do parceiro. A palavra imposição é inteiramente descabida no caso. Pode dizer V. Ex^e que as condições ditadas pelo Fundo, se não forem aceitáveis, impedirão uma operação que é de fundamental importância para nós. E eu estarei de acordô. Mas, não se trata de exigências impostas para ferir a soberania nacional. Aliás, deve V. Ex^e notar bem o termo usado pelo nobre Ministro João Nogueira, ao se referir à questão da nossa soberania. O que quer dizer molestar? Uma ação não a molesta. Ela a fere ou não a fere. Ora, aquilo que depende de uma decisão da nossa vontade não pode, de modo nenhum, ferir a soberania do País.

Todo o discurso de V. Ex^e se referiu ao parecer do egrégio Tribunal de Contas. Reconheço que as condições atuais da economia brasileira são decorrência de medidas tomadas anteriormente. Isso não é mais do que o óbvio, já que tudo que hoje fazemos tem implicações futuras. V. Ex^e reconheceu o milagre brasileiro, do começo da década de 70; dele decorreu uma decisão consciente, a decisão de continuarmos buscando o crescimento do País, mesmo à custa de poupanças externas. Fomos talvez infelizes. O País vinha crescendo, como disse V. Ex^e, a taxas de 8, 10, 12, 13%, com poupanças internas e externas, e não quis abrir mão desse crescimento. Ante a crise mundial decidimos continuar a crescer à custa, embora que fosse, da poupança externa. As condições mudaram desde então. Os juros cresceram e não foi só o Brasil que sofreu as consequências disso tudo. Sabe V. Ex^e que há uma crise mundial, no bojo da qual nós também embarcamos.

A moratória? Como a moratória? É claro que escuto, todos os dias, a sugestão do PMDB já, agora, através do seu Presidente, que acaba de decidir sair com um pacote debaixo do braço, a motivar instituições por todo o País. Uma decisão do PMDB, do seu livre arbítrio. Mas quem dirá que esta é a melhor solução para nós? Qual o custo social e qual o custo econômico dessa moratória? Compete também ao Senado discutir esse problema ou compete-nos simplesmente aceitar a opinião do PMDB? Tenho minhas dúvidas, nobre Senador. Tenho minhas dúvidas e prefiro...

O Sr. Pedro Simon — Concordo plenamente com V. Ex^e. O PMDB debate e apresenta a tese da moratória. Concordo plenamente com V. Ex^e que o PMDB não tem condições de impor a decisão da moratória; concordo com V. Ex^e que o PDS, Partido, inclusive, majoritário no Congresso Nacional, tem todas as condições de decidir sobre a moratória. O que não concordo é que nem o PMDB, nem o PDS, nem ninguém, mas apenas o Sr. Delfim Netto decide sobre a moratória.

O SR. JOSÉ LINS — Não concordo que o PMDB possa impor a moratória. Eu levando a questão do debate. Pergunto, em sã consciência: o que é melhor para o povo brasileiro? V. Ex^e pergunta qual o limite de nossas atitudes em defesa do Governo. E é V. Ex^e mesmo quem responde que esse limite deve ser imposto pelo bem da comunidade. E tem razão. O problema, nobre Senador, é saber quando alguém está realmente no caminho certo. Quem traz, na sugestão, mais acerto e mais patriotismo. O que V. Ex^e não pode é dizer, a priori, que o acerto está com o PMDB.

O Sr. Pedro Simon — Com relação ao patriotismo, eu não digo que ele está, absoluta e exclusivamente, nas mãos do PMDB, mas, com relação aos erros e acertos, parece-me que a realidade aí está, com uma inflação que já se fala em 200%, com o desemprego a índices jamais atingidos neste País, o homem do campo produzindo em condições de quase amargura, os próprios representantes do PDS a clamar pela moratória, como é o caso do Senador Murilo Badaró. Parece-me que, lendo os relatórios

dos homens das empresas, lendo os relatórios dos homens do comércio, lendo os relatórios dos homens da agricultura, lendo os relatórios dos sindicatos dos trabalhadores, lendo os relatórios dos homens da igreja, lendo os relatórios dos intelectuais, me parece que toda essa classe está dizendo que o povo não vai...

O SR. JOSÉ LINS — Nesse caso V. Ex^e deveria pedir que se encerrasse o debate. Não deveria ter terminado o seu discurso sugerindo que o debate prossiga em busca do acerto nessa questão. Se V. Ex^e já decidiu...

O Sr. Pedro Simon — Mas quem sou eu para pedir que encerre o debate, Senador.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^e foi quem sugeriu, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon — Mas quem sou eu para pedir para encerrar o debate quando eu sei que não temos o poder de decisão...

O SR. JOSÉ LINS — Se V. Ex^e acha que a decisão correta está do seu lado, já não pode sugerir o debate. V. Ex^e já o terá encerrado...

O Sr. Pedro Simon — Mas quem sou eu para dizer que a posição correta está do meu lado e encerrar o debate, se sei que eu e V. Ex^e não decidimos coisa nenhuma? Eu, V. Ex^e e esta Casa não decidimos coisa nenhuma e o povo brasileiro também não decide coisa nenhuma, Senador.

O SR. JOSÉ LINS — Senador Pedro Simon, não estamos aqui para decidir agora, estamos aqui para discutir...

O Sr. Pedro Simon — Ah! vamos mudar a Constituição porque ali fala em Poder Legislativo, pensava que legislar era decidir. Ah! estou aqui para discutir. Poder discursivo, em vez de Poder Legislativo...

O SR. JOSÉ LINS — Se V. Ex^e julga que a questão do acerto é uma questão de lei, V. Ex^e tem razão. V. Ex^e poderá fazer leis para serem cumpridas, pelo Executivo, pelo povo...

O Sr. Pedro Simon — Não, eu não posso fazer leis, a Constituição me proíbe.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^e se engana.

O Sr. Pedro Simon — A Constituição me proíbe de legislar sobre matéria financeira, sobre matéria econômica, sobre tributo. A Constituição me proíbe, Senador.

O SR. JOSÉ LINS — Nesse caso, deve voltar à tese última de seu discurso, isso é, pelo menos, ao debate. Pelo menos, nobre Senador.

O Sr. Pedro Simon — Mas estou na posição do debate.

O SR. JOSÉ LINS — Se é que V. Ex^e...

O Sr. Pedro Simon — Mas eu estou na posição do debate, embora saiba que podemos debater mil anos, e se o Delfim durasse mil anos V. Ex^e o estaria apoiando por mil anos.

O SR. JOSÉ LINS — Eu defendo o debate, coisa que V. Ex^e ainda não sabe se aceita ou não. A verdade parece estar do lado de V. Ex^e, do lado do PMDB...

O Sr. Pedro Simon — Mas eu estou debatendo, Senador. V. Ex^e está afirmando e eu estou debatendo, Senador.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^e está defendendo radicalmente uma posição...

O Sr. Pedro Simon — E V. Ex^e outra, que coincidentemente é do Dr. Delfim.

O SR. JOSÉ LINS — Eu discuto um pensamento, o meu, trazido ao debate...

O Sr. Pedro Simon — Que é do Dr. Delfim.

O SR. JOSÉ LINS — ... o de que a moratória não é o melhor caminho nem aquele que mais consulta os interesses do País. Este é o meu pensamento. Defendo uma avaliação dos custos sociais e econômicos da moratória. Uma avaliação das consequências econômicas e sociais, de uma decisão que vai nos impedir de continuar negociando com o exterior, quando a nossa economia, quase todo o nosso transporte, grande parte do suprimento de energia, dependem dos mercados externos. Quando o funcionamento das grandes indústrias deste País dependem de suprimento de matérias-primas intermediárias e de bens outros que são comprados lá fora. No mínimo, nobre Senador, a questão da moratória merece ser muito meditada.

Levantou-se, Sr. Presidente, também aqui, a questão do foro, no qual deveriam ser debatidas as questões relativas aos nossos empréstimos. Imagine V. Ex^e que o Brasil emprestasse, por exemplo, ao Paraguai, uma vultosa soma de recursos, e que aceitasse como foro único para dirimir dúvidas o foro de Assunção! Ficaria com as cartas na mão para decidir, ou para comandar o processo decisório o responsável pelas obrigações contratuais. Ora, basta analisar a questão dos direitos internacionais, e como processos dessa natureza são conduzidos, para verificar que não há realmente nada a estranhar nesse ponto.

Nobre Senador Pedro Simon, aceito sem dúvida, como instrumento de assessoramento ao Senado, o parecer do nobre Ministro João Nogueira Rezende, mas não como um puxão de orelha. Não como uma imposição. Não considero os parceiros do Fundo Monetário Internacional, como quer a Oposição, para usar a palavra do nobre Presidente do Senado, como um bandido, que entra em nossa casa para nos roubar, ou simplesmente como uma patrulha avançada do capital estrangeiro, que busca avassalar e dominar este País. Isso não posso aceitar. São simplesmente nossos parceiros, de uma instituição da qual fazemos parte...

O Sr. Pedro Simon — Como um irmão mais velho que quer nos ajudar.

O SR. JOSÉ LINS — O Fundo Monetário, nobre Senador Pedro Simon, não passa de um assessor, não passa de um consultor, não passa de uma carteira de empréstimos à qual nós temos o direito de comparecer. Não passa disso. E se essa instituição discute e dialoga, ele o faz tendo em vista metas que julga convenientes para o saneamento da nossa economia. Se aceitamos que para isso é necessário reduzir os meios de pagamento e elevar os juros, que é necessário o sacrifício de muitos e, até, dos assalariados, para controlar a inflação, essa é uma decisão nossa. Mas, o que realmente o Fundo Monetário deseja é que as contas da economia brasileira voltem ao equilíbrio. É que reduzamos a inflação, de modo a permitir, numa segunda fase, a nossa recuperação econômica e o pagamento da dívida. Ora, essa é a nossa obrigação. Esses não nos parecem objetivos desprezíveis.

Considero, por fim, nobre Senador Pedro Simon, com todo o respeito que tenho pelo nobre Ministro João Nogueira Rezende, que, aliás, antecipou a sua análise — como bem disse V. Ex^e — considero que o parecer do ilustre Ministro não constitui, realmente, uma análise das contas do Governo. Ele representa muito mais uma crítica de natureza puramente política. Como tal, não me parece que deva ser aceito senão como uma opinião.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL 9ª Reunião, Realizada em 2 de Agosto de 1983

As dez horas do dia dois de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Presidente; Lourival Baptista, Benedito Ferreira, Altevir Leal, Murilo Badaró e Marcelo Miranda, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Guilherme Palmeira, Marcondes Gadelha, Jutahy Magalhães, Saldanha Derzi, Mauro Borges, Alfredo Campos e Gastão Müller.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente, Senador Alexandre Costa, de acordo com o parágrafo único do art. 94 do Regimento Interno, passa a Presidência dos trabalhos ao Senador Lourival Baptista.

Prosseguindo, o Senhor Presidente eventual comunica que a reunião se destina à apreciação da Mensagem nº 153, de 1983, do Senhor Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Doutor Joel Ferreira da Sylva, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro José Parisal Barroso.

Continuando, o Senhor Presidente eventual torna a reunião em caráter secreto, para apreciação da Mensagem Presidencial. É, então, lido o parecer do Relator-Presidente Alexandre Costa, com discussão da matéria entre os presentes e votação secreta. Depois de lacrado o envelope com a Ata de apuração dos votos, é encerrada a parte secreta da reunião.

Tornada pública, e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença dos Senhores Senadores e a declara encerrada, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será por Sua Excelência assinada.

10ª Reunião, Realizada em 9 de Agosto de 1983

As dez horas do dia nove de agosto de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Senadores Alexandre Costa, Presidente; Marcelo Miranda, Passos Pôrto, Altevir Leal, Saldanha Derzi e Gastão Müller, reúne-se a Comissão do Distrito Federal.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lourival Baptista, Murilo Badaró, Guilherme Palmeira, Benedito Ferreira, Marcondes Gadelha, Jutahy Magalhães, Mauro Borges e Alfredo Campos.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e dispensa a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Passos Pôrto, que emite parecer favorável pelo substitutivo que oferece ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 1981, que prorroga, por dez anos, o prazo assinado no artigo 1º da Lei nº 5.755, de 3 de dezembro de 1971, que "isenta do pagamento dos impostos predial e territorial urbano e de transmissão, no Distrito Federal, imóveis adquiridos por componentes da Força Expedicionária Brasileira". Posto em discussão o parecer, e, em seguida, em votação, é o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Kleber Alcoforado Lacerda, Assistente da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA 10ª Reunião, Realizada em 30 de Junho de 1983

As dez horas do dia trinta de junho de mil novecentos e oitenta e três, na Sala de Reuniões da Comissão, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Presidente; Aderbal Jurema, Fernando Cardoso Henrique, Gastão Müller, Passos Pôrto, Álvaro Dias e Octávio Cardoso, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores José Sarney, Eunice Michiles e Luiz Viana.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

São apreciadas as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, de 1982, que "altera e introduz dispositivos no Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal".

Relator: Senador Aderbal Jurema.

Parecer: contrário.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 149, de 1982, que "dispõe sobre a impressão de legenda no volante da Loteria Esportiva Federal".

Relator: Senador Aderbal Jurema.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, de 1983, que "dispõe sobre concurso vestibular e dá outras provisões".

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.

Parecer: contrário.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, de 1982, que "altera o artigo 2º da Lei nº 6.168, de 9 de dezembro de 1974, que criou o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, e o artigo 3º do Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969, que instituiu a Loteria Esportiva Federal".

Relator: Senador Aderbal Jurema.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, de 1983, que "dispõe sobre a criação do Colégio Agrícola de Garanhuns, no Estado de Pernambuco".

Relator: Senador Aderbal Jurema.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 74, de 1981, que "altera a redação da Lei nº 6.664, de 26 de junho de 1979, que disciplina a profissão de Geógrafo".

Relator: Senador Aderbal Jurema.

Parecer: favorável.

Conclusão: aprovação do Parecer.

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 272, de 1980, que "fixa normas para a escolha de dirigentes das universidades e dos estabelecimentos isolados de ensino superior".

Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso.
Parecer: favorável, nos termos da Emenda nº 1-CEC.
Conclusão: aprovação do Parecer.
Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Sergio da Fonseca Braga, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1983, "DESTINADA A INVESTIGAR A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA NO NORDESTE"

2ª Reunião, realizada em 7 de junho de 1983

Aos sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores, presentes os Senhores Senadores Virgílio Távora, José Lins, João Lobo, Alberto Silva (Presidente), Jutahy Magalhães (Relator), Mário Maia e Fábio Lucena, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito criada através da Resolução nº 13, de 1983, destinada a investigar a persistência da pobreza do Nordeste.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Marco Maciel, Alfredo Campos, Lourival Baptista e Hélio Gueiros.

Havendo número regimental o Senhor Presidente, Senador Alberto Silva, declara abertos, os trabalhos, dando a palavra ao Senhor Dr. José Oswaldo Pontes, ilustre Diretor-Geral do DNOCS.

Iniciando seu depoimento o Dr. José Oswaldo Pontes esclarece que, em função da ocorrência de secas a economia do Nordeste sofre variações negativas e positivas.

Destaca o Programa de Irrigação Pública, o Projeto Sertanejo e o Programa de Áreas de Montantes.

Consolidou-se em 1934 o Programa de Pesca e Piscicultura, através de uma estrutura técnica e administrativa permanente, alicerçada em sólida e conceituada base científica.

O DNOCS inclui em suas atividades o Programa de Emergência, para atender aos nordestinos vitimados por calamidade pública.

A presente atuação do DNOCS sintetiza-se em quatro programas principais: Recursos Hídricos, Irrigação, Áreas Secas, Áreas de Montante e Pesca e Piscicultura.

A linha de atuação do órgão tem se voltado sempre para a gestão de recursos hídricos na área sob sua jurisdição, abrangendo um tríplice aspecto: Estudos Hidrológicos, Obras Hidráulicas e Utilização das Águas.

Finalizando seu depoimento o Dr. José Oswaldo Pontes apresenta uma última mas essencial providência, que seriam os recursos necessários a sua implementação e acompanhamento, sem os quais seriam inúteis e frustantes quaisquer esforços para minimizar a pobreza verificada no Nordeste.

Logo após o Senhor Presidente, Senador Alberto Silva, passa a palavra para interrogar o depoente aos Senhores Senadores João Lobo, Virgílio Távora, José Lins, Jutahy Magalhães (Relator), Fábio Lucena e Alberto Silva (Presidente).

O Senhor Presidente, Senador Alberto Silva, encerra a reunião agradecendo ao nobre conferencista, o Engenheiro Dr. José Oswaldo Pontes, pela magnífica exposição.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião e, para constar, eu, Nadir da Rocha Gomes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 13, DE 1983, "DESTINADA A INVESTIGAR A PERSISTÊNCIA DA POBREZA ABSOLUTA NO NORDESTE", DESTINADA A OUVIR O DEPOIMENTO DO ENGº DR. JOSE OSWALDO PONTES — DIRETOR-GERAL DO DNOCS — QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.
PRESIDENTE: Senador ALBERTO SILVA
RELATOR: Senador JUTAHY MAGALHÃES
(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — De acordo com o que havíamos estabelecido, está aqui presente o Dr. José Oswaldo Pontes, mui digno Diretor-Geral do DNOCS, e seu auxiliar, engenheiro Amaury Araújo, para fazer uma exposição na nossa Comissão sobre o que o DNOCS tem feito, o que está se propondo a fazer, enfim, um sucinto e breve relato das atividades do órgão que todos nós reconhecemos ser um dos mais eficientes e importantes organismos regionais.

Eu gostaria só de aproveitar este ensejo para cumprimentar o Dr. José Oswaldo Pontes pela presteza com que atendeu o nosso convite, apesar da Comissão estar muito reduzida pelas razões que ele já tomou conhecimento, nem por isso a sua exposição deixará de ser da maior utilidade para nós, porque com os complementos que ele vai deixar aqui, nós, lá do plenário do Senado, poderemos levantar a questão em favor da tese que ele defende, e que alguns dados eu já tive oportunidade de conhecer em outras ocasiões.

E para que não tomemos também o tempo do nosso Diretor do DNOCS, Dr. José Oswaldo Pontes, passo-lhe a palavra para fazer a sua exposição, e depois dela nós deixaremos livre a oportunidade de lhe fazer as perguntas mais importantes.

Com a palavra o Dr. José Oswaldo Pontes.

O SR. JOSE OSWALDO PONTES — Sr. Senador Alberto Silva, Presidente dessa CPI, Excelentíssimo Senador Jutahy Magalhães, Relator, Senador João Lobo, Srs. Senadores.

Honroso e gratificante é para o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) atender à convocação de Vossas Excelências, constituintes da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a persistência da pobreza absoluta no Nordeste.

Aqui estou envidado e agradecido pela oportunidade de que V. Exs concederam ao DNOCS de, ante a mais alta instância do Poder Legislativo, prestar contas ao povo brasileiro, especialmente aos nordestinos, a cujo serviço se encontra, das atribuições que lhe foram cometidas pelo Governo Federal.

Relevante e engrandecedora é, por igual, o chamamento por essa C.P.I. para que a sempre renovada Inspeção de Secas apresente em depoimento e questione com V. Exs o seu ponto de vista sobre a perspectiva de encaminhar soluções para o grave e comprometedor problema da persistência da pobreza absoluta no Nordeste.

Sente-se o DNOCS muito à vontade para expor e discutir, com tão ilustres interlocutores um assunto que tem sido a razão maior de sua existência, ao longo de 3 quartéis de século, qual seja a busca e aplicação de ações adequadas à elevação do nível de vida e bem estar do flagelado povo nordestino.

Sem sério agravo à justiça não se pode imputar ao DNOCS falta de discernimento, incompetência ou desídia no trato desse vital problema regional. Nem que os resultados tenham sido de todo adversos.

Uma visão imparcial, ampla, retrospectiva e comparativa da evolução do Nordeste não permite ocultar o largo trecho já caminhado na via do desenvolvimento regional.

Se mais elevado estágio não foi alcançado, a despeito de todas as investigações e esforços dos paladinos dessa causa, deve-se certamente a eventuais equívocos de avaliação de curso. Mas recai, precipuamente, sobre a insensibilidade da sociedade brasileira e de seus dirigentes para assunto de tamanho significado concernente à integração nacional, chegando a ameaçar sua própria estabilização.

Ainda há poucos dias o Ministro Mário David Andradez proclamava no DNOCS: "O Nordeste é problema de toda a sociedade brasileira. Depende de uma decisão política não apenas do Governo mas de toda a sociedade brasileira. Essa é a nossa pregação", concluiu.

Em termos de Governo, a sensibilidade pelo problema do Nordeste não se expressa pela grande quantidade de planos sucessivos, freqüentemente simples variantes de outros ainda não concluídos ou sequer encetados. Tal sensibilidade caracteriza-se pelo afluxo contínuo e adequado de recursos destinados a implementar e conduzir a termo um planejamento competente, realista e participativo. Recursos financeiros e humanos estão na base desse processo.

O Eminente nordestino José Américo de Almeida já advertia que "o que falhanço são os planos, mas sua execução", ressaltando que, "só se intensificam as obras sob a pressão da seca, quando o rendimento é mínimo".

Pode-se-ia ainda hoje repetir sobre o suprimento de recursos para o Nordeste o que, em 1913, em conferência sobre "O problema das Secas", Arrojado Lisboa dizia em alusão à ocorrência de chuvas e ao regime dos rios: "Irregularidade, sempre a irregularidade".

A oscilante história dos dispêndios do DNOCS, está sintetizada no Quadro I, a testemunhar de 1909 a 1982 o acerto da afirmativa daqueles ilustres patrícios. Por ele constata-se que os anos de calamidade apresentam discrepâncias radicais na alocação normal do parco numérico.

Essa descontinuidade dos recursos públicos para o Nordeste, destinados a gerar uma ação eficaz para o desenvolvimento regional integrado — e não meros paliativos emergenciais — é, sem dúvida, uma das causas mais destacadas do incremento dos bolsões de pobreza absoluta no Semi-Árido nordestino.

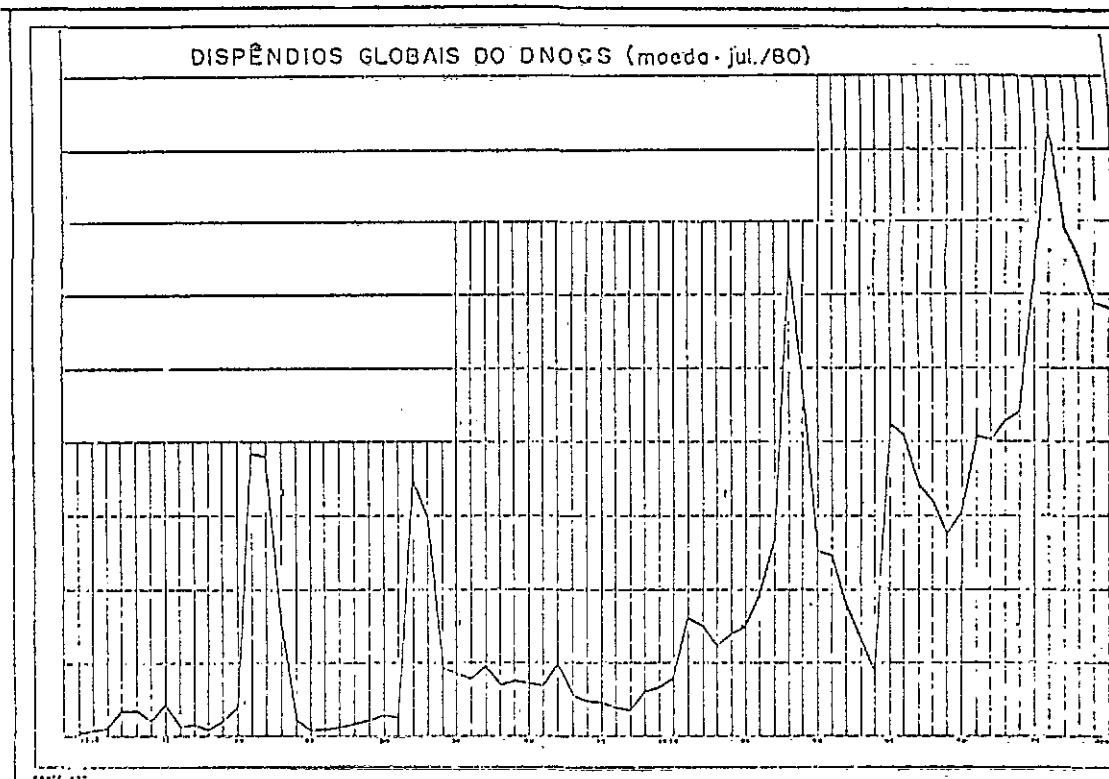
Os Srs. vêm nesse gráfico de 1909 a 1982, como foram distribuídos os recursos ao DNOCS. Vemos que esses picos coincidem com a ocorrência de secas. Quando há uma seca, o volume de recursos destinados ao Nordeste cresce consideravelmente, reduzindo-se, logo depois, à manutenção dos órgãos, não sobrando recursos para investimentos.

Para se ter uma idéia, temos outro quadro que mostra a soma dos recursos alocados ao DNOCS de 1909 a 1982, totalizando, a preços atualizados, corrente de 1982, 668 bilhões de cruzeiros, o que significa em termos de 1 bilhão e 200 milhões de dólares. Isso significa que, em 73 anos de atividades do DNOCS, ele recebeu de recursos o equivalente a menos de 10% do que foi despendido em Itaipu.

DISPÊNDIOS GLOBAIS
DISPÊNDIOS GLOBAIS DO DNOCS
QUADRO I

ANOS	A PREÇOS CORRENTES	EM MOEDA DE JULHO/82	ANOS	A PREÇOS CORRENTES	EM MOEDA DE JULHO/82	ANOS	A PREÇOS CORRENTES	EM MOEDA DE JULHO/82
			32	168.315.861\$300	14.656.753.819,26	59	4.621.856.812,80	20.123.299.611,66
1909	446.471\$400	97.197.433,20	33	137.504.608\$700	12.218.105.744,46	1960	3.127.559.434,00	10.541.059.449,06
10	1.099.134\$200	239.279.669,58	34	47.246.469\$900	3.881.288.047,98	61	4.200.000.000,00	10.328.877.972,00
11	2.341.527\$800	509.807.591,16	35	42.987.148\$200	3.119.391.485,28	62	4.700.000.000,00	7.621.904.178,00
12	6.686.227\$100	1.386.260.759,52	36	42.156.074\$200	2.823.767.433,80	63	6.200.000.000,00	5.733.487.200,00
13	6.935.312\$000	1.437.902.883,06	37	63.508.170\$500	4.007.404.373,70	64	7.595.618.736,00	3.687.256.960,38
14	2.008.766\$300	416.480.813,70	38	47.668.481\$600	2.882.580.498,00	65	57.515.118.000,00	17.802.384.153,54
15	9.127.035\$700	1.727.766.667,20	39	46.462.353\$300	2.697.259.253,22	66	76.390.006.000,00	17.146.705.653,00
16	3.127.393\$900	523.043.579,10	40	45.920.626\$900	2.596.565.603,10	67	81.348.957,15	14.222.514.765,06
17	4.537.797\$900	705.308.359,56	41	47.956.229\$900	2.429.461.253,94	68	95.353.006,00	13.421.654.556,24
18	2.325.799\$700	326.658.960,18	42	90.346.831\$900	4.097.548.418,88	69	99.002.122,00	11.540.443.716,48
19	6.134.629\$400	834.681.435,00	43	65.212.858,50	2.406.211.195,92	1970	131.077.027,20	12.754.143.411,66
1920	27.155.691\$600	3.284.288.385,42	44	61.111.701,10	1.942.167.904,32	71	213.449.333,60	17.244.558.854,46
21	137.270.114\$800	16.153.138.870,26	45	65.708.269,00	1.933.042.038,90	72	245.582.241,20	16.984.418.975,58
22	145.947.350\$000	15.886.159.412,34	46	66.458.185,50	1.607.528.165,46	73	303.409.041,50	18.205.798.603,44
23	67.213.127\$500	6.805.627.221,12	47	88.118.223,60	1.862.434.137,90	74	401.567.319,10	18.722.417.682,78
24	11.668.762\$400	996.177.905,10	48	124.071.682,00	2.489.401.993,26	75	767.670.831,10	28.021.674.211,02
25	3.826.749\$300	302.934.322,74	49	145.167.190,00	2.748.039.295,68	76	1.357.165.001,00	35.065.832.143,44
26	4.347.636\$400	332.092.682,04	50	178.266.411,90	3.194.079.031,08	77	1.550.556.555,50	28.074.687.107,35
27	5.996.492\$500	450.145.504,20	51	421.287.919,70	6.818.824.023,90	78	2.084.950.417,20	27.216.984.441,14
28	8.468.577\$300	646.874.084,64	52	425.196.920,40	6.361.799.288,88	79	2.927.443.339,00	24.826.593.071,12
29	11.635.031\$300	888.739.996,62	53	379.090.123,10	5.141.859.168,18	1980	8.439.841.182,35	35.447.332.969,37
1930	9.544.018\$600	814.788.267,30	54	519.764.611,80	5.802.631.040,64	81	17.985.209.195,47	35.790.566.290,99
31	11.316.099\$900	1.013.166.992,46	55	668.206.708,60	6.324.638.381,46	82	32.364.200.000,00	32.364.200.000,00
			56	1.032.825.346,30	8.098.848.563,82			
			57	1.673.906.072,50	11.092.476.392,76			
			58	5.024.987.812,80	26.735.537.727,36			
						TOTAL		668.636.962.068,32

Gráfico



A POBREZA ABSOLUTA NO NORDESTE

Uma visão analítica, mesmo superficial, sobre a formação econômica e social do Nordeste ressalta a exploração predatória e o regime semi-feudal que caracterizou a atitude do colonizador face aos recursos naturais e aos habitantes da região.

O europeu invasor teve de substituir a população aborigem, nômade e rarafeita por contingências climáticas mais indomável na sua liberdade, pelo africano escravizado, afim de explorar a força de trabalho necessária ao cultivo de largos tratos agrícolas, dos campos de criatório extensivo e aos poucos engenhos para produtos exportáveis.

Do litoral o explorador demandou aos sertões, adversos mas disponíveis, estabelecendo-se em latifúndios que iam sendo cultivados pela mão-de-obra agregada. O domínio e a exploração da terra e do rurícola conduziu a

um protecionismo e a uma dependência patronal remanescentes até hoje.

Desde o início, com poucas jazidas minerais de fácil e a compensadora lavra e sem a afluência do capital alienígena para instalar indústrias, o destino do nordestino voltou-se preponderantemente para a agricultura.

Ainda nos nossos dias prevalece a hegemonia das atividades agrícolas, sendo a população regional constituída por quase 60% de rurícolas.

Na participação setorial da economia nordestina, a agropecuária contribui com quase 30%, contra 24% da indústria.

Entretanto, a economia agrícola é muito mais débil e vulnerável, face às aleatórias variações climáticas.

Os Quadros II e III são bem expressivos, ao ressaltarem as variações setoriais da economia nordestina e a discrepância de comportamento entre a agricultura desta região e a do Brasil como um todo.

Por estes dados conclui-se que, enquanto a variação da indústria e dos serviços no Nordeste é, praticamente, sempre positiva, assim como a evolução da agricultura no País, a economia agrícola regional é direta e profundamente influenciada pelas alterações do clima.

A constatação de cada seca no Nordeste pode ser visualizada pelos seus reflexos no crescimento negativo dos indicadores da economia agrícola da região.

O comportamento do setor primário constitui-se, assim, no principal estorvo ao desenvolvimento do Nordeste, contribuindo consequentemente para o crescente empobrecimento das populações de baixa renda.

Fatores limitantes de ordem física, econômica, social e política — como água, solo, capital, educação, domínio da terra — vêm mantendo o Semi-Árido sob a histórica prevalência de uma estrutura fundiária por vezes opressora e do empirismo das atividades agropastoris, conduzindo ao baixo nível de vida do rurícola.

De fato, numa região onde a tenência de terra se apresenta com 8% de latifundiários retendo 67% das terras, cabendo a 73% do total dos proprietários rurais apenas 12% da área agricultável; numa região onde 95% das práticas agrícolas ainda se executam com o uso de enxadas, não espanta que a renda "per capita" do rurícola alcance 10% daquela dos habitantes dos grandes centros regionais.

A economia agrícola do Nordeste ainda repousa sobre o trinômio boi-algodão-culturas de subsistência, estas últimas mal sendo suficientes para a auto-sustentação dos pequenos lavradores em tempos normais.

As unidades produtivas mais significativas do sertão acham-se constituídas pelas grandes propriedades, que se dedicam ao cultivo do algodão e sobretudo da pecuária para uma economia de mercado. Elas é que regulam as relações mercantis, o emprego da mão-de-obra e a exploração e uso da terra.

O pequeno proprietário que possui algodoal comumente vende o produto "na folha" ao financiador de sua lavoura. E se tem algum rebanho, é em geral inexpressivo e do seu produto pouco resta após o sustento da família. Desse modo, o fruto de sua atividade não chega ao mercado agrícola.

Prestando serviços aos grandes proprietários, mas sem qualquer interferência na gestão do empreendimento, encontra-se a grande massa rural, constituída de arrendatários, meeiros, parceiros, ocupantes e assalariados. Todos sem acesso à posse da terra e, via de regra, aos benefícios sociais.

A esse aglomerado de dependentes do latifundiário vem-se juntar, em épocas de calamidade, até mesmo o pequeno proprietário.

Esse contingente de párias é que acorre logo no começo das secas às frentes de emergência, quando mais se degrada a sua dignidade humana com a destruição de seus míseros bens, a desagregação de sua família e a humilhação de inexpressivo trabalho por um baixo salário.

Que resta a este caboclo inteligente e capaz, porém deprimido pela fome, senão precipitar-se no extremo nível de pobreza, do qual dificilmente emergirá, pois a seca é periódica e a tragédia se repete?

Essa pobreza absoluta, decorrente de tantas causas que seria pretensioso tentar identificá-las na sua totalidade, manifesta-se pelos baixos níveis de renda, pelo analfabetismo, pelas precárias condições sanitárias, refletindo-se nas elevadas taxas de mortalidade, sobretudo infantil, e nas endemias parasitárias. Seu conjunto retrata as péssimas condições de vida do trabalhador do campo.

A seca, como adversidade climática, é a causa primária, mas não a única da pobreza e mesmo da miséria do povo nordestino. Há regiões mais áridas porém promissoras. Como existem populações mais pobres habitando terras de clima ameno.

O fenômeno da seca, como ensina Arrojado Lisboa, "é de natureza tanto física como econômica e social. Por

MINTER/DNOCs

NORDESTE — Aspectos econômicos

RENDA

Variação setorial da economia do Nordeste

Anos	Consolidados			Sujeitos a retificação		
	Agricultura	Indústria	Serviços	Anos	Agricultura	Indústria
1967	14,9	6,0	11,4	1975	24,9	11,2
1968	- 2,1	15,3	6,5	1976	-14,4	12,6
1969	- 0,4	8,1	9,8	1977	15,1	7,6
1970	-15,6	8,7	5,1	1978	2,7	7,6
1971	36,0	4,0	7,9	1979	- 1,7	7,00
1972	6,3	10,7	10,5	1980	- 6,2	9,0
1973	6,4	12,6	11,6	1981	- 2,5	- 2,8
1974	- 8,0	15,2	10,5			3,0

Fonte: BNB/Nordeste — Análise Conjuntural — I Sem 82

- Limitações tecnológicas do Setor agrícola no Nordeste:
- 95% das práticas agrícolas com uso de enxada
- domínio médio (ha/agricultor):
- 2,5 ha, com uso de enxada
- 10 ha, com implementos a tração animal
- 40 ha, com o uso de trator agrícola.

QUADRO III

MINTER/DNOCs

NORDESTE — Aspectos econômicos

ECONOMIA AGRÍCOLA — Variação da economia agrícola no Nordeste e no Brasil

anos	Brasil ⁽¹⁾	Nordeste ⁽²⁾	anos	Brasil ⁽¹⁾	Nordeste ⁽²⁾
1970	1,5	-15,6	1976	2,9	-14,4
1971	11,3	36,0	1977	11,8	15,1
1972	4,1	6,3	1978	-2,6	2,7
1973	3,6	6,4	1979	5,0	-1,7
1974	8,2	-8,0	1980	6,3	-6,2
1975	5,2	24,9	1981		-2,5

Fontes: (1) FGV/Conjuntura Econômica - Dez/81

(2) BNB/Nordeste - Análise Conjuntural - 1º sem. 82

Obs.: Até 1974 os índices do Nordeste estão consolidados.

isso é um problema múltiplo" e como tal tem de ser enfrentado.

O clima, se tem condições desfavoráveis como o balanço hídrico deficitário e a irregular distribuição das chuvas, oferece por outra parte fatores propícios ao desenvolvimento biológico.

Por isso é possível e necessário ao rurícola nordestino conhecer, adaptar-se e explorar o seu meio ambiente, os seus recursos naturais, para sua própria sobrevivência e melhoria das suas condições de vida.

Conviver com a seca é a fórmula ideal para o desenvolvimento do Nordeste. A exemplo de algumas nações desenvolvidas porém sujeitas a eventos climáticos mais intensos e catastróficos que os desta região.

As soluções? São múltiplas, como as causas do fenômeno.

Porém partem todas de uma decisão política fundamentada, séria e continuada. Com a indispensável e permanente participação de cada nordestino, objetivo e agente de qualquer transformação efetiva que se propõe para esta região.

Aos nordestinos é que compete, em essência, a solução dos problemas de sua terra e de sua gente.

Talvez na ausência dessa atitude é que repouse o insucesso de tantos planos e programas inconsistentes, propostos para solucionar os crônicos e graves problemas regionais, dentre todos sobressaindo a pobreza absoluta da maior parte dos rurícolas nordestinos.

A AÇÃO DO DNOCS

Desde seus primeiros dias o DNOCS estabeleceu para o Nordeste, diretrizes ainda válidas com o objetivo de superar os efeitos das secas e colaborar para o desenvolvimento regional.

Foram procedidos estudos detalhados sobre o reconhecimento da sua área de atuação, de seus recursos naturais, de suas potencialidades humanas e da maneira de conjugar esforços para sobrepor-se aos problemas identificados.

Aos estudos sucederam-se os trabalhos do estabelecimento de uma vasta e indispensável infra-estrutura, destacando-se, pela sua prioridade inadiável, o início da implantação de uma rede de reservatório de águas.

Presentemente dedica-se o DNOCS com preeminência à adequada utilização dos recursos hídricos disponíveis, sempre voltado para a missão específica de propiciar meios para a fixação do rurícola à sua gleba, da qual obterá os recursos necessários ao bem-estar da sua família.

No meio dessas atribuições, permanece o DNOCS sempre alerta e disponível para atender aos nordestinos porventura flagelados pela inclemência da seca periódica, desde que convocado pelas autoridades competentes.

Se a seca é o problema superior do Nordeste, a água será sua solução consequente.

De fato, têm os recursos hídricos da região uma importância singular e primordial para qualquer atividade produtiva no Semi-Árido. Sobretudo se aplicada convenientemente a solo fértil, que multiplica exponencialmente a semente a ele confiada.

A água é o fator limitante do desenvolvimento do Nordeste. Essa, a premissa de qualquer equacionamento da problemática regional.

Por isso, sem preterir outros fatores, o DNOCS dedicou-se particularmente à água, estudando-a, armazenando-a e promovendo o uso racional de suas potencialidades.

Todas as outras atividades econômicas ou sociais são, de uma forma qualquer, dela decorrentes.

Em se tratando de Nordeste, nunca se deve esquecer que, praticamente, a totalidade das águas continentais provém das chuvas.

Por outro lado, tem-se a considerar em qualquer planejamento que a perda por evaporação é cerca de 3 vezes superior à precipitação pluviométrica.

A isto cabe editar, dentre outras, razões de ordem geológica, litológica e estrutural, que condicionam o armazenamento das águas superficiais ou subterrâneas.

Pois acumular é a única maneira de assegurar a disponibilidade permanente daquele líquido indispensável à sobrevivência e ao desenvolvimento.

Mas se a pluviosidade no Nordeste é razoável em valor absoluto, as condições ambientais a exaurem com presteza. Os rios cortam rapidamente e o remanescente da água vai parar o mar. Resta a que foi recolhida pelas barragens ou pelos aquíferos.

O desperdício, como a poluição, da água nesta região é tão insensato que às vezes se torna criminoso.

Dai a necessidade insubstituível e urgente de proteger os recursos hídricos do Nordeste através de um criterioso e permanente gerenciamento das suas bacias hidrográficas. Só assim garantir-se-á a sua preservação e o seu uso adequado.

No Nordeste, a água é válida em qualquer quantidade, de qualquer natureza e a qualquer preço.

Essa assertiva é aplicável particularmente à zona rural do Semi-Árido. Ali, o camponês que não dispuser de água próxima e permanente é um flagelado em potencial. E na ocorrência de uma seca só lhe resta uma das alternativas: migrar ou morrer.

Considera-se, por uma parte que é necessário intervir na atual estrutura fundiária da região. Mas não se pode deixar de atender a todas as propriedades rurais produtivas, independente de sua dimensão.

Por isso, à medida em que ia disseminando açudes e poços pelos mais distantes recantos do Polígono das Secas e ter ensinado os nativos a construir por si próprios essas obras hidráulicas, o DNOCS iniciava o aproveitamento das águas acumuladas à medida em que ia dispondo dos recursos necessários.

Esse, como anteriormente referido, tem sido o grande óbice a regular execução dos projetos deste Departamento.

As mais significativas interrupções, com paradas ou mesmo desativações de obras, verificaram-se durante o Governo Artur Bernardes. Episódio semelhante ocorreu com a edição do Decreto-Lei nº 138, de 2-2-1967, que desativou o dispositivo referente à açudagem em cooperação, recomendável sob todos os aspectos. Esse Programa propiciou a construção de mais de 600 açudes particulares, e seu reinício é permanentemente postulado pelos proprietários rurais.

Com cerca de 1.000 açudes e 18.000 poços tubulares construídos, entre públicos e particulares, o DNOCS tem procurado intensificar os seus programas de utilização de água disponível.

O Programa de Irrigação Pública, após uma fase de intensa atividade, encontra-se praticamente estacionário

devido à carência de recursos, embora possua em estoque mais de 100.000 ha com projeto executivo concluído e 118.000 ha de terra desapropriados para implantá-los.

Embora 10,8% dos solos do Polígono das Secas sejam irrigáveis, apenas 2% podem ser irrigados, por carência de água.

Por essa razão, embora tenha se dedicado preferencialmente à agricultura irrigada, o DNOCS passou a pesquisar, estimular e desenvolver a implementação de um Programa para as Áreas Secas, a fim de atender ao restante da área agricultável. Desse Programa sobressai o Projeto Sertanejo, já consolidado e eficiente. Assim, sem maciços dispêndios de água, incrementa-se o fortalecimento das unidades de produção agrícola onde não é factível a agricultura irrigada em larga escala.

Outro Programa que vem tomando corpo entre as atividades do DNOCS é o Programa de Áreas de Montante, que se volta para a cultura racional das vazantes de açudes e rios. É Programa que tem suas raízes na tradição rural do Nordeste e que o DNOCS encampa informalmente desde a exploração dos seus primeiros açudes.

Entrementes, embora a pesca fosse explorada a partir do início da acumulação das primeiras águas nos açudes, só em 1934 é que o Programa de Pesca e Piscicultura consolidou-se através de uma estrutura técnica e administrativa permanente, alicerçada em sólida e conceituada base científica.

Eventual e transitoriamente inclui em suas atividades o Programa de Emergência, quando atribuições são conferidas ao DNOCS para atender aos nordestinos vitimados por calamidade pública.

Em face do exposto, a presente atuação do DNOCS pode ser sintetizada em 4 Programas principais:

- Recursos Hídricos;
- Irrigação;
- Áreas Secas e
- Pesca e Piscicultura.

Durante toda sua existência, a linha de ação do órgão tem-se voltado sempre para a gestão dos recursos hídricos, na área sob sua jurisdição, abrangendo um tríplice aspecto:

- estudos hidrológicos;
- obras hidráulicas;
- utilização das águas.

A Política Regional do DNOCS, com seus objetivos e estratégias, envolvendo aqueles 4 Programas, encontra-se resumida no Quadro IV.

QUADRO IV

POLÍTICA REGIONAL DO DNOCS

OBJETIVOS	ESTRATÉGIA
<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da produção e dos níveis de produtividade da agricultura nordestina. ● Aumento da resistência às secas, por parte do estabelecimento rural da área sertaneja. ● Aumento da oferta de proteína animal às populações nordestinas, em função da pesca e da pecuária; implantação de agroindústrias nas proximidades dos perímetros irrigados. ● Elevação do nível de vida dos rurícolas, pelo aumento da renda e pela instalação de equipamentos para a vida comunitária nos sertões. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Implantar uma economia de mercado no setor agrícola, através da agricultura irrigada e com a introdução de novo horizonte tecnológico. ● Fortificar a agricultura de sequeiro, através de ações integradas nas propriedades rurais, com base no desenvolvimento de recursos hídricos. ● Promover a integração da agricultura irrigada com a agricultura de sequeiro, de modo a diminuir os efeitos diferenciais e fortalecer, de forma global, o setor primário de produção. ● Associar a irrigação à piscicultura, à pecuária e à agroindústria, de modo a promover a economia regional como um todo. ● Integrar essas ações aos demais programas governamentais de educação, saúde, promoção social, saneamento básico, eletrificação rural, infraestrutura de transportes e comunicações, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Nordeste.

PROPOSTAS DO DNOCS

No decorrer desta exposição, fruto do convívio diuturno do DNOCS com o rurícola e com os problemas desta região, foram inseridas nas considerações e na análise do tema proposto algumas sugestões sobre a maneira de reverter a tendência ao progressivo empobrecimento do nordestino.

Constata-se que o meio rural ainda detém a maioria da população do Polígono das Secas, a despeito da migração acelerada pela estiagem estar ampliando a marginalização dos que ocupam a periferia dos grandes centros urbanos.

Detive-me, entretanto, em analisar apenas a zona rural do Nordeste e para ela se voltam algumas propostas.

Só é possível reverter o fluxo emigratório dos sertões e retirar o rurícola da pobreza absoluta se lhe for proporcionado acesso à terra e ao trabalho permanente e compensador.

Sendo a agricultura a atividade produtiva dominante dessa população, a fecundidade do solo apenas é possível mediante a oferta suficiente e oportuna da água necessária.

No Semi-Árido, entretanto, os recursos hídricos são limitados e irregulares às precipitações pluviométricas.

Em consequência, é indispensável armazenar toda a água possível e otimizar a sua utilização.

Essa reversão de tendência à ampliação da pobreza absoluta só pode ser obtida mediante uma decisão política que assegure recursos em volume, presteza e continuidade indispensáveis para que sejam eficazes.

Essas premissas já envolvem propostas fundamentais, que devem ser desdobradas em atitudes e ações concretas.

Assim, é urgente que se inicie um adequado gerenciamento dos recursos hídricos do Nordeste visando, inicialmente, o seu aproveitamento dominante para as atividades agropastoris.

Esta gestão se efetuará tanto em termos de incremento como de armazenamento, de preservação e de otimização do uso da água, posta a serviço da melhoria das condições de vida de toda a população do Nordeste.

Pela sua capacitação, experiência e potencialidade, na área de sua jurisdição, deve ser o DNOCS o órgão gerenciador dos recursos hídricos do Semi-Árido. Caber-lhe-ia, naturalmente, relacionar-se, quer em termos de subordinação, quer em termos de vinculação a outros organismos governamentais.

A esse propósito, mereceriam ser revigoradas e aplicadas as conclusões do relatório da visita ao Nordeste, em 1980, da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, devidamente ajustado à conjuntura atual.

O Governo do Presidente João Figueiredo, sensibilizado para a premência de oferecer água suficiente e permanente a fim de atender às necessidades básicas e às atividades produtivas dos nordestinos, vem implementando projetos voltados prioritariamente ao suprimento hídrico das populações e das atividades agrícolas do Semi-Árido.

Bem geridos os recursos hídricos assim disponíveis, é premente a intervenção na estrutura fundiária, notadamente onde a ação governamental tornou acessível a água voltada para o bem-estar de toda a população.

Há Programas do DNOCS destinados a atender à demanda de água dos diversos setores da iniciativa privada, como o PROHIDRO e o Projeto Sertanejo que dispõem de financiamento subsidiado para a construção de açudes e poços em propriedades particulares.

Acredito que as atuais circunstâncias sejam propícias ao restabelecimento do Programa de Açudagem em Cooperação, que tão benéficos resultados proporcionaram ao Semi-Árido, mediante o encaminhamento e acompanhamento técnicos e parcial financiamento pelo DNOCS de barragens em propriedades particulares.

Esse Programa, que vem sendo insistentemente reclamado pelos proprietários rurais, inclui uma cláusula de obrigatório acesso das populações vitimadas pelas secas à água represada nos açudes por ele construídos.

Outro Programa de real oportunidade a ser ampliado para atender a considerável número de rurícolas sem terras com acesso à água permanente é o que se refere as Áreas de Montante.

Mereceria sua implementação ampliar-se, no mais curto prazo, a todos os açudes públicos do Polígono das Secas.

E mais ainda, estender-se às margens inexploradas de todos os cursos d'água perenizados pelo Governo Federal, com sucessiva desapropriação e roteamento de todas as glebas improdutivas.

Restaria uma última mas essencial providência, sem a qual seriam inúteis e frustrantes quaisquer esforços para minimizar a pobreza absoluta verificada no Nordeste.

Todas essas concepções e planos seriam até ofensivos às populações carentes se não tiverem asseguradas a garantia do fluxo suficiente, efetivo e permanente dos recursos necessários à sua implementação e acompanhamento.

Com a aplicação das medidas enunciadas, temos fundamentadas esperanças de que serão alcançados os nobres e humanitários propósitos que conduziram à constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal.

Muito obrigado.

Isto atinge profundamente a economia do Nordeste, influindo decisivamente num desempenho global da economia, onerando principalmente aquele segmento da sociedade mais carente, mais dependente, que é exatamente o rurícola.

Se examinarmos o que ocorre entre o Brasil e o Nordeste, verificamos que enquanto a economia agrícola do Brasil sempre tem índices positivos, somente em 78 um índice negativo, a economia do Nordeste sofre variações negativas e positivas exatamente em função da ocorrência de secas.

Recomendável sob todos os aspectos, esse programa propiciou a construção de mais de 600 açudes particulares e seu reinício é permanentemente postulado pelos proprietários rurais.

Com cerca de 1.000 açudes e 18.000 poços tubulares construídos, entre públicos e particulares, o DNOCS tem procurado intensificar os seus programas de utilização de água disponível. O Programa de Irrigação Pública, após uma fase de intensa atividade, encontra-se praticamente estacionário, devido à carência de recursos, embora possua em estoque mais de 100 mil hectares com projeto executivo concluído e 118 mil hectares de terra desapropriados para implantá-los.

Embora 10,8% do solo do polígono das secas sejam irrigáveis, apenas 2% pode ser irrigado por carência de água. Por essa razão, embora tenha se dedicado preferencialmente à agricultura irrigada, o DNOCS passou a pesquisar, estimular e desenvolver a implementação de um programa para as áreas secas, a fim de atender ao restante das áreas agricultáveis. Desse programa sobressai o Projeto Sertanejo, já consolidado e eficiente. Assim, sem maciço dispêndio de água, incrementa-se o fortalecimento das unidades de produção agrícola, onde não é factível, a agricultura irrigada em larga escala.

Outro programa que vem tomado corpo entre as atividades do DNOCS é o Programa de Áreas de Montantes. Esse Programa se volta para a cultura racional das vazantes e açudes de rios. É programa que tem suas raízes na tradição rural do Nordeste, e que o DNOCS encampa informalmente desde a formação de seus primeiros açudes.

Entretanto, embora a pesca fosse explorada a partir do início da acumulação das primeiras águas dos açudes, só em 1934 é que o Programa de Pesca e Piscicultura consolidou-se através de uma estrutura técnica e admi-

nistrativa permanente, alicerçada em sólida e conceituada base científica.

Eventual e transitoriamente, inclui em suas atividades o Programa de Emergência, quando as atribuições são conferidas ao DNOCS, para atender aos nordestinos vitimados por calamidade pública.

Em face do exposto, a presente atuação do DNOCS pode ser sintetizada em 4 programas principais: Recursos Hídricos, Irrigação, Áreas Secas, incluindo aí áreas de montante, e Pescaria e Piscicultura. Durante toda a sua existência a linha de atuação do órgão tem se voltado sempre para a gestão de recursos hídricos na área sob sua jurisdição, abrangendo um tríplice aspecto: Estudos Hidrológicos, Obras Hidráulicas e Utilização das Águas.

A política regional do DNOCS, nos seus objetivos e estratégias, envolvendo aqueles 4 programas, encontra-se resumida neste quadro que dá os objetivos de cada programa e a estratégia adotada.

No decorrer desta exposição, fruto do convívio diuturno do DNOCS com o rurícola e com seus problemas, foram inseridas nas considerações e na análise do tema proposto algumas sugestões sobre a maneira de reverter a tendência ao progressivo empobrecimento do nordestino.

Constata-se que o meio rural ainda detém a maioria da população do polígono das secas, a despeito da migração acelerada pela estiagem, que está ampliando a marginalização dos que ocupam a periferia dos grandes centros urbanos.

Detive-me, entretanto, em analisar apenas a área rural do Nordeste e para ela se voltam algumas propostas.

Só é possível reverter o fluxo emigratório dos sertões e retirar o rurícola da pobreza absoluta, se lhe for proporcionado acesso à terra e trabalho compensador. Sendo a agricultura a atividade produtiva dominante dessa população, a fecundidade do solo apenas é possível mediante a oferta suficiente e oportuna da água necessária.

No semi-árido, entretanto, os recursos hídricos são limitados e irregulares às precipitações pluviométricas. Em consequência, é indispensável armazenar toda a água possível, e otimizar a sua utilização.

Essa reversão de tendência, a ampliação da pobreza absoluta, só pode ser obtida mediante uma decisão política que assegure recursos em volume, presteza e continuidade, indispensáveis para que sejam eficazes. Essas premissas já envolvem propostas fundamentais que devem ser desdobradas em atitudes e ações concretas. Assim, é urgente que se inicie um adequado gerenciamento dos recursos hídricos do Nordeste, visando inicialmente o seu aproveitamento dominante para as atividades agropastoris.

Esta gestão se efetuará tanto em termos de incremento como de armazenamento, de preservação e de otimização do uso da água, posta a serviço da melhoria das condições de vida de toda a população do Nordeste.

Pela sua capacitação, experiência e potencialidade na área de sua jurisdição, deve ser o DNOCS o órgão gerenciador dos recursos hídricos do semi-árido. Caber-lhe-ia, naturalmente, relacionar-se quer em termos de subordinação, a outros organismos governamentais. A esse propósito mereceriam ser revigoradas e aplicadas as conclusões do relatório da visita ao Nordeste, em 1980, da Comissão de Assuntos Regionais do Senado Federal, devidamente ajustados à conjuntura atual.

O Governo do Presidente João Figueiredo, sensibilizado pela premência de oferecer água suficiente e permanente, a fim de atender às necessidades básicas e às atividades produtivas do nordestino, vem implementando projetos voltados prioritariamente ao suprimento hídrico das populações e das atividades agrícolas do semi-árido.

Bem geridos, os recursos hídricos assim disponíveis, é premente a intervenção na estrutura fundiária, notadamente onde a ação governamental tornou acessível a água, voltada para o bem-estar de toda a população.

Há programas do DNOCS destinados a atender às demandas de água dos diversos setores da iniciativa privada, como o PRÓ-HIDRO e o Projeto Sertanejo, que dispõem de financiamentos subsidiados para a construção de açudes e poços em propriedades particulares. Acredito que as atuais circunstâncias sejam propícias ao restabelecimento do Programa de Açudagem em Cooperação, que tão benéficos resultados proporcionaram ao semi-árido, mediante o encaminhamento e acompanhamento técnico e parcial financiamento pelo DNOCS de barragens em propriedades particulares, sem discriminação de tamanho de propriedade nem de tamanho de açude.

Esse programa, que vem sendo sistematicamente reclamado pelos proprietários rurais, inclui uma cláusula de obrigatório acesso das populações vitimadas pelas secas à água represada dos açudes por eles construídos.

Outro programa de real oportunidade para ser ampliado, para atender à considerável rurícola sem terras com acesso à água permanente, é o que se refere às áreas de montante. Mereceria sua implementação para ampliar-se no mais curto prazo, a todos os açudes públicos do polígono das secas, e, mais ainda, estender-se às margens inexploradas de todos os cursos d'água perenizadas pelo Governo Federal com sucessivas desapropriações e relooteamento de todas as glebas improdutivas.

Restaria então uma última, mas essencial providência, sem a qual seriam inúteis e frustrantes quaisquer esforços para minimizar a pobreza absoluta verificada no Nordeste. Todas essas concepções e planos seriam até ofensivas às populações carentes, se não tiverem asseguradas as garantias suficientes do fluxo efetivo e permanente dos recursos necessários à sua implementação e acompanhamento.

Com a aplicação das medidas enunciadas, temos fundamentadas esperanças de que serão alcançados os nobres e humanitários propósitos que conduziram à constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal. Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu quero cumprimentar o nobre Diretor-Geral do DNOCS, engenheiro José Oswaldo Pontes, pela sua exposição sintética e objetiva, em que aborda a colocação, a posição do DNOCS durante todos esses anos. Naturalmente, como estamos agora num período de debates, os nobres Senadores aqui presentes poderiam dirigir perguntas ao nosso Diretor, eu queria aproveitar esta oportunidade para salientar dois pontos da exposição do Dr. José Oswaldo Pontes que merece a nossa consideração.

Primeiro, o volume de recursos aplicados no Nordeste em 70 anos de existência do órgão, é, praticamente, como ele mostrou, ao longo dos períodos de emergência ou das secas, e por conseguinte, como ele bem frisou, com rendimento baixo pelo fato de estar diante de uma calamidade e não de um programa contínuo, onde os projetos pudessem ser implementados com muito mais eficiência. E não só isso, como também as proposições por ele aqui levantadas, e que já têm sido objeto de alguns pronunciamentos nossos no plenário do Senado, de que a água acumulada no Nordeste, ou o perímetro molhado dos açudes públicos do Nordeste é algo que merece atenção.

O que ele chama aqui, por exemplo, de aplicação da irrigação nas áreas de montante, principalmente das várzeas dos grandes açudes — eu acabava de perguntar aqui, por exemplo, o açude Araras, um açude de 1 bilhão de metros cúbicos de água, deve ter um perímetro molhado por volta de 250 quilômetros de água disponível. Se assentadas as famílias, como ele já tem feito em vários dos seus açudes, e é o que ele chama de projeto das áreas de montantes, eu creio que nessa emergência que estamos lá no Nordeste, em vez das frentes de emergência, talvez um dos programas imediatos fosse este. Eu tentei fazer esse resumo, porque conhecendo a problemática daquela região, queria, para os companheiros membros

desta Comissão, levantar essas hipóteses e essas propostas do DNOCS, para que nós da Comissão, principalmente o nosso Relator que é um homem dedicado ao problema e à problemática nordestina, já que o seu Estado tem uma grande área incluída no semi-árido, para que formemos uma frente aqui nessa Comissão de ajuda a proposições como esta que agora foi feita. Assim, coloco à disposição dos nobres Senadores aqui presentes a oportunidade de interrogarem o nosso Diretor-Geral.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Sr. Presidente, Dr. Oswaldo Pontes, em primeiro lugar quero parabenizar V. Ex^a pela lucidez da exposição, de todo que esse assunto que nós gostaríamos fosse ouvido largamente pelos poderes públicos ou pelas pessoas do Sul e Centro-Sul do País. Nós que estamos presentes aqui, Dr. Oswaldo, somos homens habituados a conhecer de perto tudo isso que V. Ex^a aqui abordou, e V. Ex^a apenas repisou velhas feridas, velhos recalques que temos ao longo da nossa vida pública. Mas resta-nos o consolo de saber que nós homens públicos e parlamentares falamos não para a audiência presente, mas para todo o contexto nacional. Então, a exposição de V. Ex^a deve ser divulgada, dada a ênfase de todo esse questionamento que V. Ex^a faz e as propostas nelas contidas. É verdadeiramente lamentável esses dados enfocados por V. Ex^a. Isso deixa em nós um profundo recalque, porque órgão como o DNOCS, que desde menino aprendemos a respeitar e a conhecer, que no Nordeste se associa à água, a açudes e postos, que tem uma experiência de Nordeste que deve ser preservada a todo o custo, é lamentável constatarmos que 10% dos recursos despendidos em Itaipu foi tudo o que se gastou no Nordeste de 1906 a 1973. Isto quer dizer que em setenta e três anos de secas identificadas no Brasil gastou-se menos de 10% gastos em Itaipu. São dois pesos e duas medidas, e o Nordeste já informado, porque hoje a notícia é território comum, todos têm a mesma informação, e difficilmente esse povo, trinta milhões de nordestinos irão continuar aceitando esse tipo de tratamento. Os órgãos que atuam no Nordeste, como o DNOCS e a SUDENE, sabem o que precisa ser feito, e sabe como fazer. O que não temos são os recursos necessários em fluxo contínuo para atender a todas essas necessidades. Então, Dr. Oswaldo, quem sou eu para questionar um técnico como V. Ex^a, um homem dedicado a essa atuação do DNOCS.

Mas eu gostaria de fazer uma pergunta que não sei se relaciona bem com a exposição de V. Ex^a. Eu estive presente à última reunião da SUDENE, e lá assistimos a uma exposição da transposição, da perenização das águas do São Francisco para o semi-árido. Devo dizer a V. Ex^a que nós piauienses ficamos decepcionados, porque esperávamos que a transposição do São Francisco fosse feita no Sobradinho e de lá, através do Rio Dois Irmãos, para o Rio Piauí, do Piauí para o Canindé, Parnaíba etc. Com muita tristeza constatamos que o Piauí foi deixado de lado nesse anteprojeto da perenização, e só em Cabrobó é que o Rio São Francisco seria transposto, e de lá para o Vale do Apodi, fazendo uma irrigação que no meu entender será formidável, terá um sentido social muito grande, mas que está sendo questionada sob o aspecto de que as águas do São Francisco são insuficientes para irrigação dessas áreas, mesmo dessa área reduzida que o anteprojeto enfoca. Ontem, o Senador Almir Pinto leu um artigo de um jornal que não guardei o nome, em que o Instituto Miguel Calmon dizia que era um projeto absurdo, e que o Rio São Francisco não tinha tanta água para isso, que era simples perda de tempo, que era um projeto faraônico e talvez eleitoreiro. Parece que eu escutei o tom eleitoreiro, de um Ministro em fase presidenciável, em fase eleitoral, se arriscava a apresentar ao Brasil, apresentar a esperança de nós nordestinos tal projeto. Houve uma interferência muito fria e muito calculada do Senador Virgílio Távora, homem voltado para a economia, em que ele colocava o problema mais racionalmente, apelando para um estudo prévio da aplicação com os

resultados. Tudo isso foi enfocado. Então, a minha pergunta a V. Ex^a é esta. Há levianidade realmente, naquele estudo. As águas do São Francisco realmente não são suficientes para irrigar nem a área reduzida do Vale do Apodi. Quanto à segunda interrogação, quanto à participação do Senador Virgílio Távora, eu gostaria de responder a V. Ex^a, eu acho que o Senador Virgílio Távora não tem razão. Nós nordestinos, nós subdesenvolvidos, não podemos nos conformar que qualquer projeto tenha a sua viabilidade econômica aprovada pelos parâmetros das regiões desenvolvidas e ricas. As regiões pobres, os países pobres não podem usar os parâmetros econômicos de rentabilidade econômica que usam os países ricos. Tem que haver um tom passionado na adoção dessas decisões políticas para se fazerem grandes projetos em regiões como o Nordeste. Eu lembro que a estrada Belém—Brasília foi desaconselhada por todos os órgãos técnicos porque era uma estrada de onça e antieconómica. O próprio Celso Furtado, o grande Celso Furtado, quando da construção da Barragem de Boa Esperança, desaconselhou o projeto, porque o mesmo era antieconómico. Felizmente foram tomadas decisões políticas e essas obras foram realizadas e nós estamos vendo que elas são de uma validade enorme. Por isso, acho que a transposição, a perenização das águas dos rios do Nordeste não deve ser posta à luz da economia, se tem ou não uma retribuição válida, porque se ela não tiver uma retribuição em termos econômicos, tem uma retribuição em termos sociais, em custos humanos muito mais importante que o problema econômico para uma Nação. Mas eu volto à minha pergunta original. Há levianidade naquele estudo? As águas do São Francisco não são suficientes para irrigação? E porque se disse que a transposição pelo Piauí é mais onerosa do que pelo Cabrobó?

O SR. OSWALDO PONTES — Inicialmente gostaria de agradecer a referência do Senador João Lobo à minha exposição. Procurando responder a pergunta de V. Ex^a, gostaria de dizer que esse assunto não está a cargo do DNOCS, o estudo está sendo implementado pelo DNOS, mas eu conheço o estudo, e temos do DNOCS uma posição já apresentada ao Ministro Mário Andradeza, e que inclusive recebeu o seu apoio. A premissa básica levantada é de que no Nordeste há um déficit hídrico — falei isso na minha exposição. Realmente, a precipitação média do Nordeste representa 1/3 da evaporação.

Para os Senhores terem uma idéia, como ilustração, o vale do Jaguaribe, que foi um vale dos mais estudados no Nordeste, estudado pela missão francesa em 1960-62, um vale que vem sendo estudado há 20 anos, portanto, intensivamente, indicam os resultados desses estudos que a precipitação média global pluviométrica no vale é de cerca de 50 bilhões de metros cúbicos de água; por ano, precipita-se em média na bacia hidrográfica do Jaguaribe cerca de 50 bilhões de metros cúbicos. Desses apenas 2 bilhões são disponíveis para consumo; o restante se perde na evaporação, na evapo-transpiração, na infiltração, etc. Comparando isso, só para ter uma idéia da diferença do Nordeste de outros vales, a quantidade de água que se precipita, em média, por ano, no vale do Sena, na França, é também de 50 bilhões de metros cúbicos. No entanto, na França, estão disponíveis para uso, no vale do Sena, 26 bilhões de metros cúbicos, enquanto que só temos, em virtude do nosso clima, 2800 horas de insolação, a nossa vegetação que durante o verão e principalmente na seca fica totalmente desfolhada, a evapo-transpiração é muito violenta, então fica disponível para consumo apenas 2 bilhões de metros cúbicos.

Há realmente preocupação de suprir esse déficit hídrico, e desde o século passado que se fala nessa idéia de levar água do São Francisco para os vales do semi-árido nordestino, principalmente o Jaguaribe e o Piranhas-Açu. Essa é uma idéia que vem sendo levantada principalmente em épocas de crise climática; porque, quando há seca, os políticos, administradores, técnicos, levantam a tese da necessidade de se levar água para o Nordeste.

O grande mérito do Ministro Andreazza foi ter enfrentado o problema e ter mandado fazer um estudo sério. Não há levianidade no estudo. O estudo é sério; não está concluído, está em curso. Acho que o problema tem que ser realmente questionado, analisado; não se tem ainda a conclusão de que esse estudo é viável; tecnicamente, já sabemos que é viável; está sendo feito apenas o estudo complementar para verificar viabilidade econômica do empreendimento. Portanto, acho que há afim um grande mérito do Ministro Andreazza em querer que se examine em profundidade, que se faça um estudo sério, um estudo de viabilidade técnico-econômica, para de uma vez por todas saber se essa é a melhor solução para o Nordeste. Essa é a solução viável e que pode ser executada.

A posição que apresentamos ao Ministério, é que o Ministro Andreazza aceitou, é que temos uma água disponível no Nordeste; apesar de todas essas carências, todos esses déficits hídricos na região, ainda há uma água disponível, e ainda obras que podem ser executadas para aproveitar, por exemplo, no caso do Jaguaribe, esses dois bilhões de metros cúbicos que são disponíveis para uso. Ainda não temos represamento da água, nem o vale do Jaguaribe está com suas obras de infra-estrutura hidráulica concluídas.

A tese apresentada é de que dentro desse estudo geral seja conferida a primeira prioridade, a prioridade 1, para o aproveitamento dessa água local, porque isso resultaria investimento menor, retorno muito mais imediato e aproveitamento da água que está acumulada com a irrigação. Então, a primeira prioridade dentro desses vales, desse estudo que está se fazendo, inclusive no Jaguaribe, no Piranhas-Açu, em outros pequenos vales de Pernambuco — afluentes do São Francisco — seria para aproveitamento da água local, dos recursos de água locais, sem prejuízo de que esse estudo prossiga e que essas obras de transposição, uma vez consideradas viáveis, aprovadas, sejam executadas no ano "X", em que todas as águas locais seriam esgotadas; não haveria mais disponibilidade de água, que estaria toda aproveitada; haveria, então, realmente necessidade de se importar água para a região. Essa é a posição aceita inclusive pelo Ministro Andreazza. Acredito que esse é o projeto que vai se implementado. Pode-se iniciar imediatamente essas obras de aproveitamento da água local e de barramento que ainda falta. No Jaguaribe, por exemplo, temos o Castanheiro, temos o Patu, temos o Sarapendi, temos o Latão, ou o aproveitamento do vale do Carreoso. Temos muito ainda que fazer nesses vales.

O SR. JOÃO LOBO — Então, Dr. Oswaldo, o projeto — porque entendo que o apresentado é um anteprojeto, um esboço, um estudo — o projeto em si inicia-se com o aproveitamento das águas existentes nos vales locais, sem apelo para as águas do São Francisco. Em cada vale seria feita uma barragem, acumulando o maior volume possível de água, e o seu sistema de irrigação montado nessa estrutura.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nessa estrutura, mas já contando dentro do projeto local, e depois estariam essas obras já preparadas.

O SR. JOÃO LOBO — Mas elas não marchariam paralelas? Não seria um projeto...

O SR. OSWALDO PONTES — Aí depende da disponibilidade de recursos. Acredito que a primeira prioridade, como eu disse, seja conferida a essas obras locais.

O SR. JOÃO LOBO — Dr. Osvaldo, só um minutinho; estou abusando da paciência de V. Ex^a. Nós já sabemos que há um déficit tremendo, que não existe água para encher esses açudes, essas barragens. Estamos com 4-5 anos de seca, sem possibilidade de encher, de completar esse estoque d'água dos açudes construídos pelo DNOCS, pela SUDENE, por particulares. Então, não existe água. No meu entendimento, o ponto nevrálgico,

o ponto principal é tratar de transpor essa água ou para o vale do Apodi, ou para os vales do Piauí, ou qualquer um. As obras estão feitas, há uma quantidade enorme de açudes que estão só na lama. E isso pode se repetir, levando a um colapso todo esse sistema e todo esse estudo. É a minha opinião.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Essas obras são projetadas dentro de uma precipitação média de longo prazo. Estamos num período crítico. No primeiro grande inverno que houve no Nordeste — temos no Nordeste cheias catastróficas, como foi em 1974, quando houve inundação, inclusive no Jaguaribe, no Açu, em todos os vales do Nordeste, no Parnaíba; em todos eles ocorreram grandes inundações porque houve água. A barragem tem a finalidade de laminar as cheias, quer dizer, de distribuir, de represar a água no momento das grandes cheias, dos grandes invernos e distribuir essa água nos momentos de crise, de escassez de precipitação. Os estudos indicam que essa água existe e essas barragens todas são dimensionadas para aproveitar a média de precipitação.

O SR. JOÃO LOBO — Entendo que isso é como montar a rede elétrica de uma cidade sem providenciar a linha principal que deve vir dos centros fornecedores de energia. Acho que o projeto deve ser completo, deve marchar paralelamente porque, senão, vai ser objeto também de frustração para o Nordeste. Nada nos diz, nada faz prever que após vencidos esses cinco anos iniciais, cinco anos tristes, favorosos de seca, depois de mais de um ou dois anos de inverno, não tenhamos uma repetição desses quatro ou cinco anos.

Eu só queria deixar esse reparo e quero agradecer as explicações que V. Ex^a acabou de dar.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Apenas para deixar claro a minha posição: nada impede que seja feito paralelamente. O problema é de disponibilidade de recursos, questão de conceder prioridade àquelas obras locais que têm aproveitamento mais imediato, retorno mais imediato, e de menor custo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com as explicações do Dr. Oswaldo, eu pergunto aos nobres Senadores se ainda desejam fazer perguntas.

Com a palavra o nobre Senador Virgílio Távora.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Inicialmente, Sr. Presidente, aquelas felicitações de costume ao ilustre conferencista; e ele sabe (inaudível) básicos, mas justamente do debate e da troca de idéias renasce senão a verdade, aquilo que dela mais se aproxima.

Eu tocaria dois pontos; o fundamental, que vamos apreciar, será depois. Agora, apenas porque citado pelo eminente Senador João Lobo, cabe-nos aqui dizer algo a respeito. Coincidência! Enquanto ele falava, estava novamente revisando todos os dados que possuía sobre o problema em questão, do desvio do São Francisco, já que prometi à Casa, ao Plenário do Senado, após hoje, com a ausência dos nobres Representantes da Oposição ontem, para hoje foi transferida a apresentação de dados, sobre os Projetos nºs 1 e 2, em sempre existindo, vamos apresentar com agidez, sem paixão, sem vontade de aplaudir nem de criticar todo esse problema relativo à transposição do Rio São Francisco.

Devemos deixar bem claro que as objeções que fizemos — talvez o Senador João Lobo, muito entusiasmado com o projeto, não tenha bem apreciado — é que se deveria estudar dois aspectos. Afora a dúvida — e esta daí era fundamental, levantada pelo Instituto lá — e que na realidade são 9 bilhões, 461 milhões que se deseja de superávit das cheias do Rio São Francisco — porque também não se ia tirar água de um rio que já estava por si mesmo deficitário nos tempos normais, era um superávit das grandes cheias, que se procuraria com ele atingir um sistema de barragens já construídas, porque, se essas

barragens não estivessem construídas, Orós, hoje, fica aproximadamente ao preço de um bilhão de dólares. Não construiríamos Orós ao preço de hoje, com as doações, com os recursos que possuímos, disponíveis no Nordeste, a não ser com uma pressão violentíssima, política, talvez com um Presidente cearense ou um Presidente que tivesse sido eleito. Fora disto, seria ilusão de pensamento.

O primeiro ponto que sempre tocamos, e vamos deixar bem claro, não é o custo benefício. E realmente o conjunto de recursos empregados na obra, e parece, com grande satisfação, vimos que o DNOCS estava ao nosso lado, que prioritariamente nós deveríamos utilizar das terras irrigadas, das grandes barragens que vão ser suplementarmente — o projeto faz muita ênfase nesse ponto — alimentadas pelo desvio do Rio São Francisco. Então, se eu tenho X quilômetros, X milhares de hectares a serem irrigados com os recursos atuais das barragens nós temos que imediatamente caminhar para esta, a tendência hoje do Brasil é justamente concluir os grandes programas, aqueles grandes projetos que uns acham faradinos — nós não, nós achamos que foi para o desenvolvimento do País. Estou falando como brasileiro, como estou dizendo que vai sair daqui do Sul mesmo o dinheiro necessário para que a obra seja realizada. Disse e acrescentei, também naquela ocasião, que achamos que em termos de engenharia vai ser uma obra a ser realizada que vai honrar a engenharia brasileira. Nós apresentamos em largos traços, mas só o projeto energético necessário para levar essa água ao divisor é algo que desafia em bastante a capacidade brasileira, dentro das possibilidades energéticas da região, que é um caso já equacionado, teoricamente resolvido, porque na prática não vivemos. Esse foi o primeiro fato que citamos. O segundo era justamente o receio que nós temos de que a grandiosidade da obra de engenharia que geralmente é fascinante não nos levasse à tentação de menosprezar a atividade fim, que era justamente a irrigação que seria possível, mercê desse esforço colossal. Como as dúvidas foram bem grandes em plenário, nós nos comprometemos em reunir os dados necessários que temos à mão, por coincidência, e apresentá-los se for necessário. Fica assim bem situada a nossa posição. Não somos contra o projeto. Achamos que o projeto, além de tudo, tem um mérito extraordinário, nessa época de abertura: é possibilitar um amplo debate que vamos começar, digamos, hoje à tarde no Senado ou amanhã ou depois, apresentando dados, o que não significa que vamos entrar no mérito da solução. Isso, à tarde, a gente fala. Mas fica bem claro, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não somos contra o projeto, somos a favor de que a idéia seja discutida amplamente, primeiro de tudo verificando o problema d'água, porque os dados que o DNOS apresenta contradizem com o do Instituto. Um ou outro tem que estar com a razão. A idéia dominante no projeto do DNOS é uma, a idéia dominante que parece que serviu de base à apreciação do Instituto Joaquim Nabuco é outra completamente diferente. Então, está explicado aqui nossa posição, já que fomos chamados à colação pelo Senador João Lobo.

O SR. JOÃO LOBO — Longe de mim, evidentemente, ter duvidado do patriotismo e da nordestinidade do Governador Virgílio Távora e da precisão dos dados do Professor Virgílio Távora. Eu não estava contestando nada disso, tudo isso é muito válido e deve ser argüido no devido tempo, deve ser levado em consideração. Acho, Sr. Presidente, Dr. Osvaldo Pontes, que o recurso é como o tempo, é uma questão de prioridade; se não se dá prioridade a determinado assunto, não tem tempo para ele. Se um país não dá prioridade a determinadas obras, não há recursos disponíveis nunca. Então esse é o ponto essencial dessa obra — eu não quero discutir, no momento, a possibilidade, a validade dos dados do volume da descarga do rio São Francisco, não quero discutir nada disso.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^e não discute porque está do nosso lado, nós estamos pelos dados do DNOS, em termos de apresentação.

O SR. JOÃO LÔBO — Exato. Mas o Instituto que contradiz o DNOS pode estar com a verdade. Ninguém é dono da verdade...

O SR. VIRGILIO TÁVORA — Confronta-se esses dados com outros.

O SR. JOÃO LOBO — Exato, e que o problema venha à tona, seja discutido, seja tomada uma decisão política sobre o assunto. Não temos dinheiro para fazer. Acho que as pequenas obras são evidentemente necessárias, devem ser feitas, devem ser cuidadas, mas disparam recursos. As grandes obras, as obras que marcam uma região, que marcam um governo, não devem ser abandonadas. Essa obra de transposição, da irrigação do semi-árido pelo que eu vi do projeto, não há nada de especial, nada de engenharia especial. Naturalmente há um know-how de vários projetos executados na América, no México, na África, na Nigéria, e não sei quê outrô país citado pelo conferencista da SUDENE. Parce que não há nada de engenharia especial, a técnica é perfeitamente dominada pelos engenheiros brasileiros que a farão com toda facilidade. É mais uma questão de recursos. Então, o ponto que quero provocar, mesmo correndo o risco de ser passional, é que essa decisão deve ser tomada. Se temos recursos ou não temos, isso é outra discussão, será objeto de outra decisão. Nós tivemos recursos para fazer Itaipu, para fazer as Angras, para fazer a Ferrovia, por que não temos recursos para fazer uma obra de grande porte no Nordeste?

Meu mestre, Senador Virgílio Távora, comprehende perfeitamente o meu ponto de vista. Eu não quero discutir dados de economia com S. Ex^e, porque a autoridade no assunto é S. Ex^e. Eu quero é tentar balançar a coisa. Agradeço a atenção de V. Ex^es.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — (inaudível) ... inclusive, a repartição dos 9 bilhões, 461 milhões de metros cúbicos. Sabemos até as bases do DNOS, quanto vai para um Estado, quanto vai para outro, o que é que se poderia fazer, como se poderia fazer isso. Até uma vez, brincando com outro representante do Ceará, o nobre Senador José Lins, perguntei se lá no Ministério do Interior ele não conseguia aumentar a nossa parcela...

Sou a favor principalmente que se aproveite esta ocasião, esta idéia, como o início daquele sistema democrático de se discutir amplamente os problemas, como à época — recordo — ainda não estava nem investido de mandato federal e vi como o pessoal, principalmente da Bahia, de Pernambuco, um pouco mais do Ceará, discutiam São Francisco, as teses a favor ou contra, o seu aproveitamento e depois a barragem que veio constituir um marco de afirmativa da engenharia brasileira, as ideias do Marcondes Ferraz contra todos os outros engenheiros americanos... Acho que isto também foi discutido na Assembléia Constituinte, depois, na primeira legislatura pós-45. Isso deve ser discutido. É um debate. Então, explicada esta parte, vamos ter um pouco de paciência, vamos colocar aqui a questão. Primeiro, a irrigação e o segundo item, a açudagem em cooperação. Vamos aqui à irrigação. A experiência que tivemos é que nem tanto ao mar, nem tanto à terra. É um absurdo se ficar só nessa irrigação oficializada como também não se pode pensar em irrigação meramente particular. Mas os resultados da irrigação particular, em termos financeiros, estão nos mostrando que dela temos que nos socorrer e muito. A primeira pergunta seria: V. Ex^e achava factível colocar em execução uma legislação, mas legislação não dessa de ficar no papel, para tornar praticamente inexistente o calcanhar de Aquiles que existe, que hoje se apresenta na irrigação particular, ou seja, a negativa de um daqueles proprietários pelo qual passa, o canal principal,

geralmente nós aproveitamos o próprio leito do rio, riacho, em se utilizar desse benefício, qual a experiência que o DNOCS teria a respeito dessas tentativas de tornar coercitivo esse uso mercê de desapropriação ou de uma pesadíssima tributação para quem não se utilizasse desse benefício? Talvez seja isso uma das questões que hoje seja mais atual no Nordeste. Nós vimos no PROMOVALE, quando houve um impulso imenso sobre isso. Tivemos praticamente um ano igual a anos e anos de irrigação oficializada, que não podia fazer pelas limitações do custo, que é praticamente 1/10. Mas, de vez em quando, esbarramos com um obstáculo como esse. Em suma, queremos deixar bem claro que a irrigação particular, a que nos referimos, é aquela em que o leito do rio, do riacho à barragem, fica por conta do Governo Federal, estadual, tenha também a alta tensão por conta desse mesmo governo, sendo a baixa tensão e os canaletes de irrigação feitos pelo particular a custa de, hoje, parece que vamos ter um grande choque com isso, a crédito subsidiado do PROVARZEA, PROTERRA etc. Em suma, só a alta tensão, o canal principal e a barragem por conta do Estado. Mas, de vez em quando, esbarramos num proprietário que estava muito satisfeito porque o seu rio — ele acha que o rio é dele — é coisa comum, passou por lá, ficou perenizado, mas por que vou fazer irrigação? Talvez essa fosse uma questão que esta comissão pudesse bem levantar e apresentar aí como uma das conclusões mais positivas para o Nordeste. No fim, como proceder?

Eu relatei o PIN em junho de 1970. Era para nós fazermos em cinco anos 100 mil hectares irrigáveis no Nordeste. Não se podia fazer — fiz sempre a restrição do número total — justamente à falta de recursos. Mas gostaria da sua opinião, da sua experiência, de como se poderia cortar esse nó que realmente aparece, e agora está aparecendo já os frutos da outra irrigação, sendo patente, está parecendo com muito mais freqüência.

O SR. JOSÉ OSWALDO — Perfeito. O Senador Virgílio Távora levantou realmente uma questão da mais alta importância para o Nordeste. A posição do DNOCS tem sido assim muito clara quanto a este aspecto levantado pelo Senador Virgílio Távora. Nós partimos do seguinte pressuposto: a irrigação no Nordeste, no semi-árido exige inicialmente grandes investimentos em obra de acumulação. Um açude, o Orós, é uma obra cara. Então, o investimento público é grande.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Quanto custou o açude Armando?

O SR. JOSÉ OSWALDO — O Armando Ribeiro Gonçalves, a preço de hoje, está em torno de 27 bilhões de cruzeiros, fora as obras complementares que foram necessárias na barragem em si. Houve uma necessidade de fazer mais uma cidade e os custos adicionais vai a 36 bilhões de cruzeiros toda a obra, com todo o seu complexo: estrada, linha de transmissão, cidade e tudo. Então, a nossa posição é que deve haver uma prevalência do uso social da água, dado os grandes investimentos que o Governo faz para a construção. Esses investimentos têm que trazer retorno direto para a população. Nós não somos contra a irrigação particular. Dentro da problemática do Nordeste, dentro do problema social do meio rural nordestino, defendemos que esses recursos maximize empregos, maximize o uso da água na oferta, na criação de empregos. Essa é a premissa básica. Se isso é possível fazer através da participação da iniciativa privada, tanto melhor. Não somos contra isso, nobre Senador Lomanto Júnior. A legislação atual não oferece condições para que se obrigue, para que se penalize o proprietário pelo não uso racional da água que tem à sua disposição e ele passa a penalizar os investimentos que não têm retorno.

O SR. VIRGILIO TÁVORA — V. Ex^e não vê factibilidade em que justamente, não na teoria, mas na prática,

se obrigue seja pela desapropriação ou por uma alta taxa...

O SR. JOSÉ OSWALDO — Acho perfeitamente viável.

O SR. JOÃO LOBO — O Senador Virgílio Távora acha que a dificuldade é o proprietário daquela margem, daquele canal de rio perenizado, não utilizar, tenho a impressão de que o nobre Senador Virgílio Távora nunca morou em beira de rio, ele é da margem do Atlântico. Nós, ribeirinhos, que moramos à beira de um rio, sabemos que a margem é da Marinha. Ninguém pode tocar naquela margem, 20 ou 30 metros da marca das enchentes.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nobre Senador, permita-me dizer que o Estado do Ceará tem o maior programa de irrigação privada no Nordeste. Um diretor do DNOCS, está aqui presente, o Dr. José Oswaldo, do PROMOVALE, e tivemos não um, mas variadíssimos casos. Permita-me divergir fundamentalmente da afirmativa do eminente colega, porque aí já não é uma questão de conceito, porque tivemos casos reais.

O SR. JOÃO LOBO — Eu não estou dizendo que casos não existiram. Esses casos devem ser regulados, baseados em lei.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Com a experiência do DNOCS, ele poderia nos fornecer alguns dados, alguma contribuição. Inicialmente, houve um impulso colossal, mas de vez em quando chegávamos em uma propriedade onde o cidadão só fazia cruzar os braços, esperando que pela valorização de todo o resto, a sua terra tomasse outra característica, na transação com outro indivíduo. Seria o problema do latifúndio improdutivo que tivemos sob outro aspecto em outras regiões.

Queria perguntar a V. Ex^e qual a sua sugestão. Não quero discutir se V. Ex^e é ou não a favor da iniciativa pública ou privada, na irrigação. Gostaria que V. Ex^e, esportivamente, como Diretor-Geral do DNOCS, homem experiente neste campo, no caso de uma tarefa que teve um grande benefício prestado. Não quero saber da teoria porque essa eu já conheço: quero saber da prática a sua experiência e o seu testemunho.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Para caracterizar a nossa posição. Primeiro partimos dessa premissa básica de que face aos grandes investimentos públicos, que são necessários para officiar a irrigação, tem que haver uma prevalência social, principalmente no Nordeste, no uso da água. Segundo: considerando que as grandes áreas irrigáveis do Nordeste, são limitadas, achamos que não se pode dar ao luxo de não aproveitar racionalmente todas essas áreas disponíveis. Então, onde houver uma área com solos irrigáveis e houver água disponível, é até um problema de posição social, tem que haver o aproveitamento racional do recurso total, aproveitamento do solo e de água. Esse aproveitamento deve ter o maior sentido social, de maximizar a fixação do homem, da família do rurícola no meio rural e de maximizar a oferta de emprego no meio rural. Essas são as premissas básicas. Agora, se isso pode ser feito com a participação da iniciativa privada, isso é outra coisa. A experiência mostra que não se tem obtido isto através de irrigação privada. O próprio Senador reconhece que o PROMOVALE se depara com esse problema. Não há o aproveitamento racional de toda a área disponível, inclusive da água hoje disponível no Jaguaribe, com a perenização do Orós. Há desperdício de água no Jaguaribe, hoje. Por outro lado, nós sabemos que mesmo na iniciativa privada, considerando o nível de propriedade, as obras necessárias para a captação e adução da água para

dominar toda essa água possíveis de serem irrigadas, são obras caras e o investimento privado para isto não é remunerador para ele, face às taxas de juros, e com risco de nós termos, hoje, inclusive os subsídios do crédito agrícola. Acho que o investimento é grande, tem que ser feito, mesmo a nível de propriedade. Não é aquela irrigaçãozinha de arranhar só o problema, mas de dominar toda a área. Toda a obra de captação e condução da água é uma obra cara, exige investimentos caros. Então, acho que é muito mais racional, por exemplo, no baixo jaguaribe, você fazer um grande canal adutor, que já está projetado, de 30 Km, dominar toda a área e distribuir esta água, do que você fazer essa captação em que você vai ver desperdício do recurso de solo, inevitável. Estamos agora no baixo Açu — onde acabamos de concluir a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves —, fazendo estudos, debatendo, inclusive com as autoridades do Estado, com os técnicos do Estado, para ver se encontramos uma forma de, com a participação da iniciativa privada, com o mínimo de intervenção do Governo na estrutura fundiária, nós obtermos esses objetivos que se pretende, o uso racional dos recursos de solo e água e com prevalência da maximização de emprego. Não é fácil. Estamos procurando. Não temos no DNOCS nenhuma experiência nisso, desse tipo de aproveitamento assim. A nossa experiência passada foi numa outra época, num aproveitamento da estrutura fundiária para irrigar, que não deu certo. No inicio houve uma produção agrícola razoável, os projetos, como São Gonçalo, Lima Campos, tiveram um progresso muito grande no início e, depois, houve uma queda na produção, da produtividade e, inclusive, o abandono dos lotes que se transformaram em propriedades de fim de semana, de recreio, e não propriedades produtivas, geradoras de emprego. Essa foi a experiência que o DNOCS teve no passado, na Década de 30, de 40, com uma experiência na irrigação privada.

Outra obra cara que tem que ser feita, principalmente nos aluvões, é a da conservação do solo, da preservação, da drenagem, que é uma obra cara que tem que ser feita. Geralmente o particular não faz, não faz porque não está conscientizado da importância desse problema. Então, são obras caras que têm que ser feitas, que só o Governo, com investimento público, pode fazer.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, temos que nos retirar, porque temos outro compromisso. Vai nos permitir agrádecer as explicações do Dr. José Osvaldo. Nós achávamos que talvez esse fosse um ponto que chamasse a atenção de V. Ex^e, o equacionamento realmente deste problema. O que nós vemos no Nordeste, aí a razão de algumas daquelas intervenções no plenário, é que, em 1970, vamos repetir — recordamos justamente porque éramos o relator do PIN — contra tudo e todos, os cem mil hectares que eram propostos, Sr. Presidente — recorda-se — para serem, no prazo de cinco anos, lembrar até Costa Cavalcanti, o Ministro do Interior, à época. Quando discutímos o montante. Não, nós vamos fazer a irrigação pública, que é a irrigação realmente perfeita, não temos a menor dúvida, com todos os requisitos, mas é uma irrigação muito cara e você não vai ter esta possibilidade de expansão.

O local ideal é esta comissão, para discussão deste problema, porque entra ano e sai ano, entra seca e sai seca e ficamos praticamente na mesma condição. Se tivessemos esses vales irrigados — era óbvio que para eles correria toda essa população, principalmente no Ceará que não tem água no subsolo.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Permite-me V. Ex^e um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Com prazer, ouço V. Ex^e

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Acho que a irrigação não é cara porque é pública, não. É porque o par-

ticular faz um investimento muito menor. Agora, se o dinheiro é público e resolve o problema, eu acho importante...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Não que não faça; é que não existe. O que nós vimos, Senador José Lins, é que durante tantos anos, com todo o esforço — V. Ex^e foi até Diretor-Geral do DNOCS — é melhor testemunha do que os outros — o número de hectares irrigados, no Nordeste — e os Srs. se bateram tanto pela irrigação — é pequeníssimo. Por que os Srs. eram desidiosos? Não. Por que os Srs. não queriam fazer? Não. Por que os Srs. não tinham competência? Não.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Então, qual seria a causa?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Falta de recursos. É porque ele custa dez vezes mais.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Falta de consignação de recursos.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — É o que estou dizendo.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Sim.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Enquanto o outro custa dez vezes mais barato. Só isso.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Um momento, Senador.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Então, quando é factível utilizar a iniciativa privada.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Tem o dinheiro para fazer.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Como?

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Nobre Senador, eu acho que não há no mundo nenhuma experiência de irrigação em massa que possa resolver o problema do Nordeste feita nesta sistemática. Por exemplo, se nós soltarmos a água do Orós...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — O Vale do Tennessee.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Não. O Vale do Tennessee foi feito pelo Governo.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Mas, particular.

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Não, V. Ex^e me permite. Eu conheço toda a história do Vale do Tennessee. Todas as obras foram feitas pelo Governo e os terrenos, então, foram cedidos, divididos, vendidos, arrendados, mas toda a obra do Governo. Portanto, é uma obra completa que custou muito caro. Então, o homem que projetou a utilização do Vale do Tennessee, veio ao Nordeste, estudou todo o vale do São Francisco, tem um longo trabalho feito, e a mesma sugestão, Foi, inclusive, convidado pelo Costa Cavalcanti para vir gerenciar um projeto aqui, não aceitou. Mas, o nobre Senador Virgílio Távora tem razão; o que há é uma profunda desesperança pela falta de recursos consignados para esse programa. Se nós vamos preferir a pequena irrigação, feita sob a responsabilidade de cada um...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — V. Ex^e não pode dizer isto, porque aqui não foi colocado este problema...

O SR. JOSÉ LINS (PDS — CE) — Mas, eu estou colocando o problema.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE) — Perguntamos foi coisa bem diferente. Com a experiência que ele tinha, como resolver o problema daqueles proprietários. Não foi o que perguntei a V. Ex^e. Disse que não ia discutir a opinião do depoente sobre irrigação privatizada e irrigação oficial, porque sabia da opinião de S. S^e e não ia perder tempo, porque estava em cima da hora. Perguntei apenas era se com a experiência que ele tinha, como via uma maneira, não na teoria, mas na prática, de não fazer perder esse esforço, quando eu passava com o rio já perenizado — e continua a ser feito lá no Ceará, até bastante perenizado — por uma região, por uma propriedade, por um pequeno trato de terra, em que o cavalheiro ficava sentado lá em cima satisfezíssimo, porque a direita estava irrigada, a esquerda também irrigada, ele era preguiçoso, não queria empregar dinheiro nenhum e estava, única e exclusivamente, esperando que o seu terreno aumentasse muito o seu custo de preço, ou se valorizasse para o que ele iria fazer. Foi esta a pergunta que fiz a V. Ex^e.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Só para responder objetivamente a pergunta. Vou citar o exemplo do vale Curu, onde o DNOCS tem uma estrutura hidráulica que domina praticamente o vale, com cerca de 1 bilhão de metros cúbicos. No vale do Curu, hoje, temos cento e cinqüenta propriedades. Nós mandamos fazer o levantamento de todo o vale, quem é que estava irrigando. Existem 150 proprietários irrigando o vale do Curu. Se nós formos comparar a eficiência da irrigação, neste particular, o desperdício de água, hoje, nos preocupa tremendamente. No vale do Curu, há o desperdício de água, inclusive, desperdício de investimento público, porque nós temos canais que foram construídos pelo DNOCS, anos atrás, que não são irrigados, não são aproveitados, atravessando toda a propriedade, adiante vai ser irrigado um pouco. O problema de conservação do solo, que esse proprietário não cuida do solo, e ele passa a salinizar, começa a prejudicar, inclusive, o proprietário vizinho. Há problemas seríssimos nesses vales. Há necessidade, portanto, para se fazer esse tipo de irrigação, de uma mudança completa na nossa legislação, que propicie elementos. Por isso é que o DNOCS, hoje, inclusive, reivindica para si o papel de gerenciamento dos recursos hídricos. E só permitiria o uso da água se o projeto particular estivesse atendendo o mínimo de condições técnicas para o aproveitamento dessa água. Esta é uma reivindicação do DNOCS para propiciar, inclusive, a irrigação particular em condições técnicas mínimas aceitáveis.

Sr. Presidente, foi por isso que pedi a opinião, a experiência do Diretor-Geral do DNOCS, não sobre irrigação particular, mas sobre irrigação pública.

O SR. JOSÉ LINS — V. Ex^e ganhou. Não é questão de discussão. Acho que as duas coisas são importantes. Não se pode pensar em separar uma coisa — essa é abominável, a outra não...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dr. José Osvaldo Pontes, em primeiro lugar, quero dizer que os diplomatas desta Comissão já falaram, já manifestaram a opinião e que eu pretendo ser muito pouco discursivo. Vou pretender nesta Comissão ser uma espécie inquisidor, fazer algumas perguntas às vezes indiscretas, embora as perguntas, quase sempre não são indiscretas, mas as respostas é que as tornam indiscretas. Não há nenhuma pergunta que não possa ser respondida por pessoa de bem como V. Ex^e. Mas eu não vou procurar, nesta Comissão, olhar muito as pessoas dos depoentes, mas olhar os órgãos que elas vêm aqui representar. Vamos diretamente à primeira questão.

Em 1953, a convite do Banco do Nordeste, o Sr. Hans Singer, das Nações Unidas, veio ao Brasil, estudou a fundo o problema da seca no Nordeste. Em seu relatório concluiu, como todos nós pensamos, hoje, que mais do que um fenômeno natural, a seca é um desastre social. Em outras palavras, a escassez de chuvas ocorre numa região de baixa expressão sócio-econômica, tanto que o PIB nordestino não chega a refletir o fenômeno de modo a reduzir-se em função do problema. Afirmou-se até que a solução para a seca seria mais de engenharia social do que de engenharia hidráulica. Colocado o problema dessa forma e partindo do princípio de que as soluções técnicas não foram encontradas até hoje, e não há perspectivas à vista quanto à solução ou redução dos efeitos do fenômeno natural das secas, no plano econômico, perguntamos o seguinte: o que tem feito até aqui e o que propõe o DNOCS em termos de solução definitiva da questão social que atinge uma área superior a um milhão de quilômetros quadrados, com mais de mil municípios e uma população miserável, marginalizada de qualquer benefício no processo de desenvolvimento?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nobre Senador, acho que na minha exposição eu já dei a análise do DNOCS para o problema e a nossa solução, a nossa proposta. Quer dizer, achamos que para a solução do problema da pobreza do Nordeste é necessário criar condições mínimas para que a família do nordestino, a família no meio rural, subsista em condições condignas. Para isto o primeiro problema a ser resolvido é o problema da engenharia hidráulica, é o problema de oferta de água. Não se pode pensar em manter uma população numa área sem haver uma oferta de água.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dr. Oswaldo, o problema é o seguinte: nós no Nordeste estamos hoje tratando até com certa emoção esses problemas. Há um clima emocional de todos nós quando falamos sobre o Nordeste. Todos temos um discurso pronto para apresentar em qualquer hora. E a exposição de V. Ex^e foi mais um discurso. Todos nós sabemos e ouvimos falar que é necessário resolver o problema hídrico do Nordeste, todos falamos sobre o problema fundiário do Nordeste, mas eu quero uma proposta prática. Com a experiência que V. S^e tem, qual a proposta prática para o aproveitamento hídrico do Nordeste? Qual a sugestão que V. S^e apresenta perante esta CPI, e que deve se fazer de imediato no Nordeste?

Esta a pergunta objetiva. No caráter genérico nós concordamos plenamente com V. S^e, mas queremos que sua experiência seja trazida para esta CPI, para apresentar uma proposta prática.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nós temos a nossa proposta. Achamos que em primeiro lugar tem-se que se completar a infra-estrutura hídrica da região, com a construção dos açudes que já estão inclusive estudados. O DNOCS já tem em seus arquivos estudos para a construção de mais de mil e duzentos açudes no Nordeste, estudados em campo, não todos projetados, mas estudados em campo. Em segundo lugar, o aproveitamento dessa água na irrigação. Já temos estudos que identificam extensas áreas no Nordeste irrigáveis, todos os grandes vales; os cursos d'água do Nordeste têm, hoje, estudados a nível até de plano diretor e de viabilidade.

Temos a nossa proposta para o aproveitamento desse potencial de água e solo nos 12 principais vales do Nordeste estudados pelo DNOCS. Em todos eles temos já nossa proposta, estudos de plano diretor. Não temos tido é condições, recursos para a execução desses planos.

A água e seu aproveitamento para irrigação, onde for possível. Fora dessa área, nós chamamos o nosso projeto de aproveitamento de áreas secas, onde se procura desenvolver uma agricultura com o mínimo de consumo d'água, um mínimo uso de água. Então aí se aplica a pe-

quena irrigação, em pequenas áreas, de um e meio hectare, que é a filosofia do Projeto Sertanejo, que está aí já consolidado, mas que está sofrendo, já há vários anos, absoluta carência até de crédito para financiamento dos projetos.

Nós temos hoje no DNOCS mais de dois mil projetos de propriedades, elaborados, projetos de açude, de pequena irrigação, de todo o aproveitamento da área das propriedades, e esses projetos estão aí aguardando financiamento por parte dos órgãos financeiros do Projeto Sertanejo. Não há recursos disponíveis nas agências do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e dos bancos estaduais, para financiamento desses projetos já prontos, mais de dois mil projetos em prateleiras.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Este é o tipo de declaração que gostaríamos de ouvir nesta CPI. V. S^e mostra que projetos existem muitos, faltam recursos.

Então, perguntaria a V. S^e qual a dotação orçamentária prevista para este ano pelo DNOCS, e se houve uma redução nas dotações em relação aos anos anteriores?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — A nossa dotação para este ano do PIN — Programa de Integração Nacional para Irrigação, de 14 bilhões de cruzeiros, e do Programa de Aproveitamento de Recursos Hídricos, 6 bilhões de cruzeiros, totalizando, para investimento, 20 bilhões de cruzeiros.

Houve, em termos reais, redução em relação ao ano passado. O ano passado, com os recursos adicionais que foram liberados no segundo semestre, nós tivemos um orçamento de 32 bilhões de cruzeiros e estarmos, neste ano, com 20 bilhões de cruzeiros. Temos propostas já sendo analisadas para elevar esses recursos para 42 bilhões de cruzeiros, mas não aprovados. No momento a situação é esta.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Perguntaria a V. S^e se há possibilidade da apresentação de um dado, talvez um pouco aleatório, talvez não tenha condições de dar exato, mas qual seria o nível ideal de dotação orçamentária para que o DNOCS pudesse cumprir satisfatoriamente as suas atribuições?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Só para dar um dado que já apresentamos para 1984, a nossa proposta seria: recursos do PIN de 87 bilhões de cruzeiros, e recursos do Pró-Hidro de 26 bilhões de cruzeiros. Portanto, em torno de 110 bilhões de cruzeiros para atender à programação de recursos hídricos, construção de açudes, barragens, poços e irrigação.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Com esses recursos, V. S^e atenderia a que área, mais ou menos?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Hoje, 1 hectare irrigado, com toda a infra-estrutura social, está numa base de 2 milhões de cruzeiros. O custo de implantação de um hectare irrigado, nos projetos públicos de irrigação, incluindo a residência, escolas, hospitais, toda a infra-estrutura de produção e social, seria numa base de 2 milhões de cruzeiros por hectare.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Os jornais publicaram declarações de V. Ex^e no sentido de que o DNOCS está transformando a paisagem seca do Nordeste em vales verdes e férteis, a partir de 25 projetos de irrigação da região. Os periódicos dão a entender que está sendo seguido, com essa crescente irrigação, o exemplo do Estado de Israel, que vem transformando desertos em regiões de grande fertilidade. Os especialistas dizem, contudo, que o exemplo de Israel não é transponível à nossa realidade, é totalmente diversa sobretudo porque não contamos com a grande massa de capital endereçada

a Israel pelos ricos judeus que se encontram nas várias partes do mundo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Afinal de contas, acha V. S^e que a imitação da tecnologia estrangeira é, realmente, a nossa melhor solução?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Não, Senador. Achamos que a tecnologia, principalmente a tecnologia agrícola, tem que ser desenvolvida na região. Nós no Nordeste temos que aproveitar as experiências de outros países, de outras regiões, onde houve sucesso e onde houve insucesso também. Temos que aproveitar a experiência, mas temos que desenvolver a nossa própria tecnologia para as condições específicas do Nordeste. Isso é o que estamos procurando fazer nesses perímetros irrigados, fazendo a nossa própria experimentação, a nossa própria pesquisa para verificar como se comporta, porque a tecnologia agrícola não pode ser importada, ela pode ser aproveitada nas suas formas genéricas, mas, especificamente, ela tem que ser desenvolvida nas condições locais.

Um tipo de solo, de clima, a própria cultura do homem deverá indicar a melhor solução a ser encontrada, porque nós do Nordeste deveremos, os técnicos, os pesquisadores, procurar as melhores tecnologias apropriadas às nossas condições.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Uma reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 4 de março de 82, referiu-se ao fato que somente o DNOCS tem mais de 15 mil funcionários, a maioria dos quais com responsabilidades fluidas nas capitais do Nordeste, e afirma que as folhas de pagamento dos órgãos estatais praticamente esteriliza as administrações, pois exaure os recursos disponíveis, do mesmo modo em que se trabalha em obediência à ordem de prioridades serviço e obras, que atendem muito mais aos interesses dos influentes do que às necessidades dos carentes.

Pensa V. Sa. que tais afirmativas são totalmente infundadas?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Vou dar dados concretos. O DNOCS tem uma lotação aprovada pelo Presidente da República de cerca de 8 mil funcionários, dos quais existem vagos cerca de 2 mil e 500; então, essa afirmação de que o DNOCS tem 15 mil funcionários não procede. Temos, hoje, cerca de 5 mil e 500 a 6 mil funcionários.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Qual o percentual da folha de pagamentos de pessoal sobre a dotação?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Esse percentual é elevado em função do baixo nível de investimentos que temos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dentro dos recursos aplicados, qual o percentual?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Hoje, o orçamento de custeio é de 9 bilhões de cruzeiros, para um orçamento de investimentos de 20 bilhões de cruzeiros, mas há uma capacidade realmente ociosa. Poderíamos aplicar 42 a 50 bilhões de cruzeiros este ano.

O SR. JOSÉ LINS — Permite V. Ex^e um aparte, eminente Senador?

O SR. JUTHAY MAGALHÃES — Pois não.

O SR. JOSÉ LINS — Quando eu entrei no DNOCS, em 1969, o DNOCS tinha quase 18 mil funcionários, dos quais quase 8 mil foram postos de uma vez — e aqui sem querer ferir a memória, porque é um querido amigo meu, e que fez muito pelo Nordeste —, por uma lei do Paulo Sarazatti, que incorporou à folha do DNOCS cerca de 8

mil cassados nas frentes de serviço, naquela época, o Governo, então, solicitou que esse pessoal fosse aposentado, porque não tinham condições de trabalho, o que foi feito. E quando eu saí do DNOCS havia cerca de 11 mil e o processo continuou reduzindo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O mesmo O Estado de S. Paulo, de 4 de março de 1982, comenta que o Açude Poço da Cruz, construído há mais de 20 anos pelo DNOCS, dispõe de um perímetro irrigável de 8 mil hectares, dos quais não mais de 1.700 foram até hoje aproveitados. Afirma-se ainda que na sede do DNOCS, em Moxotó, existe uma frota de 32 tratores, dos quais 26 estão fora de uso por falta de peças. Além disso, grandes áreas ao longo dos canais adutores permanecem abandonadas, e a produtividade das plantações é insatisfatória, sem dizer que faltas na orientação tecnológica dos agricultores favorecem a salinização do solo, e que, para os 191 colonos fixados em Moxotó, há nada menos do que 150 funcionários do DNOCS.

Que comentários pode V. S^{te} fazer a propósito dessa denúncia?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — O Açude Poço da Cruz fornece água ao projeto de irrigação de Moxotó. Esse projeto foi estudado e elaborado pela COBA, que é uma empresa portuguesa, e previa o seu projeto total em 8 mil hectares. Entretanto, já numa fase de discussão do projeto, os técnicos do DNOCS contestaram a possibilidade de irrigação dos 8 mil hectares, face ao problema de insuficiência de água.

Então o DNOCS partiu para a execução, numa primeira etapa, de 4 mil hectares, e observar o comportamento, inclusive do suprimento da água, com vistas à então implementar o restante do projeto.

No momento, esse projeto está em operação com cerca de 2.000 hectares, e os outros 2.000 hectares estão em obras. Poderiam já estar concluídos, se houvesse recursos. No momento, inclusive na semana passada, tive o dissabor de determinar à empreiteira contratada a paralisação das obras, porque os recursos alocados a este projeto, neste exercício, já foram consumidos pelas obras executadas.

Há intermitência de recursos, e não é a primeira vez que isso acontece naquele projeto, como em outros projetos do DNOCS, em que as obras são suspensas por escassez de recursos.

E o Projeto Moxotó, realmente, é um dos projetos que está sendo penalizado por escassez de recursos, por falta de continuidade na liberação de recursos ao projeto.

Quanto à afirmação do jornalista, de que a produtividade não está sendo satisfatória, não condiz com a realidade. O projeto, com os demais 26 projetos que estamos operando, terá produtividade excelente, muito superior às produtividades conseguidas na irrigação, por exemplo, do arroz do Rio Grande do Sul, onde temos uma média de produtividade de 4.000 a 4.500 quilos por hectare, quando, nos projetos do DNOCS, inclusive no Moxotó, a produtividade do arroz é de 6.000 a 6.300 quilos por hectare, numa safra, sendo com vantagem de que no Nordeste, face ao clima, pelo menos dá duas safras em cada ano.

Outra afirmação de que há 32 tratores agrícolas e destes 26 estão fora de uso, por falta de peças, este também é um problema de política que o DNOCS vem mudando com relação ao uso, à aquisição por parte do DNOCS de trator.

No início dos projetos, o DNOCS comprava todo o equipamento agrícola necessário ao preparo do solo e à execução das tarefas agrícolas pesadas do projeto. Hoje, com a organização das cooperativas, nós estamos transferindo para a cooperativa a responsabilidade da aquisição e da manutenção da frota de trator.

Esses tratores que foram inicialmente adquiridos e já são tratores que têm pelo menos seis anos de uso, portanto já estão com sua vida útil vencida, se eles não estão sendo recondicionados e recuperados pela cooperativa, não é mais pelo DNOCS, porque o DNOCS já cedeu esses tratores à cooperativa, é porque, certamente, é antieconômica a sua recuperação.

A cooperativa está a adquirir tratores novos, inclusive, às vezes, tratores de pequeno porte, de uso individual, os Tobatas, aqueles Yamahas, aqueles pequenos tratores, para uso dos próprios colonos, nos seus lotes agrícolas. E estes tratores estão sendo financiados pelo Banco do Nordeste à cooperativa ou ao próprio irrigante.

Então foi uma mudança de política, e às vezes parece estranho a um jornalista que venha visitar o projeto e estranha que aqueles tratores estejam encostados, porque talvez estejam num processo até já de alienação.

O problema de funcionários é um problema que já o Senador José Lins abordou. O processo de seleção e admissão do funcionalismo do DNOCS nem sempre foi o mais coerente, o mais indicado. E muitas vezes, em alguns projetos, existem funcionários inteiramente desabilitados para a execução daquelas tarefas inerentes ao projeto. Às vezes, funcionários que já estão com idade avançada, já perto da aposentadoria, e existe um grande número desses no DNOCS. Nós temos cerca de 5.000 a 6.000 funcionários, como disse, e temos carência de funcionários. Por quê? Porquê esses 5.500 funcionários, um terço, pelo menos, já estão com idade avançada, acima de 60 anos, que estão com suas atividades, inclusive a qualificação técnica desses funcionários não foi feita.

Hoje, estamos precisando de técnicos agrícolas, de práticos rurais, assistencionistas que dêem assistência a essas propriedades, e nem sempre esses funcionários antigos, que foram admitidos ao órgão, por decreto, em grande número e quantidade, sem sofrer processo de seleção adequado.

O Senador José Lins sabe, pois ele foi Diretor do DNOCS, ele contratou uma firma para fazer um censo de todo o funcionalismo do DNOCS, e este mostrou que cerca de 40% do funcionalismo do DNOCS era inteiramente inapto até receber qualquer treinamento, em virtude da idade, estado de saúde, escolaridade etc.

Então, este é um vício que não é culpa do órgão, mas sim de admissão do pessoal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Vê V. S^{te} que estamos aqui buscando as causas da pobreza absoluta do Nordeste. V. S^{te}, no seu depoimento, já mostrou que o DNOCS em 73 anos recebeu apenas 600 milhões de cruzeiros, segundo os dados apresentados por V. S^{te}, o que representa muito pouco para o Nordeste.

O SR. JOSÉ LINS — Isso é só investimento ou tem custeio também?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Custeio, inclusive de emergência. Emergência até à SUDENE. Depois passou os recursos alocados ao DNOCS.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — São 600 bilhões de cruzeiros, o que representa um bilhão e pouco de dólares.

Acho que sempre que falamos em pobreza do Nordeste, reclamamos o problema de falta de recursos para o Nordeste. Acho que do depoimento de V. S^{te} podemos tirar esta conclusão, mais uma vez, de que tem faltado recursos para o Nordeste, na aplicação das obras que se fazem necessárias para o desenvolvimento da região.

Mas com a sua experiência de Diretor do DNOCS, gostaria que V. S^{te} me informasse se, além da falta de recursos, qual o desperdício desses raros recursos que vão para o Nordeste? O que temos sofrido em consequência da má aplicação desses recursos na região? Se V. S^{te} concorda ou discorda a respeito dessa má aplicação de re-

cursos na região, da falta de continuidade administrativa, com o abandono de obras que começam a ser executadas e são abandonadas no meio do caminho pelo dirigente que vem em seguida.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Acho que V. Ex^e tem toda razão. Além da escassez de recursos, já houve desperdício de recursos. Temos ainda muitos acampamentos de obras iniciadas e que estão abandonados. Quer dizer, esse fato ocorreu, embora não fosse assim expressivo em termos de recursos e realizações em percentual. Mas há esse problema de continuidade administrativa, e defendemos realmente a necessidade de uma coerência na continuidade desses planos e já temos a todos eles elaborados e esperando sua execução.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Na Bahia, o Jacurici, o Cocorocó, quais são as áreas irrigadas lá na região?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — O Jacurici é um pequeno projeto, mas importante pelos locais, é realmente muito importante. Ele está com a sua primeira etapa totalmente concluída e já em operação. É uma pequena área de cerca de 200 e poucos hectares, que estão lá sendo operados. Há estudos de melhor aproveitamento do vale do Jacurici, inclusive com uma área mais à jusante e há estudos que indicam que há uma potencialidade de cerca de 2 mil hectares e que por falta de recursos estão parados. Esses estudos existem...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — O Itapicuru, também, está parado?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — O Itapicuru, praticamente, nem começou. Existe no Itapicuru o projeto da construção da barragem do Cruzeiro, o projeto de engenharia já pronto, é uma obra básica para a execução da irrigação perto ali de Tucano, é uma obra para acumular 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos de água, e nós já temos estudos no vale, à jusante, numa área de cerca de 40 mil hectares passíveis de irrigação com a utilização da água do Cruzeiro, e já temos projetos de engenharia prontos na prateleira, de 9 mil e 600 hectares, e temos, também, dos estudos que foram feitos, inclusive com a participação de técnicos espanhóis, para aproveitamento do potencial de água subterrânea, lá do vale do Itapicuru daquela região, daquela formação ali de Tucano, e que possibilita pequenas áreas irrigadas, através do poço profundo. Existe este estudo que foi feito de perfuração de poços e pesquisas de água subterrânea até com a colaboração da CERVI, a Companhia de Engenharia Rural da Bahia, e não há recursos para se iniciar a obra.

Estamos concentrando os nossos esforços, hoje, na Bahia, no vale de Brumado, no vale do rio das Contas, onde concluímos, agora, a Barragem do Brumado, que era uma barragem que vinha desafiando, tecnicamente, o DNOCS, e que foi inaugurada em janeiro. Estamos já bastante adiantados no aproveitamento de cerca de 5 mil e 500 hectares irrigados em Livramento do Brumado...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Por falar nisso, V. S. falou nas críticas que se faz na região a respeito da desapropriação daqueles terrenos em que foram desapropriados os proprietários que lá habitavam e que, hoje, estão sendo reintegrados. Há pessoas que não estão habituadas e habilitadas para o exercício da agricultura na região, a agricultura irrigada e, também, pelos preços vis que foram pagos. V. S. sabe dessas críticas que existem lá na região.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Realmente, houve alguns problemas lá, tivemos alguns problemas com desapropriação, como sempre acontece em todo lugar que se vai desapropriar. Muitas vezes o valor calculado pelos técnicos não é aquele valor que o proprietário

estima para a sua propriedade. Por lei, somos obrigados a pagar de acordo com a tabela de preços de mercado da região. Muitas vezes o proprietário, por questões às vezes nem de valor econômico, do valor real, mas por questões sentimentais, ele não quer se desfazer da terra. Então estima a sua propriedade num valor muito maior do que aquilo que ela realmente vale. E dá esses problemas, e vai, às vezes, à Justiça. Posso lhe afirmar, Senador, que não é regra mas, de uma maneira geral, não chega a 5% a pendência, as desapropriações que vão à via judicial. Em 95% dos casos, inclusive lá no Brumado, foram feitos por acordo, e essa é a nossa orientação hoje. Já corrigimos algumas distorções que havia nisso e, inclusive, nós atualizamos o preço da indenização ao preço do dia do pagamento, de acordo com a correção monetária. Não é o preço do dia da avaliação, é o preço do dia do pagamento, porque muitas vezes é avaliado, é feito o acordo e não há recursos e não se paga. Hoje, nós corrigimos isso. Aquele preço do acordo é corrigido para o dia do pagamento. Isso tem evitado muitos problemas no processo da desapropriação. E quanto ao problema da qualificação dos agricultores, nós selecionamos os agricultores da região, damos prioridade aos antigos proprietários, inclusive aos pequenos proprietários, e lá no Brumado em Livramento, nós temos o Centro Técnico de Treinamento onde estamos treinando 140 famílias de irrigantes, numa área irrigada onde foi feita a irrigação provisória para treinar esses irrigantes. Quando eles assumirem os seus lotes já receberam o treinamento nesse centro experimental onde fazemos a experimentação e o treinamento das famílias dos irrigantes.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Se nós fôssemos somar tudo que se fala, tudo que se promete, tudo que se diz, que já estão os recursos alocados, que as obras vão ser iniciadas em breve, se nós fôssemos somar tudo isso, o Nordeste já seria, hoje, um oásis do Brasil e do mundo, porque não teríamos mais secas no Nordeste. Eu me lembro muito bem que lá na Bahia mesmo, no início do atual Governo, o Ministro Mário Andreazza e o Ministro Delfim Netto estiveram na região de Irecê e garantiram que nos próximos quatro anos seriam feitos trabalhos para a irrigação de 800 mil hectares da região. Até hoje nós estamos esperando. Os recursos não chegaram, os trabalhos não foram feitos. Mirorós que foi iniciado, agora está ameaçado de parar, embora haja uma promessa de liberação de 4 bilhões de cruzeiros para a continuação da obra. V. S. tem alguma informação sobre esse problema da continuação da obra de Mirorós, se nós vamos ter recursos, ou se esses recursos, também, não vão ser alocados?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — O problema é que a obra está jurisdicionada à CODEVASF, à Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Perfeito. A irrigação é o conjunto de trabalho da CODEVASF, do DNOCS. Aliás, era uma das indagações, se há um trabalho conjunto mesmo ou se cada um faz o seu trabalho separado, sem preocupação com o outro.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Primeiro, eu ia responder a pergunta sobre o Mirorós, sobre a alocação de recursos. Tenho conhecimento do grande esforço que o Ministro Mário Andreazza vem fazendo para conseguir recursos adicionais para permitir a continuidade das obras do Mirorós, como também está com o mesmo propósito com relação a diversas obras do DNOCS. Há essa promessa, e a última informação que eu tive é que teríamos a solução desse problema nos próximos 60 dias.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Nobre Senador, permite-me uma interrupção? O nosso tempo já está se aproximando do fim e eu perguntaria ao nobre Sená-

dor Jutahy Magalhães se ele ainda teria muitas perguntas a fazer.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Não, eu já estou terminando. Eu gostaria sempre de ficar por último, se fosse possível, nas nossas reuniões, de ficar sempre por último ...

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Como Relator que é.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Gostaria também de solicitar de V. Ex^a, Sr. Presidente, que determinasse à Secretaria, remeter para os Senadores da Comissão todos os debates ocorridos em qualquer sessão. E, sempre que possível, solicitar ao depoente um que venha fazer, pronunciamento escrito, também que nos mande, com antecedência de pelo menos 24 horas, o seu depoimento para tirar cópia — porque aqui nós não somos tão pobres quanto o Nordeste e podemos tirar cópias — para termos conhecimento antes e podermos, inclusive, debater sobre o assunto que o depoente irá tratar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — O pedido de V. Ex^a será atendido.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aradeço muito as explicações do depoente de hoje, Dr. Oswaldo, porque ele trouxe muitos subsídios para o exame aqui dessa Comissão. Esses subsídios serão examinados com mais vagar, com um estudo mais aprofundado, e os debates com o Senador Virgílio Távora, o Senador João Lobo e, certamente, com o Senador José Lins, também serão elucidativos. As indagações que, às vezes, nós fazemos aqui são para que os representantes dos órgãos tenham condições, às vezes, de rebater certas denúncias que são feitas de público e que não têm resposta. E, para isso, nós temos que ter conhecimento, porque eu acho que há um grande desperdício de recursos daqueles que são alocados para o Nordeste, e daí querer sempre examinar essas questões que podem parecer pequenas, mas que no conjunto representam alguma coisa, e que demonstrarão se houve ou não esse desperdício de recursos. Por isso é que, como última pergunta, eu iria indagar a V. S^a a respeito dessas frentes de trabalho nas zonas de emergência. O que V. S^a teria a dizer sobre aqueles recursos que são alocados nesses momentos de emergência, que são recursos substanciais, e quais os benefícios que esses recursos trazem, além do problema social, que sabemos é da maior importância? Quais os benefícios econômicos que esses recursos trazem para o Nordeste, e quais, comparativamente, os recursos que podem ser aplicados para soluções definitivas, se não seriam mais beneficiários para a nossa região do que essa forma de aplicação praticamente paternalista que existe no momento?

O SR. JOSÉ PONTES — Senador, a nossa posição é a seguinte: sabemos que quando ocorrem as secas, por decorrência dessas condições prevalecentes no Nordeste, no meio rural, de súbito é liberada uma grande quantidade de mão-de-obra que, de uma hora para outra, se vê em condições de subsistência, sem uma atividade econômica, porque faltou a chuva, e aquela agricultura de subsistência é frustrada. Então, os proprietários rurais não têm condições de manter aquela mão-de-obra, ela é liberada, e procura o Governo para ser assistida.

Então, o problema da emergência, exatamente emergencial, é realmente inevitável, enquanto prevalecer essa situação no Nordeste. Toda vez que ocorrer seca vai haver uma liberação súbita de uma grande quantidade de mão-de-obra que tem que ser assistida, porque está desempregada e não tem condições de substituir. Então, a frente de emergência tem esse caráter emergencial de dar condições de subsistência àquela população desemprega-

da. Portanto, o objetivo dela é eminentemente social: procura-se conduzir esse trabalho de maneira que ele possa render algum resultado econômico, alguma obra que fique.

Sabemos que essa mão-de-obra é inteiramente desqualificada para fazer obras de porte ou fazer obras de maior complexidade. Então procura-se utilizar essa mão-de-obra, ocupar essa mão-de-obra na execução de pequenas obras. E hoje estamos procurando conduzir principalmente na construção de pequenas aguadas, de pequenos açudes, de pequenos barreiros, no sentido de que possam futuramente ajudar as propriedades, ou solucionar algum problema grave de abastecimento de água numa pequena comunidade rural isolada. Quer dizer, há um resultado econômico, mas, pelas próprias condições em que é tratada essa emergência, ela não pode dar grandes resultados econômicos, nem se procura obter grandes resultados econômicos com ela.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A última indagação, complementando esta. Seria assim uma pergunta mais objetiva: V. S^a considera que, desses recursos de emergência, alguma coisa desviada, existe a possibilidade de que esses recursos não cheguem a atingir o seu objetivo principal, que é o de pagar aqueles lavradores que estão emigrando, e que esses recursos sejam desviados para outro sentido?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nas condições da organização que o DNOCS emprega na sua frente de trabalho, na frente de emergência, nós consideramos quase inviável que ocorra isso. O pagamento de todas as nossas frentes de serviço é feito nominalmente e hoje nós estamos utilizando inclusive a rede bancária, feita pessoa a pessoa, diretamente.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Aquelas denúncias que saem nos jornais de que até fazendeiro recebe, não procede?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Não. No que diz respeito ao DNOCS, não há o menor fundamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. S^a

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — É o caso que eu conheço, e posso afirmar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Lamento que não haja mais tempo. Outros Senadores gostariam de argüir. Agradeço a V. S^a pelo seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Com a palavra o nobre Senador José Lins.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, esta Comissão foi inclusive sugerida por mim. Há tantos anos se tenta interpretar o problema do Nordeste e, hoje, o que nós pensamos é que não há mais problema que não seja conhecido. Perguntamos por que nessas condições a ação governamental tem sido tão insuficiente ao longo desse tempo todo? O DNOCS nesses anos, gastou 1 bilhão e 300 milhões de dólares — segundo os dados apresentados pelo seu Diretor.

Sabemos que a seca, ou essas secas desses últimos anos, já custou ao Governo mais do que 1 bilhão e 300 milhões de dólares. Então, fica patente que a aplicação de recursos para resolver o problema da seca no Nordeste é altamente necessário, até do ponto de vista econômico, porque com esse um bilhão e trezentos — se esses cálculos estão certos — só os açudes públicos ali existentes — e são hoje mais de 200 açudes, cerca de 250 açudes — foi uma aplicação altamente eficiente. Esta a conclusão a que chego.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — É bem clara.

O SR. JOSÉ LINS — Por outro lado, a pergunta fundamental é: Quanto custaram os 250 açudes que foram feitos? O resultado disso foi altamente favorável. O resultado, se foi favorável do ponto de vista econômico, se toda a obra que o DNOCS construiu na região custou, até 1982, 1 bilhão e 300 milhões de dólares, então, a aplicação de recursos pelo DNOCS foi altamente eficiente. Se fizermos uma avaliação do valor dessas obras, hoje, em dinheiro corrente...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Segundo o Senador Virgílio Távora, Orós custaria hoje mais de 1 bilhão de dólares.

O SR. JOSÉ LINS — Não. Eu não acredito. Não acredito porque a Barragem Ribeiro Gonçalves, talvez maior que Orós, custou 36 bilhões de cruzeiros.

Acho que o problema é grande mas não é insolúvel, na sua dimensão econômica. O fato fundamental é que o único órgão que teve uma filosofia de ação, ao longo desses anos, para resolver o problema da seca do Nordeste, foi o velho Departamento de Obras Contra as Secas. Agora, se os recursos por ele recebidos, para uma área de um milhão, que na realidade são cerca de 850 mil quilômetros quadrados, a zona da seca abrange mais ou menos isso, a causa, está-se notando, foi uma falta, digamos, de apoio, de discontinuidade. Sempre se olhou mais o problema social na sua fase aguda, para alimentar essa população faminta que, em outras épocas, morreria de fome. Hoje elas são totalmente apoiadas pelo Governo, a ponto de o órgão, de uma hora para outra, ter feito uma mobilização para empregar 1 milhão e 200 mil pessoas, isso sem trauma para a região.

O que fica claro também — e acho que a Comissão poderia discutir isso, inclusive com o Diretor do DNOCS, ou melhor, a pergunta que eu colocaria é: A seca é uma das causas da pobreza absoluta do Nordeste?

Eu diria, como preliminar, que a zona da seca abrange quase mil municípios, como citou o nobre Relator, com uma economia que depende fundamentalmente do inverno e que, portanto, se frustra nas épocas de estio, de seca; para mim parece claro que a seca é uma das causas da pobreza da região.

E como esta Comissão certamente vai tentar identificar essas causas para poder dar uma sugestão, a segunda pergunta que eu faria, ao Diretor do DNOCS, é se esse problema tem solução? Aliás, repetindo a pergunta que praticamente foi feita pelo nobre Relator, o Senador Jutahy Magalhães.

Sabemos que no Nordeste há uma precipitação média de 600 milímetros de chuva por ano, e é possível repreesar, no mínimo, 10 ou 12% dessa água. E 10 ou 12% dessa água já é suficiente para se irrigar — eu faria uma avaliação a grosso modo — de 3 milhões a mais de hectares, sem prejudicar as outras atividades. Realmente, há solução? E ainda faria uma terceira pergunta: Esta solução seria viável simplesmente com a legislação que interessasse o setor privado, ou haveria de se distinguir os grandes projetos de irrigação, que, como o mundo todo vê, são custosos e dependem de recursos até de fora da região, ou se a gente devia combinar, realmente, a grande e a pequena irrigação.

Essas são as perguntas fundamentais que eu faço. Eu teria muitas outras a fazer, inclusive dar a minha própria opinião, mas o momento é para se ouvir a opinião dos depoentes. Deixarei a minha própria opinião para dar no plenário da Casa ou nesta Comissão, se for conveniente.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Pois não. O Senador conhece bem os problemas e na sua própria formulação da pergunta quase que a resposta está implícita.

O SR. JOSÉ LINS — Gostaria que V. Ex* não se deixasse levar por essa minha colocação, porque eu tenho o meu ponto de vista.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Bom, que a seca é uma das causas fundamentais da pobreza do Nordeste, acho que isso foi o que procurei demonstrar, quando mostro aqui, nos quadros que apresentei, que a economia do Nordeste é grandemente influenciada pela economia agrícola, pelo setor primário, onde 60% da população vive no meio rural e o setor primário representa 30% da economia global da região, do produto da região. Essa economia agrícola, com forte influência no desempenho da economia como um todo, é grandemente influenciada, prejudicada pela ocorrência da seca. Sempre que há seca, há um decréscimo violento no resultado das atividades agrícolas da região. Há quedas, como em 1970, de 16% no produto agrícola, embora nós saibamos que a seca não é um fenômeno que atinge, uniformemente, todo o Nordeste. É difícil uma seca que atinja uniformemente todo o Nordeste. Mesmo na ocorrência de uma seca, há regiões ainda que têm alguma produção agrícola. Portanto, achamos que, realmente, a seca é uma das causas fundamentais da pobreza do Nordeste, e o "calcanhar de Aquiles" na economia do Nordeste está no setor agrícola, indo em função da seca que ocorre e perturba todo o processo produtivo da região. A ocorrência das secas é fenômeno que se repete, periodicamente, aleatoriamente, é inevitável, e prejudica qualquer processo de investimento de capital maior no setor agrícola, face o risco, o grande risco da atividade agrícola no Nordeste. Portanto, a seca é uma das causas. A seca tem solução? Tem. Nós achamos que tem. Não a seca em si. As consequências da seca, para a população, podem ser remedias com essas soluções que nós apontamos, como o problema da oferta de água, o aproveitamento do uso racional da água e do potencial de solo que existe na região. O nobre Senador fez referência, inclusive, a esse grande potencial que pode ser aproveitado para irrigação.

Se eu acho que é viável a solução do problema da utilização da irrigação pela iniciativa privada, simplesmente com a mudança de legislação, já tive ocasião de mostrar, ao responder ao Senador Virgílio Távora, que acho que não. Existem outros problemas e a legislação não iria resolvê-los porque há necessidade, inclusive, de aporte de capital, de tecnologia e conscientização, uma série de fatores. É muito complexo o problema. Achamos que é possível, dentro do quadro atual, se compatibilizar o uso da irrigação pública com o da irrigação particular. Elas não se chocam, não são conflitantes. Existem áreas onde a irrigação pública é a mais indicada, e deve ser feita, e áreas que devem ser reservadas para a irrigação particular. Citei aqui o exemplo do vale do Curu, onde existem dois grandes projetos de irrigação do DNOCS, irrigação chamada pública, mas é irrigação privatizada, onde os lotes agrícolas são passados a propriedades dos colonos, dos imigrantes, e existem 150 proprietários convivendo com essa irrigação, inclusive se beneficiando das tecnologias que o DNOCS procura desenvolver naquela área. Então, esse exemplo do vale do Curu pode ser levado a outros vales do Nordeste. Nós do DNOCS estamos procurando reivindicar, como disse, esse papel que o DNOCS deve desenvolver, de gerenciamento, de gestão dos recursos hídricos, ter uma influência junto ao particular na assistência técnica, na orientação técnica, no seu aproveitamento na irrigação particular.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Alguns dos nobres Senadores ainda desejariam fazer alguma pergunta?

Concedo a palavra ao nobre Senador Fábio Lucena.

O SR. FÁBIO LUCENA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dr. José Oswaldo: sou do Amazonas, e na grande seca de 1877, há 115 anos, meus ancestrais fugiram da Paraíba para o Amazonas, e fugiram, precisamente, da pobreza, expulsos que foram pela seca. Hoje, o problema nordestino se sobreleva a todos os problemas nacionais,

a tal ponto que se tornou um condicionante da resolução do grande problema nacional, o problema do desemprego, da oferta de empregos, da criação de empregos, da produção de alimentos, etc. etc.

Em consequência da tragédia nordestina, no século passado, teve a Amazônia o seu povoamento, porque se os portugueses descobriram, desbravaram a Amazônia, foram os nordestinos e, em particular, os cearenses, os reais povoadores da região amazônica, muito particularmente do Amazonas e do Estado do Acre. Ouvi as respostas que V. Ex* deu aos ilustres Senadores, em que o senhor falou, dentre outros assuntos, que existem estudos para a construção de 1.200 açudes, que existem estudos para o aproveitamento da água, na irrigação, e que existem estudos para aproveitar a viabilidade de 12 vales na região nordestina, abrangendo uma área de 850 mil quilômetros quadrados, que é a zona da seca, exatamente a metade da superfície do Estado do Amazonas.

O Nordeste comporta um terço da população brasileira; dos 700 mil desempregados de São Paulo, 80% são nordestinos. Há poucos dias, o Senador Helvídio Nunes, com a autoridade que lhe é peculiar, afirmava, no plenário desta Casa, que os piauienses, dentre outros nordestinos, não têm mais para onde migrar, e que o salário médio do homem rurícola do Piauí é de cerca de 11 mil e 200 cruzeiros. Clamava o Senador Helvídio Nunes ao Governo para que desse ao Piauí não o salário mínimo, mas, pelo menos, a metade do salário mínimo.

Isso retrata muito fielmente a situação da população nordestina. Eu não sei quando foi estabelecido o DNOCS, sei que ao tempo já de Sua Majestade o Imperador Pedro II, quando visitou a região, não sei se é lenda, teria ele oferecido jóias da coroa para minimizar o sofrimento do povo nordestino.

A minha primeira pergunta, e eu farei poucas ao senhor, mesmo porque, confesso, não o meu total, mas o meu quase total desconhecimento do problema nordestino, desconhecimento no que diz respeito à vivência do problema. Faréi poucas perguntas porque, repito, o que disse no intrôito, se não for resolvido o problema nordestino, não vejo como se possa resolver o problema brasileiro.

A palavra governar, segundo um cientista, um antropólogo, por sinal, tem raiz numa palavra chinesa que significa orientar o curso dos rios. Parece-me ter sido o assunto básico no que pertine às propostas de irrigação na região nordestina.

Até que ponto, Dr. José Oswaldo Pontes, os governos nordestinos, que são os responsáveis constitucionalmente pela ordem pública, pela segurança dos seus governadores, sobretudo agora em que em eleições livres foram eleitos pelo povo, até que ponto os governos nordestinos são ouvidos pelo DNOCS, na elaboração dos programas contra as secas? É a minha primeira pergunta.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nós mantemos o melhor relacionamento com todos os governos nordestinos, e levamos ao conhecimento dos governos e das suas equipes técnicas todos os planos elaborados pelo DNOCS. Pessoalmente, eu já fiz entrega aos governos de todos os planos; em 1979, eu fazia entrega a todos os governos estaduais de todo o planejamento feito pelo DNOCS para cada Estado, para esses vales a que me refiri. E procuramos compatibilizar as nossas ações com as ações dos Estados. Nem sempre isso é conseguido — é bom que se diga — porque há divergências, às vezes, de concepção. Mas nós temos uma coerência, esses planos são conhecidos, e nós participamos constantemente de debates, de reuniões com os técnicos dos Estados, no planejamento agrícola. E hoje, inclusive, o DNOCS, através dos seus técnicos, participa até na administração dos Estados. Nós temos convênios com os governos estaduais, através do qual nós cedemos técnicos categorizados, que vão ocupar posições influentes na adminis-

tração dos Estados, exatamente nesse setor agrícola. No Piauí, no Ceará, na Paraíba, nós temos convênios em que cedemos técnicos que vão influir na elaboração desse programa. Portanto, levar aos governos estaduais essas ideias, essas concepções do DNOCS sobre o problema.

O SR. FÁBIO LUCENA — A minha segunda pergunta consiste no seguinte: Qual a participação do governo nos Estados nordestinos na sua indicação para a direção do DNOCS? O Sr. foi indicado pelos governantes nordestinos, ou a sua indicação partiu, numa linha vertical, de cima para baixo, à revelia dos governantes nordestinos?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Por lei, a indicação do Diretor do DNOCS é competência do Ministro do Interior, o que não exclui se ele fez consulta ou não...

O SR. FÁBIO LUCENA — V. S^e tem conhecimento de que a sua indicação para o DNOCS contou com a aprovação dos governantes no Nordeste?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Eu tenho conhecimento que mantendo as melhores relações com todos os governadores do Nordeste e procuramos colaborar da melhor maneira com eles. Mas, como eu disse, a indicação é competência exclusiva do Ministro. Ele consultará se quiser, se achar que deve consultar. Mas a indicação é da competência exclusiva do Ministro do Interior.

O SR. FÁBIO LUCENA — Dr. José Oswaldo, quem foi que reduziu os 60% do orçamento do DNOCS, de 1983, em relação a 1982? Quem mandou reduzir esse orçamento, ou essa dotação?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — A elaboração final do orçamento é de competência da SEPLAN, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Todos os órgãos indicam as suas propostas...

O SR. FÁBIO LUCENA — Foi o Professor Delfim Netto quem mandou?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — ...e nós compatibilizamos de acordo com a disponibilidade dos recursos.

O SR. FÁBIO LUCENA — Quer dizer que foi o Professor Delfim Netto quem mandou reduzir o orçamento do DNOCS. V. S^e concorda?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — A estrutura de elaboração do orçamento da União e dos programas especiais é uma competência da SEPLAN, que tem a incumbência, naturalmente, de compatibilizar todas as necessidades dos órgãos com a disponibilidade dos recursos. É uma atribuição da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Permite V. Ex^e?

O SR. FÁBIO LUCENA — Pois não, Senador.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. S^e está aproveitando essas declaração de que o Nordeste agora pode pedir o que quiser do orçamento, que será atendido? V. S^e já fez o pedido para o próximo ano?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Já encaminhamos o nosso pedido ao Ministério do Interior.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — De quanto o aumento?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Vai haver um aumento substancial, pela notícia que temos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Qual o percentual do aumento a ser pedido?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Nós temos já notícias de que dos 14 bilhões, por exemplo, deste ano, do PIN, para o próximo ano esses recursos terão um montante de 64 bilhões. E quanto ao Programa de Recursos Hídricos, que esse ano temos 6, ainda está em análise qual será a proposta final a atingir. Mas acreditamos que seja aquele mesmo percentual. Portanto, haverá um incremento do percentual, um crescimento real bastante apreciável no orçamento de 1984 com relação a 1983.

O SR. FÁBIO LUCENA — Eu faço a minha última colocação e, consequentemente, a mesma pergunta, que consiste no seguinte, Dr. José Oswaldo: Não temos dúvida alguma da sua capacidade técnica, profissional, dos seus conhecimentos, dos problemas que o Senhor vive e os sente no cotidiano, mas é difícil aceitar que ao longo desses 115 anos que nos separam do maior flagelo, inclusive quando o nosso vernáculo absorveu a expressão "flagelo" para as vítimas da seca do Nordeste, nós, eu pelo menos, acredito que não podemos nos conformar com o incessante agravamento da situação nordestina. Cientistas sociais há, da maior responsabilidade, que afirmam que a pobreza absoluta, vale dizer, a miséria crônica da população nordestina, cujo percentual, com todo o respeito, talvez nem o Senhor possa avaliar, isto é, nem o Senhor pode informar, dos 30 milhões de nordestinos, quantos são os que estão em situação de pobreza, de miséria, de desgraça absoluta. Nós não podemos mais nos conformar com meras explicações, com informações que nos dão conta da existência de projetos, da existência de estudos e, sobretudo, da falta de recursos. Há estudos detalhados, inclusive estou de posse de 11 discursos do Senador Árnon de Mello sobre a sangria tributária que se promove no Nordeste, nós não podemos mais concordar com meras explicações que não convencem a mais ninguém. V. S^e enfatiza que o Ministro do Interior, Sr. Mário Andreazza, tem a melhor das intenções em relação ao Nordeste, embora se saiba que de boas intenções o inferno esteja cheio, Dr. José Oswaldo. Então, o que me parece é que o rompimento da estrutura da Federação brasileira em relação ao Nordeste, em que os Estados nordestinos foram afastados pelos seus governantes, pelos seus representantes no Congresso Nacional, de participarem das decisões relativas ao Nordeste, parece-me ser esta a grande causa, o grande fator determinante, desse alheamento em que se encontra o Nordeste, no que pertine às responsabilidades que o Governo central tem para com a região nordestina. Em assim sendo, parece-me que há todo um conjunto de incompetência nas estruturas de órgãos federais, e até de organismos, a partir do Ministério do Interior, em relação ao Nordeste. O Senhor aconselharia a atual política do Ministro Mário Andreazza para o Nordeste, política que está acabando com o Nordeste, ou o Sr. aconselharia o Senhor Ministro a mudar de atitude.

O SR. JOSÉ PONTES — Eu não concordo com as afirmações do Senador Fábio Lucena, de que a política do Ministro Andreazza estaria afundando o Nordeste. Pelo contrário, eu tenho convivido com o Ministro Mário Andreazza, a partir de 1979, e tenho sempre encontrado da sua parte sensibilidade e compreensão para os problemas da região. O que há, o que tem determinado, é que a política do Ministro não tem sido possível executar no Nordeste, face a esse problema da limitação dos recursos. O desejo do Ministro seria realmente implementar todos esses programas, todos esses projetos que estão aí disponíveis para serem aplicados no Nordeste.

O SR. FÁBIO LUCENA — A ponte Rio-Niterói é mais importante que o açude de Orós?

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — A ponte Rio-Niterói é importante para a concepção da época, para uma situação local lá do Estado do Rio de Janeiro. Na época, o Ministro Andreazza não era Ministro do Interior, não tinha nenhuma responsabilidade específica sobre essa problemática do Nordeste.

O SR. FÁBIO LUCENA — Mas quem construiu a ponte foi ele.

O SR. JOSÉ OSWALDO PONTES — Mas, na ocasião, como Ministro dos Transportes, foi na sua gestão que foram feitas grandes estradas, as grandes vias asfaltadas no Nordeste. Os grandes eixos rodoviários no Nordeste foram executados na gestão do Ministro dos Transportes Mário Andreazza, no Governo Médici. E agora, como Ministro do Interior, S. Ex^e tem demonstrado uma inteira compreensão e sensibilidade para os problemas do Nordeste, e um desejo e um esforço indormido muito grande para a solução desses problemas, face às dificuldades conjunturais da economia, que não têm permitido alocar os recursos. Por isso mesmo, o Ministro Andreazza tem afirmado, mais de uma vez, que a solução para o Nordeste é política. Portanto, uma solução que compete, inclusive, a toda a sociedade brasileira, não só ao Governo. É preciso que haja toda uma conscientização de toda a sociedade brasileira de que o problema do Nordeste é inadiável e tem que ser atacado por toda a sociedade. Os desafios que a sociedade brasileira já enfrentou em outras situações, e que encontrou soluções para essas situações, haverá de encontrar também para o grave problema do Nordeste.

O SR. FÁBIO LUCENA — Concluindo, Sr. Presidente, eu quero declarar à Comissão: Enquanto os governantes do Nordeste, seus Senadores e seus Deputados Federais não tiverem competência constitucional para equacionarem o problema do Nordeste, não esperem os representantes nordestinos que esses problemas sejam solucionados. Só os governantes do Nordeste e os seus representantes têm condições de solucionar os problemas nordestinos.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Eu gostaria, já que estamos bastante adiantados na hora, ao encerrar esta Comissão, da mais alta significação e proveito para nós, de agradecer a presença do Dr. Oswaldo e seu digno auxiliar, o Dr. Amaury, e a participação dos companheiros Senadores que fazem parte desta Comissão, e dizer ao Dr. Oswaldo que suas informações aqui e os debates que se travaram foram proveitosos, e vamos mandar fornecer a todos os Senadores e a V. S^e o resultado desses debates. Proponho, antes de encerrarmos esta reunião, que o nobre Relator, Senador Jutahy Magalhães, ao Senador José Lins, João Lobo e Fábio Lucena, que nós formemos aqui, aproveitando esta oportunidade, uma frente para, dentro daquela conjuntura, que que não vou emitir a minha opinião, que a tenho também a respeito do Nordeste, e sim lá no plenário, mas que as nossas opiniões, de homens representantes do Nordeste, se somem, nesta hora, e se aproveite a informação do Senador Lucena, de que alguma coisa deve partir dos nossos representantes na área, para, digamos assim, propor uma solução definitiva para o Nordeste.

O SR. FÁBIO LUCENA — Mas para isso é preciso uma reforma na Constituição, dar aos representantes nordestinos nesta Casa e aos governadores competência constitucional de legislar para o Nordeste. Isto não existe.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — Muito bem, nobre Senador. O que eu proponho é que esta Comissão,

ao analisar todas as causas, se, naturalmente, houver por bem que uma delas seria essa falta de uma legislação adequada, que figure no nosso relatório. Agora, o que eu gostaria de dizer é que, através deste debate, e creio que agora muito mais do que em qualquer outra ocasião, em virtude do prolongado estado de estiagem que estamos vivendo, de cinco anos, está na hora de a Comissão, ao concluir os seus trabalhos, fazer uma recomendação. Por exemplo, já que há projetos, já que há possibilidade de captação d'água no Nordeste, como acaba de muito bem dizer o Senador José Lins, que nós possamos captar 10% do enorme volume e que seja capaz de fazer uma irrigação de três milhões de hectares, só este número já ultrapassa a proposta que ouvi na SUDENE da transpo-

sição dos excedentes de água do São Francisco para o Nordeste, onde nada mais do que 800 mil hectares, não chegava nem a um milhão.

O SR. JOSÉ LINS — Os oitocentos mil, apenas como reparo, é o que a água do São Francisco dará, levada para lá. E me refiro a três milhões no Nordeste todo, só naquela área vai ser ajudada pelo São Francisco...

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — ...Dá saudades do tempo em que o Congresso tinha participação no Orçamento da União.

O SR. PRESIDENTE (Alberto Silva) — A proposição que eu quero dizer é a seguinte: Há possibilidade de se captar água no Nordeste, mesmo na situação climática existente. Tanto assim, que só no Estado do Ceará o DNOCS acumulou muito mais de 8,5 bilhões de metros cúbicos, talvez até bem mais do que isso, em aquíduas permanentes.

Eu quero agradecer ao nobre conferencista de hoje, o Engenheiro José Oswaldo Pontes, pela magnífica exposição que aqui fez, e nos colocar à sua disposição para futuros encontros e novas informações para esta Comissão.

Está encerrada esta Comissão.